

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO

RUBYA SOUZA GARCIA

**GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE
SOBRE A EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DE MULHERES NO CAPITALISMO**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

RUBYA SOUZA GARCIA

**GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E DE REPRODUÇÃO
SOCIAL:**

**UMA ANÁLISE SOBRE A EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DE
MULHERES NO CAPITALISMO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre,
2022

Ficha Catalográfica

G216g Garcia, Rubya Souza

Gênero, Trabalho Doméstico e de Reprodução Social : uma análise sobre a exploração e opressão de mulheres no capitalismo / Rubya Souza Garcia. – 2022.

141 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi.

1. Trabalho Doméstico. 2. Reprodução Social. 3. Gênero. 4. Exploração e Opressão. I. Grossi, Patrícia Krieger. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

Dedico todo o esforço e amor colocado
nesse trabalho a minha mãe, Mari.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente à minha família por todo o apoio e suporte, principalmente ao meu pai, meu maior incentivador desde a pré-escola.

Agradeço aos colegas e professores que contribuíram na minha evolução enquanto pessoa e profissional durante esses dois anos. Mesmo em tempos difíceis de trabalho remoto e inseguranças relativas à pandemia, eles estiveram sempre atentos e solícitos tornando esse percurso mais leve. Um agradecimento especial as minhas duas amigas e colegas desde o início da graduação até a finalização do mestrado, Milena Dorneles e Ana Carolina Vaz.

Agradeço imensamente à minha orientadora prof^a dr^a Patrícia Grossi que acolheu a mim e as minhas ideias com muito carinho, dividindo de forma generosa a sua imensidão de conhecimento comigo.

Registro também meu agradecimento especial à minha banca composta por duas grandes mulheres e profissionais, prof^a dr^a Beatriz Gershenson que me acompanhou durante o mestrado e me proporcionou momentos de muito aprendizado, e prof^a dr^a Monique Soares Vieira, minha amiga, mestra e conselheira, presente que a graduação me trouxe, obrigada por compartilharem seus saberes comigo.

Por fim, agradeço ao Programa de pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul pela qualidade do ensino oferecido aos seus discentes e ao CNPq. O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Eu vim explorar os destroços.
As palavras são intenções.
As palavras são mapas.
Eu vim ver o estrago que foi feito
E os tesouros que prevalecem.
Eu passo a luz da minha lanterna
lentamente ao longo da lateral
de algo mais duradouro
que peixes ou algas.
A coisa pela qual eu vim:
os destroços e não o mito,
o rosto afogado olhando sempre
fixamente ao sol.
A evidência dos danos.
Os desgastes feitos pelo sal e
pelo vaivém nesta puída beleza
as costelas do desastre
curvando sua afirmação
entre os indecisos visitantes.¹

¹ Poema Mergulhando nos destroços. Adrienne Rich, 1972. Disponível em: <https://medium.com/@brup1496/mergulhando-nos-destro%C3%A7os-de-adrienne-rich-a7bf9dd968bb>

RESUMO:

A presente dissertação possui como objetivo apreender de que maneira o capitalismo se beneficia do trabalho não pago de mulheres, por meio dos estudos de Silvia Federici, com vistas a contribuir com a expansão do conhecimento na área do Serviço Social sobre o trabalho doméstico e de reprodução social. O percurso investigativo foi traçado por meio de três objetivos específicos, sendo eles 1) Aprender as concepções da autora Silvia Federici acerca do trabalho doméstico e de reprodução social; 2) Identificar a contribuição do trabalho doméstico e de reprodução social na dinâmica da reprodução do capitalismo a partir dos estudos de Silvia Federici e 3) Identificar a partir da análise das obras de Silvia Federici, quais seriam as possíveis contribuições para o processo de emancipação das mulheres na realidade brasileira no que concerne ao trabalho doméstico e de reprodução social. Considerando esses objetivos, a pesquisa foi construída através da matriz bibliográfica, qualitativa e exploratória. Em consonância com a perspectiva qualitativa, o estudo visa o rompimento com o aparente que se expressa no imediatismo da realidade por meio da utilização do método dialético crítico. Quanto às produções bibliográficas, foram selecionadas quatro obras da autora Silvia Federici para construir a análise, sendo elas: O Calibã e a Bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva (2017), O Ponto Zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista (2019), Mulheres e Caça às Bruxas (2019) e O Patriarcado do Salário (2021). A pesquisa revelou que o trabalho doméstico e de reprodução social não remunerado executado pelas mulheres engloba uma cadeia complexa de cuidados que ultrapassam os limites do ambiente privado, constituindo-se como o reprodutor da mercadoria mais importante para o modo de produção capitalista: a força de trabalho. O capitalismo por sua vez, invisibiliza o trabalho realizado pelas mulheres sob o manto do afeto como uma característica que o invalida como trabalho produtor de valor para que possa continuar se beneficiando do mesmo. Identificou-se que além das categorias de exploração e opressão, na realidade das mulheres brasileiras não brancas, também se expressa a categoria de expropriação considerando a herança colonial escravista do país e os efeitos que dela reverberam.

Palavras-chave: trabalho doméstico; reprodução social; gênero; exploração e opressão

ABSTRACT:

The present dissertation entitled **GENDER, HOUSEHOLD WORK AND SOCIAL REPRODUCTION**: an analysis of the exploitation and oppression of women in capitalism, aims to apprehend how capitalism benefits from the unpaid work of women, through the studies of Silvia Federici, with a view to contributing to the expansion of knowledge in the area of Social Work about domestic work and social reproduction. The investigative path was traced through three specific objectives, namely: 1) To apprehend the conceptions of the author Silvia Federici about domestic work and social reproduction; 2) Identify the contribution of domestic work and social reproduction in the dynamics of the reproduction of capitalism from the studies of Silvia Federici and. 3) Identify, based on the analysis of the works of Silvia Federici, which would be the possible contributions to the process of women's emancipation in the Brazilian reality with regard to domestic work and social reproduction.

Considering these objectives, the research was built through the bibliographic, qualitative and exploratory matrix. In line with the qualitative perspective, the study aims to break with the apparent that is expressed in the immediacy of reality through the use of the critical dialectical method. As for the bibliographical productions, three works by the author Silvia Federici were selected to build the analysis, namely: *The Calibã and the Witch: women's body and primitive accumulation* (2017), *The Zero Point of the revolution: domestic work, reproduction and feminist struggle* (2019) and *Women and Witch Hunt* (2019) e *O Patriarcado do Salário* (2021). The research revealed that unpaid domestic and social reproduction work performed by women encompasses a complex chain of care that goes beyond the limits of the private environment, constituting the most important product for the reproduction for the capitalist mode of production: the workforce. Capitalism, in turn, makes the work performed by women invisible under the cloak of affection as a characteristic that invalidates it as value-producing work so that they can continue to benefit from it. It was identified that, in addition to the categories of exploitation and oppression, in the reality of non-white Brazilian women, the category of expropriation is also expressed considering the country's colonial slavery heritage and the effects that reverberate from it.

Keywords: housework; social reproduction; gender; exploitation and oppression

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	·	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BDTD	·	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CFESS		Conselho Federal de Serviço Social
COFEN	·	Conselho Federal de Enfermagem
IBGE	·	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPq	·	Instituto de Psiquiatria
NOB/SUAS	·	Norma Operacional Básica do Sistema. Sistema Único de Assistência Social
OMS	·	Organização Mundial da Saúde
ONU	·	Organização das Nações Unidas
PIB	·	Produto Interno Bruto
PNAS	·	Política Nacional de Assistência Social
PNA 2016	·	Pesquisa Nacional de Aborto de 2016
PUCRS	·	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Amostragem de Livros	21
Quadro 2: Mapeamento de Dissertações de mestrados em Serviço Social.....	109
Quadro 3: Mapeamento de Teses de doutorados em Serviço Social.....	121

SUMÁRIO

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS	9
2 MULHERES NA SOCIEDADE CAPITALISTA: DESVENDANDO POSSÍVEIS ORIGENS DAS OPRESSÕES	24
2.1 Mulheres, bruxas e revoluções na transição do feudalismo para o capitalismo	26
2.2 A indissociabilidade do capitalismo, do racismo e do patriarcado na consolidação da exploração e opressão de mulheres	46
3 TRABALHO DOMÉSTICO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ATIVIDADE IRRELEVANTE PARA A DINÂMICA DO CAPITAL?	63
3.1 “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado.”	65
3.2 E a mulher brasileira “cumé que fica”? Construindo possibilidades a partir da realidade local	79
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – Roteiro para pesquisa bibliográfica	106
ANEXO A – Carta de aprovação da Comissão Científica da Escola de Humanidades da PUCRS.....	107

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

O que aconteceria se uma mulher despertasse uma manhã transformada em homem? E se a família não fosse o campo de treinamento onde o menino aprende a mandar e a menina a obedecer? E se houvesse creches? E se o marido participasse da limpeza e da cozinha? E se a inocência se fizesse dignidade? E se a razão e a emoção andassem de braços dados? E se os pregadores e os jornais dissessem a verdade? E se ninguém fosse propriedade de ninguém? (GALEANO, 2007).

Inicia-se a introdução da presente dissertação com o trecho do livro *Mulheres de Eduardo Galeano*, que narra histórias de mulheres latino-americanas, onde as questões que o autor coloca, constantemente rondam as reflexões da referida pesquisadora. Pensando no “E SE” de uma sociedade que propiciasse dignidade à sua população e igualdade entre todos os seres humanos, ou, parafraseando Rosa Luxemburgo, que fosse um mundo onde pudéssemos ser socialmente iguais, apesar de sermos humanamente diferentes e diversos, e ainda assim sermos totalmente livres... entretanto, a narrativa das mulheres resgatada da história, apesar de possuir avanços e conquistas, também possui seus entraves e adversidades.

Entende-se que o desenvolvimento histórico da trajetória das mulheres é marcado por construções sociais que designam o seu lugar na sociedade baseado em regras culturais e econômicas. Essas construções possuem seu alicerce firmado na divisão sexual e racial do trabalho, divisão esta que se modificou de forma intensa após a transição para o modo de produção capitalista. Tais regras apontam o que define o trabalho feminino e o trabalho masculino, relegando ao considerado “segundo sexo²”, tarefas de âmbito doméstico e de cuidado para com o outrem.

Esse processo afirma a essencialidade do trabalho executado por mulheres não como uma força produtiva da sociedade, mas sim que este “dom” seria algo imbuído na subjetividade de cada mulher desde o seu nascimento, indicando uma natureza de servidão e cuidado. O trabalho doméstico é, inclusive, considerado improdutivo por não produzir mais-valia diretamente.

A aptidão para tarefas consideradas de baixo valor frente à sociedade de maneira intrínseca as mulheres faz parte de esforços historicamente construídos para a domesticação desses corpos, de forma a mantê-los na esfera privada da família ou explorá-los na relação de patrão/patroa e empregada. Nesse sentido, Carlotto e Mariano (2010) afirmam que “a família tornou-se o paradigma do privado, o espaço da vida doméstica, das relações interpessoais, o

² Referência à obra *O Segundo Sexo: fatos e mitos*, escrito por Simone de Beauvoir na década de 1950, conceituado como um divisor de águas na segunda onda do movimento feminista, levantando a famosa discussão sobre designação de papéis de gênero. “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

lugar do feminino e da subjetividade” (LAVINAS, 1997 apud CARLOTO E MARIANO, 2010, p. 452, 1997).

No Brasil, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) considera a família como o núcleo de suas ações, denominando de *matricialidade sociofamiliar* o ponto nodal da concretização de seus serviços.

[...] a família é o núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero (NOB/SUAS, 2005, p. 90).

A discussão que autores como Carloto (2006) fazem, é de que o conceito de matricialidade acaba por responsabilizar não só a família pela situação em que se encontra, como também sobrecarrega as mulheres/mães usuárias das políticas sociais, e, nesse sentido, acaba desresponsabilizando o Estado. Sendo assim, o sistema acaba por classificar

a família como instância primeira ou núcleo básico da proteção social aos seus membros, devendo ser apoiada para exercer em seu próprio domínio interno as funções de proteção social, portanto, continua-se a responsabilizar a família, em especial às mulheres, pelos cuidados e outras tarefas de reprodução social (TEIXEIRA, 2010, p. 05-06).

Exemplificando, no Brasil há a Lei nº 13.014 de 2014 que dispõe sobre o pagamento de benefícios monetários preferencialmente para as mulheres da família, implicando a elas o cumprimento das condicionalidades que compõem os programas, em uma ótica de responsabilização/culpabilização. Não há como negar a possibilidade de melhora das condições de vida para essas mulheres e famílias, entretanto, certas políticas ressaltam e continuam impondo a ótica de que o cuidado com a família é responsabilidade apenas das mulheres.

Não obstante, o avanço dos direitos humanos, da tecnologia e da mentalidade acerca da divisão das tarefas domésticas por meio de conscientizações dos movimentos feministas, o trabalho de cuidar da casa, cuidar dos filhos (sejam seus ou não) e todo o cuidado que engloba a tarefa de executar a manutenção de uma família e de um lar, ainda é relegado em maior proporção às mulheres. A Reprodução social como categoria antecede a maneira como as feministas empregam o seu significado, anteriormente já era utilizado por economistas. Tal qual Silvia Federici (2019) concebe, aborda-se a categoria *reprodução social* relacionando-a com a categoria *trabalho*, enfatizando suas diversas *relações de poder*.

O trabalho reprodutivo, ou de reprodução social não se refere apenas à reprodução biológica das pessoas com útero, mas também à capacidade e necessidade de formar seres

humanos aptos a fazer parte da parcela da população que vende a sua força de trabalho, esse processo requer mais do que “dar a luz”.

Significa moldar as pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações “certas”. Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das condições – materiais, sociais e culturais – fundamentais para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida nem a força de trabalho estariam encarnadas nos seres humanos (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 52).

Pensando essas questões, articuladas com a ofensiva neoliberal que o mundo tem sofrido, precedida de uma crise mundial do capitalismo (agora agudizada por uma pandemia mundial da covid-19³), tem emergido uma nova onda de resistência por parte das mulheres, que parte de um amplo movimento de greves feministas em várias partes do mundo desde 2016.

Uma das pautas de reivindicação e debate do movimento feminista contemporâneo enfoca justamente na discussão sobre a reprodução social, bem como no trabalho doméstico não remunerado que as mulheres desempenham na sociedade, e têm suscitado reflexões sobre como essas tarefas vêm impactando cada vez mais na exploração e opressão das mulheres no âmbito da dinâmica capitalista (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Segundo relatório da Oxfam (2020)

Em todo o mundo, o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago é desproporcionalmente assumido por mulheres e meninas em situação de pobreza, especialmente por aquelas que pertencem a grupos que, além da discriminação de gênero, sofrem preconceito em decorrência de sua raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta. As mulheres são responsáveis por mais de três quartos do cuidado não remunerado e compõem dois terços da força de trabalho envolvida em atividades de cuidado remuneradas (OXFAM, 2020, p.10).

Sendo assim, a investigação sobre trabalho doméstico e de reprodução social, aliada as intersecções de gênero, raça e classe, tem fermentado um debate importante a ser discutido no cenário atual, particularmente porque, no que tange ao meio acadêmico, constatou-se através de aproximações que poucas são as produções em nível de teses e dissertações na área do Serviço Social que centram suas análises nas mulheres como elemento basilar da reprodução das relações de trabalho capitalista, bem como não há produções que analisam de forma central o ponto de vista das produções da autora Silvia Federici. Logo, a construção dessa contribuição para a academia se dá a fim de concatenar a oxigenação do debate junto à qualificação das produções.

³ “COVID-19 é a doença causada por um novo coronavírus denominado SARS-CoV-2. A OMS tomou conhecimento deste novo vírus em 31 de dezembro de 2019, após um relatório de um grupo de casos de 'pneumonia viral' em Wuhan, na República Popular da China.” (Organização Mundial da Saúde – OMS, 2021, on-line).

É certo dizer que as mulheres possuem uma grande parcela de responsabilidade pela produção e reprodução da economia do planeta. Segundo a ONU Mulheres (2017), são elas as responsáveis por uma vasta fração do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, podendo variar de 10% a 39%, dependendo do país. Esses dados remetem à importância do trabalho doméstico e de reprodução social para a manutenção não apenas de lares ou casamentos, mas indica o papel ativo do trabalho não remunerado na reprodução do capital. Ainda sobre o relatório da Oxfam Brasil, seus dados revelam que

Mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado – uma contribuição de pelo menos US\$ 10,8 trilhões por ano à economia global – mais de três vezes o valor da indústria de tecnologia do mundo (OXFAM, 2020, on-line).

No Brasil, segundo IBGE (2020), as mulheres dedicaram em 2019 cerca de 21,4 horas semanais para a execução das tarefas domésticas ou de cuidado, trabalhando fora de casa ou não, enquanto os homens apenas 11 horas, indicando que esse trabalho é realizado quase majoritariamente por mulheres. Da mesma forma que são elas o maior contingente de usuárias das políticas sociais, justamente pela responsabilização feminina já discutida e a feminização da pobreza⁴.

No momento atual de crise sanitária, esse trabalho tem se elevado a níveis ainda mais intensos. Com o advento do *home office*, a sobrecarga se multiplicou para as mulheres que precisam trabalhar em casa e cuidar da família. O mesmo aconteceu com as donas de casa, que passaram a exercer um trabalho redobrado de cuidado para que o vírus não se prolifere. Estudos do relatório *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia* (2020) afirmam que 50% das mulheres brasileiras começaram a cuidar de alguém na pandemia.

Importante incluir na discussão as mulheres que não obtiveram o direito ao *home office* e exercem funções essenciais fora de seus lares, bem como as que sofreram com a crise econômica e acabaram perdendo seus empregos, sendo as mulheres negras as mais atingidas pela situação de desemprego em massa no país. Essa sobrecarga tem se desdobrado em números expressivos de mulheres adoecidas mentalmente segundo dados do Instituto de Psiquiatria (Ipq, 2021), que revelam que no Brasil cerca de 40,5% das mulheres apresentaram sintomas de depressão, 34,9% de ansiedade e 37,3% de estresse durante a pandemia. Os níveis de violência e pobreza também se intensificaram, prejudicando de forma cruel mulheres de todo o globo.

⁴ Este termo é designado para elucidar os impactos desiguais da crise capitalista global que tem afetado sobremaneira a vida de mulheres das camadas mais empobrecidas, afirmando que pobreza tem sexo e raça, que as mulheres são a maioria entre os pobres do mundo, sua renda não acompanha a dos homens e o desemprego e a precarização do trabalho entre elas aumentou (MARIANO E CARLOTO, 2009 apud SOUSA, 2013, p. 2).

Pensando a relação do Serviço Social com a questão do trabalho doméstico e de reprodução social, entende-se que as desigualdades produzidas por esses fenômenos se atravessam diretamente na ação dos(as) profissionais atuantes de qualquer esfera de políticas públicas e sociais. Destarte, se faz necessário refletir sobre o fato da categoria não centralizar a discussão sobre o patriarcado em seus fundamentos históricos e teóricos. Pouco se discute sobre gênero e os rebatimentos das desigualdades na vida das mulheres de forma elementar, apenas alguns atravessamentos pontuais, fato esse que também reverbera na discussão sobre a divisão sexual do trabalho.

De acordo com um breve mapeamento de teses e dissertações em programas de pós-graduação em Serviço Social executado pela autora, foram encontradas apenas **quarenta e cinco (45)**⁵ produções relacionadas ao tema no marco temporal de 10 anos (2010 – 2020). Para a execução do mapeamento foram utilizados os seguintes descritores: *trabalho doméstico, reprodução social, gênero, emprego doméstico, trabalho não remunerado, divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo, patriarcado e trabalho de cuidado*, pesquisados juntos e separadamente. Foi identificado que o Serviço Social possui uma vasta produção sobre trabalho doméstico no que diz respeito à profissão de empregada doméstica e a garantia de seus direitos, como a Emenda constitucional nº 72⁶, de 2 de abril de 2013.

As plataformas de acesso utilizadas no mapeamento foram a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e dissertações – **BDTD** e o Catálogo de Teses & Dissertações – **CAPES**. Diante da grande proporção de produções em Serviço Social na última década, o número de pesquisas que abordam de alguma forma o trabalho doméstico e de reprodução social ainda é ínfimo, evidenciando a necessidade de adensamento da discussão no interior da categoria.

Ainda ponderando a perspectiva do cotidiano interventivo dos/as profissionais, elucidase o fato da profissão possuir uma marca feminina, justamente diante da ótica de cuidado e de caridade a qual se estabeleceu nos primórdios da profissão (MARTINELLI, 2003), refletindo assim no quantitativo de profissionais mulheres. Em vista disso, a pesquisa visa servir de aporte para possivelmente construir novas perspectivas sobre a feminização de tarefas, como o trabalho doméstico e de reprodução social, bem como incentivar a incorporação de discussões sobre gênero no Serviço Social, entendendo que a desigualdade entre homens e

⁵ Quadros de produções mapeadas e brevemente analisadas disponíveis a partir da página 109 da dissertação.

⁶ “Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.” (BRASIL, 2013). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm

mulheres se reproduz por meio de bases machistas e patriarcais sustentadas pelo capitalismo, que relegam o trabalho de cuidado para as mulheres há muitos séculos.

Relaciona-se a importância do estudo também ao fato de que no Serviço Social é “preciso, portanto analisar de forma complexa os processos de exploração da força de trabalho, para não cair na armadilha de redução da realidade à dimensão econômica nem a mera dimensão subjetiva” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 148).

Nesse sentido, identificou-se que abordar a temática de trabalho doméstico e reprodução social na perspectiva crítica, a fim de socializar o conhecimento adquirido, pode contribuir no incentivo a estratégias cotidianas de atuação profissional para com as usuárias que chegam até as instituições, considerando as particularidades apreendidas tanto na base material quanto na subjetiva da exploração e opressão expressa no cotidiano dos/as usuários/as. As disparidades das relações de gênero impostas às mulheres selam destinos e estão presentes na estrutura capitalista como um tensionamento constante entre a desigualdade e a resistência.

Destaca-se que o Serviço Social trabalha *a priori* com relações de cunho econômico e social. Salienta-se então que não pode haver um descolamento dos marcadores de gênero, raça/etnia, classe, diversidade sexual, geracional e territorial. A partir da mediação desses pilares, os(as) profissionais obtêm o suporte necessário para a execução de uma intervenção baseada em uma perspectiva de totalidade da realidade.

Importante aludir que quando se suscita a discussão sobre a desigualdade de gênero em qualquer uma de suas diversas faces, é necessário executar o movimento de incentivar e criar formas de resistência ao que é imposto historicamente. Visto isso, se almeja por meio da dissertação o fortalecimento de estratégias de cunho feminista que evidencie confrontar as bases do sistema capitalista, e que também oxigene as discussões da temática em âmbito de Serviço Social, no sentido de acentuar a defesa dos direitos de mulheres, sobretudo na atual conjuntura, buscando **alinhar os parâmetros éticos e políticos da profissão através de uma ótica feminista, anticapitalista e anticolonialista**. Acerca disso, o feminismo se caracteriza como um expoente na presente dissertação, visto que

A teoria política feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, que investiga a organização social tendo como ponto de partida as desigualdades de gênero. Com essa análise, evidenciam-se alguns dos limites mais importantes das instituições vigentes, que, a despeito de suas pretensões democráticas e igualitárias, naturalizam e reproduzem assimetrias e relações de dominação. Evidenciam-se também limites das teorias políticas tradicionais, que tendem a aceitar sem questionamento a distinção entre a esfera pública e a esfera privada e que são cegas à relevância política da desigualdade de gênero (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 4).

O âmago das inquietações relacionadas ao feminismo, ao que faz a mulher “de fato” uma mulher, qual seria o seu lugar no mundo e o porquê de tanta desigualdade, concentra suas primeiras manifestações na infância da referida pesquisadora que aqui vos fala. Filha de pais separados que cresceu na companhia da mãe, e esporadicamente do pai, mantinha uma observação constante e atenta a tudo o que se referia ao trabalho realizado pela “mulher da casa”.

Entre dúvidas, descobertas e necessidades, eis que surge a oportunidade de uma bolsa de pesquisa durante a graduação em Serviço Social no Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais, Questão Social e Relações de Exploração/Opressão da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Foi por meio deste ensejo, aliado a curiosidades pessoais e ambições acadêmicas que se iniciaram as aproximações mais intensas com a temática.

Havia uma efervescência do debate entre livros e pesquisas, ao passo que o país vivenciava uma experiência eleitoral que trazia (ainda traz) muita insegurança para as mulheres de todo o Brasil, a pesquisadora então se aliou ao Movimento do #EleNão⁷, na tentativa de reivindicar os direitos ameaçados e combater também na prática a desigualdade que perpassa o cotidiano das mulheres.

A partir da compreensão da importância da discussão desse tema para a profissão de Assistente Social, e também para desvendar os nós da exploração e da opressão de mulheres na sociedade, a fim de traçar estratégias de enfrentamento, a referida pesquisadora direcionou seus estudos do trabalho de conclusão de curso da graduação também à temática de gênero. Nesse trabalho, deu enfoque ao movimento feminista como um movimento político, ativo e que vem se reestruturando de forma a incluir demandas que englobem toda a população, e não apenas o 1% detentor dos meios de produção capitalistas, um Feminismo para os 99%, um Feminismo para além das amarras do capital (GARCIA, 2019).

Nesse sentido, a motivação que incentivou a produção dessa dissertação vem em um crescente há alguns anos, buscando evidenciar cada vez mais a importância da discussão com novas possibilidades e novas perspectivas. Quanto mais se aprende, mais se tem a aprender.

A crise capitalista catastrófica como descreve Wendy Brown (2019) em “as ruínas do neoliberalismo”, tem atingido principalmente os países dirigidos por governantes da direita “religiosa”, ameaçando substancialmente os direitos e liberdades adquiridos pelas mulheres e por populações denominadas ironicamente de “minorias”. Pensando nisso, surge a seguinte

⁷ “#EleNão: a manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos.” Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

questão: será que os estereótipos de mulher “bela, recatada e do lar⁸” são visões realmente ultrapassadas ou o capitalismo e suas reinvenções neoliberais querem fazer crer que isso não existe mais, a fim de continuar invisibilizando e desvalorizando o trabalho executado no âmbito “privado”?

A partir de reflexões como essa e sobre o que a mulher e o trabalho que a mesma executa dentro de casa representam para a economia capitalista, é que surge a problemática da presente dissertação: *Como a reprodução do capitalismo se favorece da exploração e opressão de mulheres, a partir dos estudos de Silvia Federici, no que se refere ao trabalho doméstico e de reprodução social?* Diante da dúvida que orientou o problema da pesquisa, construiu-se o seguinte objetivo geral: *Apreender de que maneira o capitalismo se beneficia do trabalho não remunerado de mulheres, por meio dos estudos de Silvia Federici, com vistas a contribuir com a expansão do conhecimento na área do Serviço Social sobre o trabalho doméstico e de reprodução social.*

Para alcançar tal reposta, foram criados três objetivos específicos, sendo eles 1) *Apreender as concepções da autora Silvia Federici acerca do trabalho doméstico e de reprodução social.* 2) *Identificar a contribuição do trabalho doméstico e de reprodução social na dinâmica da reprodução do capitalismo a partir dos estudos de Silvia Federici.* 3) *Identificar a partir da análise das obras de Silvia Federici, quais seriam as possíveis contribuições para o processo de emancipação das mulheres na realidade brasileira no que concerne ao trabalho doméstico e de reprodução social.*

No intuito de encontrar as respostas dos questionamentos, e assim chegar ao objetivo proposto, foi traçado um percurso metodológico. Na concepção de Minayo (2002, p. 16), a metodologia se expressa por ser “a articulação entre pensamentos, conteúdos e existência”, no sentido de ir além de técnicas e instrumentos como constituintes de uma metodologia, mas abarcar a importância da criatividade do/a investigador/a envolvido/a nesse processo como um dos pilares da pesquisa. Nesse sentido, destaca-se aqui o percurso metodológico como o caminho do pensamento que norteou a apreensão da realidade da pesquisa.

A presente pesquisa foi construída por meio da ótica da **pesquisa qualitativa**, de modo a observar fatores que não podem ser diminuídos apenas a números que os quantifiquem, defendendo a compreensão dos significados que permeiam as esferas da vida

⁸ “Bela, recatada e do lar”: por que a expressão gerou tanta polêmica nas redes sociais? Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/donna/noticia/2016/04/bela-recatada-e-do-lar-por-que-a-expressao-gerou-tanta-polemica-nas-redes-sociais-cjpl6oxcz009vwsncq3poc9v1.html>

dos sujeitos através de uma abordagem qualitativa de produção de conhecimento, visando adentrar nos processos para além do superficial (MINAYO, 2002).

Pensar a produção de uma pesquisa qualitativa envolve considerar que a mesma deve buscar a singularidade dos fenômenos de uma forma muito particular, emergindo na realidade para além da opinião formada do/ pesquisador/a, de forma a conhecer as experiências sociais de situações, objetos ou sujeitos envolvidos (MARTINELLI, 1999).

Objetivando aprofundar os conhecimentos acerca da exploração e opressão de mulheres no capitalismo, bem como os conhecimentos e produções sobre o trabalho doméstico e a reprodução social, a pesquisa também se caracterizou como **exploratória**. “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27).

Como base para a execução do estudo, foi necessária a utilização de um método que contemplasse os objetivos traçados. Conceituando **método**, é possível entendê-lo segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 65) como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros”, ou seja, o método é a forma de pensar que viabiliza o alcance até os objetivos através de uma corrente de pensamento (GIL, 2008). O método que conduziu as apreensões sobre o objeto de estudo nessa pesquisa foi o método dialético-crítico.

Segundo Konder, a dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (2008, p. 7-8). Já Kosik (1976) entende que a dialética é a criticidade dos pensamentos, que se dispõe a desvendar os fenômenos, de forma que eles não se esgotem em si mesmos e onde questiona a possibilidade de se chegar a esse entendimento.

O **método dialético-crítico** foi escolhido para a presente dissertação no sentido de que o mesmo contribui para analisar o objeto pensando na realidade de forma cíclica e não estática, a proposição então foi de possibilitar a apreensão da essência da exploração do trabalho doméstico e de reprodução social no capitalismo, partindo de sua aparência cotidiana, de como ele se apresenta inicialmente de forma invisibilizada e desvalorizada, buscando o cerne de sua totalidade por meio de aproximações com suas inúmeras expressões. Esse tipo de abordagem “considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as contradições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais” (MINAYO, 2002, p. 24). O método dialético adentra nos processos da referida pesquisa como

uma forma de ultrapassar a imediatividade e o senso comum acerca das atividades social e historicamente atribuídas às mulheres e sua função no modo de produção.

Entende-se que pesquisar sob um viés crítico demanda a desconstrução de estigmas e pré-conceitos estabelecidos pela sociedade, considerando que a importância da abstração sobre os condicionantes da exploração e da opressão está em, além de transpor as fronteiras do senso comum para a contribuição de uma possível emancipação de mulheres, também em apreender qual o papel desempenhado pela mulher na sociedade a partir das funções que lhes foram atribuídas historicamente por conta da relação patriarcal-capitalista-racista.

Sendo assim, cabe aqui ressaltar a importância das categorias do método que foram utilizadas, tendo em vista que cada uma delas exerceu um papel fundamental para melhor compreensão dos fenômenos individualmente e em conjunto. Por conseguinte, as categorias escolhidas para a construção e análise foram historicidade, contradição, mediação e totalidade.

A categoria **historicidade** se situa na compreensão da modificação dos indivíduos e dos processos sociais que vivenciam, por meio dos contextos históricos em que os sujeitos estão inseridos, levando em conta o modo de produção que rege esses contextos, “pela historicidade, pode-se apreender o movimento e a transição dos sujeitos, dos fenômenos, dos objetos e dos processos sociais que constituem a realidade” (KOSIK, 1976, p. 42).

A trajetória das mulheres é marcada por inúmeras modificações sociais caracterizadas por movimentação política, conquista de direitos, exploração e dominação. Pensar o papel da mulher na dinâmica da sociabilidade capitalista exige pensar nas transformações das formas de produção e reprodução das relações sociais. Nesse sentido, a fim de dar conta das inquietações históricas que a categoria que o trabalho socialmente destinado a mulheres aborda, foi utilizada a categoria contradição.

A **contradição** é considerada o eixo de desenvolvimento das mudanças da historicidade, a negação de processos, enquanto, afirmação de outros que permeiam todas as relações sociais, se a contradição é em sua essência a luta dos contrários, tudo que compõe a realidade é resultado dos confrontos das contradições (KONDER, 2008). Sendo assim, a contradição foi elencada enquanto categoria porque compreende os fenômenos da realidade em suas faces opostas, haja vista que a mulher também protagoniza movimentos de resistência frente às desigualdades, ressaltando também que existem contradições na forma como a exploração e a opressão atinge a diversidade e a pluralidade de mulheres.

Para possibilitar a articulação entre os processos históricos que permeiam as contradições, a pesquisa utilizou a categoria **mediação**, que por si constitui-se em executar a intersecção entre as categorias acima descritas, por meio da perspectiva de que os fenômenos cotidianos são social e historicamente construídos, e estão interligados (PONTES, 2016). A categoria mediação foi utilizada para contemplar especialmente os sistemas de opressões trabalhados ao longo da pesquisa: gênero, raça e classe, a fim de mediar e entender como esses marcadores sociais constroem narrativas e influenciam na proporção em que mulheres são exploradas e oprimidas.

Executar a intersecção desses nichos de forma indissociável um do outro, no bojo de uma sociedade que possui uma herança colonial recente, capitalista, e que, *a priori*, coloca mulheres negras e imigrantes, trabalhadoras e pobres, trans e travestis nas trincheiras da exploração e da opressão, é fundamental para compreender como as formas de trabalho dessas mulheres são vistas pela sociedade.

Para contemplar uma análise abrangente da articulação entre as categorias, por meio da mediação é que se pretende chegar à categoria **totalidade**. A totalidade, por sua vez, se caracteriza como um processo em constante mudança e compreensão do todo, é onde a mutualidade entre todas as realidades constitui a própria totalidade (KONDER, 2008). A análise das premissas envolvidas em cada processo social identificado na pesquisa constituiu a totalidade, onde a análise pretendeu expressar a dialética de forma mais visível, compreendendo os fenômenos como um todo em constante movimento e identificando como se apresenta essa totalidade que envolve a opressão de mulheres diante da exploração do trabalho doméstico e de reprodução social que executam.

Para que fosse possível coletar, analisar e construir todo o processo da pesquisa foi necessário o uso de técnicas e instrumentos, dois elementos fundamentais. As técnicas indicam o agrupamento das ferramentas necessárias para a coleta de dados, e os instrumentos são os meios concretos pelos quais os dados serão coletados (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Neste caso, optou-se pela modalidade de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica visa aproximar o pesquisador/a de tudo o que já foi produzido relacionado à temática em questão dentro da delimitação de tempo e espaço elencada, bem como busca a renovação das pesquisas sobre diferentes olhares e perspectivas, a fim de não esgotar o tema em si mesmo (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Quanto aos instrumentos, foi construído um roteiro norteador de questões e uma ficha técnica de leitura, visando uma melhor organização do andamento da pesquisa e uma coleta

mais pontual do que se necessitava. No que se refere ao universo, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 223) “[...] consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. serão pesquisados”, ou seja, o universo abrange quais segmentos serão abordados nas pesquisas. Nesse caso, o universo se delineia a partir de **todas as obras publicadas de Silvia Federici no Brasil (em formato de livro físico) de 2015 a 2021.**

A autora escolhida para representar o universo da pesquisa foi selecionada de uma forma muito particular, pensando em como poderia contribuir com a construção da pesquisa. Silvia Federici é uma feminista marxista autônoma Ítalo-estadunidense, possui uma bagagem que ultrapassa os trinta anos de pesquisas e reflexões acerca do trabalho doméstico e da reprodução social, acumulando um arcabouço teórico significativo sobre a temática. Além disso, é co-fundadora do Coletivo Internacional Feminista e participou ativamente por cinco anos junto a outras feministas marxistas da Campanha Internacional por salários para o trabalho doméstico (FEDERICI, 2019).

As obras da autora foram selecionadas para a presente pesquisa por conta da postura crítica que a mesma possui e suas contribuições extremamente relevantes acerca da temática de estudo em questão, que vem levantando debates ao redor do mundo e que se caracteriza hoje como um expoente no movimento feminista contemporâneo.

Adentrando a questão da amostra no percurso metodológico, esta é considerada uma parte delimitada do todo do universo a ser analisada, “o conceito de amostra é ser uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 223). Na presente pesquisa, a amostra determinada foi a **não probabilística**, essas amostras “não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador” (GIL, 2008, p. 91).

As obras escolhidas foram selecionadas através do **critério de conveniência**, baseando-se no material que a pesquisadora conseguiu ter acesso e se aproximar (GIL, 2008). Nesse sentido, a amostragem foi delimitada por meio das obras de Silvia Federici já publicadas no Brasil e é composta pelas seguintes produções:

Quadro 1: Amostragem Livros

Tipo de Obra	Título	Ano	Autora	Área de conhecimento
Livro	CALIBÃ E A BRUXA: Mulheres, corpo e acumulação primitiva.	2017	Silvia Federici	Filosofia
Livro	O PONTO ZERO DA REVOLUÇÃO: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.	2019	Silvia Federici	Filosofia
Livro	Mulheres e Caça às Bruxas	2019	Silvia Federici	Filosofia
Livro	O Patriarcado do Salário	2021	Silvia Federici	Filosofia

Fonte: Sistematização da autora (2020) 1

Quanto ao tratamento dos dados, a etapa denominada de análise de dados, é considerada segundo Minayo (2002) a fase de interpretação, onde a análise científica e a interpretação do pesquisador(a) se encontram em uma só. No caso da pesquisa social, existem três finalidades da análise que se complementam entre si, são elas:

Estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas, e ampliar o conhecimento do assunto pesquisado articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte (GOMES apud MINAYO, 2002, p. 69).

A análise dos dados da presente pesquisa foi executada por meio da técnica **análise de conteúdo**. As fases cronológicas que caracterizaram a análise de conteúdo foram divididas em pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Cada fase possui sua dinâmica própria, a primeira fase refere-se à organização do material que foi analisado, definições de categorias, contextos, unidades entre outros componentes. Nessa fase, a pesquisadora explorou os materiais sobre a temática, organizou e delimitou as produções, e elencou as categorias que foram analisadas de forma a definir limites e possibilidades da pesquisa (MINAYO, 2002).

A segunda fase consiste em aplicar o que foi definido na primeira, é a fase mais longa e que demanda inúmeras leituras do material. Nesse sentido, a pesquisadora executou as leituras em busca das respostas que correspondessem às suas questões norteadoras e seu problema. Por fim, na terceira fase é onde acontece o desvendamento dos dados. Destarte, nessa fase a pesquisadora buscou articular as informações de forma qualitativa, corporificando a interpretação dos resultados obtidos, de maneira a alcançar seus objetivos (MINAYO, 2002).

A análise de conteúdo permite ao pesquisador(a) vislumbrar dados qualitativos baseados nos contextos que estes se inserem, entretanto, os resultados obtidos através dessa forma de análise não se esgotam em si mesmos, considerando que a ciência, assim como a realidade, é mutável, podendo ser explorada de outras formas futuramente (MINAYO, 2002).

Pensando a socialização dos dados e os pressupostos éticos, ressalta-se que a pesquisa em questão foi realizada de acordo com o que está disposto na lei nº 9.610 de 19 de 1998, que versa acerca dos direitos autorais. O material de análise foi manuseado e analisado pela pesquisadora respeitando a ética e a fidedignidade da coleta, sem plagiar, manipular dados, discriminar ou estigmatizar os processos desvendados ao longo da construção. A pesquisa foi construída também de acordo com as premissas da Resolução nº 510 de 2016, que versa sobre estudos na área das Ciências Humanas e Sociais.

Refletir sobre a socialização da pesquisa é um desafio no sentido de que essa etapa se faz de suma importância para contribuir com o meio acadêmico e profissional do Serviço Social, para que se possa ter uma apreensão cada vez mais abrangente sobre a temática desenvolvida e também para possivelmente contribuir no desenvolvimento de alternativas e estratégias para o aprimoramento dos processos interventivos da profissão. Entretanto, também se faz importante a socialização desses dados ao público externo a academia e a profissão, a elaboração de estratégias para alcançar também outras áreas e outros indivíduos.

Nesse sentido, a pesquisa será socializada com o meio acadêmico por meio da defesa da dissertação do mestrado, estando também disponível como cópia no acervo da biblioteca da universidade, bem como através de publicações em periódicos e apresentações em eventos.

No que tange ao público externo, a academia e ao Serviço Social, a pesquisadora se provocou a pensar maneiras de disseminar esse conhecimento de forma didática, simples e que pudesse chegar rapidamente aos demais indivíduos. Nesse sentido, surgiu a ideia da criação de **cards digitais** com os dados e informações coletadas ao longo da pesquisa, elaborados da forma dinâmica, para que a pesquisadora dissemine em forma de posts em suas redes sociais. A intenção é que as informações possam chegar a parcelas diversas da população, principalmente mulheres que não frequentam o meio acadêmico, mas que também têm direito de acesso a essas informações.

A partir desse conjunto de informações, é que a dissertação intitulada “*GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL: uma análise sobre a exploração e opressão de mulheres no capitalismo*” se corporifica e se estrutura em quatro capítulos,

iniciando por meio da presente introdução onde foi traçado o caminho metodológico a seguir e a importância da elaboração do estudo.

Em seguida, o capítulo dois, intitulado de “*MULHERES NA SOCIEDADE CAPITALISTA: desvendando possíveis origens da opressão*”, o capítulo possui dois subitens, sendo o primeiro chamado “*de Mulheres, Bruxas e Revoluções na transição do feudalismo para o capitalismo*”. O subitem aborda o fenômeno de Caça às Bruxas na Europa, no intuito de relacioná-lo com a questão da reestruturação da divisão sexual do trabalho no bojo da transição do feudalismo para o capitalismo. O segundo subitem nomeado de “*A indissociabilidade do capitalismo, do racismo e do patriarcado na consolidação da exploração e opressão de mulheres*”, discorre acerca de como se organiza a exploração e a opressão dos(as) trabalhadores(as) no sistema capitalista, visando demonstrar que não há neutralidade quando se trata das opressões de gênero, raça e classe na barbárie do capital.

Ao terceiro capítulo foi escolhido o título de “*TRABALHO DOMÉSTICO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ATIVIDADE IRRELEVANTE PARA A DINÂMICA DO CAPITAL?*” Nesse sentido, o capítulo se organiza em dois subitens, o primeiro denominado de “*Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado.*” traz em sua composição as considerações acerca do trabalho doméstico e de reprodução social como uma construção do sistema capitalista que, ao passo que desvaloriza e invisibiliza essas formas de trabalho, também se beneficia das mesmas. O Segundo subitem chama-se “*E a mulher brasileira “cumé que fica”?: Construindo possibilidades a partir da realidade de mulheres brasileiras*” e possui como núcleo de discussão a construção de possíveis estratégias de emancipação do trabalho doméstico e de reprodução social para as mulheres brasileiras baseadas na realidade que está posta atualmente. Por fim, as considerações finais esboçam a trajetória do estudo, suas considerações e os questionamentos que dele emergiram, afastando-se da pretensão de esgotar a produção em si mesma e estabelecer um ponto de vista único que dita normas e regras, entendendo que a realidade é pluridimensional e está em constante movimento.

2 MULHERES NA SOCIEDADE CAPITALISTA: DESVENDANDO POSSÍVEIS ORIGENS DAS OPRESSÕES

O capitalismo enquanto um sistema de exploração e opressão que visa a lucratividade como ponto chave do seu funcionamento possui desdobramentos que incidem sobre a vida das pessoas com requintes de crueldade. Sendo as mulheres desde os primórdios do capitalismo o elo considerado mais fraco pelo mesmo e pelo patriarcado, tendo seu trabalho relegado a tarefas consideradas socialmente improdutivas, são elas que sofreram e ainda sofrem com as opressões de forma mais violenta e intensa.

Para iniciar as reflexões sobre a opressão das mulheres e a exploração do seu trabalho, se introduz as análises acerca da origem desse processo no interior dos moldes do sistema de produção atual. Nessa acepção, é necessário compreender o patriarcado a partir de um sistema que explora, oprime e produz contradições junto ao capitalismo, visto que se dicotomizadas, essas categorias não poderiam contemplar a totalidade da opressão das mulheres através de uma visão histórico-dialética (ARRUZZA, 2015).

A base econômica e material impacta significativamente na subjetividade dos sujeitos, bem como nas relações que os mesmos produzem e reproduzem coletivamente, porém, longe de conceber um entendimento reducionista e ortodoxo de primazia da economia e classe de forma determinista sobre as opressões sofridas entende-se que

[...] dentro da sociedade capitalista a opressão das mulheres e as relações de poder são consequências necessárias do capitalismo, e dizer que esse fenômeno não tem sua própria lógica independente, não significa apoiar o argumento absurdo de que a opressão de gênero se origina com o capitalismo. O que está sendo defendido aqui é um argumento diferente, ligado às características particulares do capitalismo (ARRUZZA, 2015, p. 46).

A exploração e a opressão são fatores que já incidiam sobre a vida das mulheres anteriormente a ascensão do capitalismo, não obstante, o ponto de vista que está sendo discutido na presente pesquisa, vai ao encontro do que a autora alega, onde as relações desiguais de poder produzidas a partir do capitalismo intensificaram a forma como esses dois fatores atingem as mulheres.

Rose Marie Muraro (2015, p. 23) na introdução do livro “O martelo das feiticeiras” expõe que “Para compreendermos a importância do Malleus é preciso que tenhamos uma mínima visão da história da mulher ao longo da humana em geral.” Bom, para que se possa apreender a condição de oprimida da mulher na sociedade capitalista atual, bem como as

determinações que a relegaram ao âmbito privado junto as suas tarefas, é necessário também que se obtenha essa visão histórica de discussão em sua totalidade.

Para estrear o tema no presente trabalho, este segundo capítulo discutirá primeiramente sobre as origens da opressão da mulher sob a ótica da caça às bruxas na Europa, na transição do feudalismo para o capitalismo, tendo a caça às bruxas como um instrumento de opressão e apropriação de mulheres pelo Estado para dar espaço ao novo modo de vida que estava se estabelecendo por meio do processo de acumulação primitiva. Maria Mies (2018) colabora nesse sentido dizendo que

Aunque se supone que la caza de brujas es algo del pasado, el punto de vista de esa época, de la Ilustración y la Razón es aún el mismo. Está basado en la creencia de que la tierra, la naturaleza y los seres humanos no son suficientemente buenos tal y como son, sino que deben ser mejorados, desarrollados y perfeccionados para que la civilización acceda a un «nivel superior» en el planeta (p. 32).

Subsequente as contribuições sobre como se desenvolveram os fenômenos que trouxeram a mulher ao lugar que ocupa hoje na sociedade, o capítulo discorre sobre o modo de produção capitalista e de que forma o mesmo se organiza como um sistema que explora e oprime de forma mais intensa indivíduos que fazem parte de determinados grupos sociais, assentando sua “justificativa” no gênero, na classe e na raça.

2.1 MULHERES, BRUXAS E REVOLUÇÕES NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

*“Yo no creo en brujas, pero que las hay, las hay”
Miguel de Cervantes*

*“Enquanto, astutamente, eu surrupiava seu lenço também lhe arranhei o mindinho, e ele exclamou: — Ai! O que é que você fez, sua bruxa? Ele disse por brincadeira. Mesmo assim, aquela palavra me assombrou. O que é uma bruxa? Percebi que em sua boca a palavra estava manchada de degradação. Como é isso? Como? A faculdade de se comunicar com os invisíveis, de manter um laço constante com os finados, de cuidar, de curar, não era uma graça superior da natureza a inspirar respeito, admiração e gratidão?”
Eu, Tituba: Bruxa negra de Salem - Maryse Condé*

Discutir a opressão da mulher sob o olhar de Silvia Federici é mergulhar em um arcabouço teórico extremamente rico, crítico e sincero com a realidade. Ao mesmo tempo em que exige grande interpretação, também possibilita abraçar e acolher novas descobertas, principalmente na leitura do livro *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*.

Cabe mencionar brevemente, que a autora inicia suas reflexões retratando sua visão e suas ressalvas com relação a algumas análises de Marx, voltadas ao conceito de acumulação primitiva, bem como sobre a ausência da discussão no que concerne ao trabalho doméstico e materno em suas análises.

Ressalvas como essa não são reflexões que nasceram agora, tampouco tiveram início nas obras de Federici, elas permearam também reflexões como as de Roxa Luxemburgo, ao analisar que Marx também não incluía em suas abordagens a questão dos camponeses e outras classes existentes na sociedade que não fosse o trabalhador industrial (MIES, 2018). Nesse sentido quando se debate a questão do trabalho doméstico e de reprodução social, Maria Mies, socióloga e feminista alemã afirma que

Marx consideraba esta «reproducción de la clase trabajadora» diaria y generacional como un asunto de tipo biológico. La mayor parte de las feministas occidentales criticaban a Marx por su concepción biologicista y su visión sexista del trabajo doméstico de las mujeres (MIES, 2018, p. 26).

Entretanto, distante de ater-se fundamentalmente a discordâncias teóricas, o presente trabalho considera que o tempo histórico, o território em que se situam, e o local de fala de autores e autoras influenciam diretamente em suas produções. Atualmente, o espaço para trabalhar essas categorias (e outras) de extrema importância se abre de forma mais ampla, possibilitando assim um ambiente profícuo para uma discussão mais intensa e crítica, sem

necessariamente desconsiderar teorias já estabelecidas, de forma a perfazer uma crítica propositiva no sentido de somar acadêmica e socialmente. Na obra *O patriarcado do Salário de Federici* (2021, p. 19), a autora faz o seguinte relato

“[...] assumir uma postura crítica em relação a aspectos da teoria política de Marx não significa rejeitar sua obra nem deixar de reconhecer sua importância única. Marx nos deu a linguagem e as categorias necessárias para pensar o sistema capitalista e compreender a lógica que impulsiona sua reprodução crescente. Aliás, mesmo depois de todas as mudanças pelas quais o capitalismo passou desde a época do autor, hoje é difícil pensar na realidade social contemporânea e na luta pela libertação sem recorrer a *O capital* ou aos *Grundrisse*.

Entende-se que as reflexões de Silvia Federici caminham nesse sentido, e contemplam UM ponto de vista sobre as mulheres (dentre tantos outros) que outrora foram deixados de lado por circunstâncias diversas, da mesma forma que a presente dissertação se abre para o diálogo e a construção de novas perspectivas. Sobre a análise de Marx em relação à acumulação primitiva, Costa (2019, p. 22) argumenta que

O debate sobre a acumulação primitiva realizado por Marx (2014) nos fornece os elementos basilares para compreendermos a lógica e o fundamento do modo de produção capitalista. O retorno aos debates empreendidos por Marx, nesta parte de *O capital*, nos auxilia a entender a lógica da colonização, os processos gerados com a escravização da população indígena e negra, a organização financeira inicial do capital comercial e, posteriormente, industrial.

Quanto à discussão sobre Marx e seu método, Federici reconhece que

Seu método materialista histórico não apenas nos ajudou a desconstruir as hierarquias e identidades de gênero, como demonstrou que a “natureza humana” é produto da ação social. A análise de Marx do capitalismo nos deu ferramentas para pensar tanto sobre as formas específicas da exploração à qual as mulheres têm sido submetidas na sociedade capitalista como sobre a relação entre “sexo, raça e classe” (2021, p. 62).

Diante disso, afirma-se mais uma vez a importância de discutir a questão da exploração e opressão das mulheres no Serviço Social através de uma perspectiva crítica e feminina que dialogue com o método de Marx e suas categorias. Entretanto, sem permanecer estacionadas(os) em análises que não contemplam a totalidade de certa realidade, não por motivos de omissão, mas sim por limites postos ao que estava dado no período de edificação das discussões. Ademais, dialogar com diferentes pontos de vista integra a dimensão investigativa da categoria profissional, e é extremamente relevante, considerando que a realidade não é inerte, e a dialética supõe que a existência está em constante movimento, revelando diversas faces da construção das relações sociais.

Destarte, entende-se que a exploração e a opressão de mulheres não possuem suas raízes ligadas apenas aos resquícios das relações estabelecidas no feudalismo ou anterior a esse momento, tendo maior impacto na fase de acumulação do capitalismo, isso porque “as

mulheres foram as produtoras e as reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho.” (FEDERICI, 2017, p. 17).

Nesse sentido, o presente subtítulo busca situar a relação embrionária da exploração/opressão da mulher na idade média/primórdio do capitalismo através de um ponto de vista embasado pelo fenômeno da Caça às Bruxas na Europa. Esse processo ocorreu simultaneamente ao que Marx denomina como *acumulação primitiva* do capital, que consiste no “processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” (MARX, 2014, p. 786). Federici considera a acumulação primitiva de Marx

[...] um conceito útil, já que conecta a “reação feudal” com o desenvolvimento de uma economia capitalista e identifica as condições históricas e lógicas para o desenvolvimento do sistema capitalista, em que “primitiva (“originária”) indica tanto uma pré-condição para a existência de relações capitalistas, como um evento específico no tempo (2017, p. 117-118).

A pré-condição que Federici cita refere-se aos acontecimentos que forneceram bases para o estabelecimento de um novo modo de produção, que vão desde as manifestações de revolta contra o poder feudal, até a violência utilizada para expropriar os servos e lhes tirarem suas condições de existência.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo (MARX, 2014 p. 787).

Marx (2014) e Federici (2017) coadunam ao auferir que processo de transição abordado como acumulação primitiva do capitalismo não se define como um momento tranquilo de mudança, onde um sistema econômico não estava sendo capaz de dar conta da realidade. Os autores alegam que essa mudança arquitetou-se por meio um regime de acumulação que durou mais de um século, sob bases violentas, colonizadoras, exploradoras e opressoras dos povos trabalhadores. Desses povos, o presente trabalho destaca principalmente as mulheres, mulheres pobres e mulheres negras, que foram vítimas de múltiplas formas de violência, tratadas como objetos de manejo pelo Estado, para que as bases de acumulação de capital fossem estabelecidas, sendo historicamente subalternizadas por um sistema econômico bárbaro.

Federici (2017) se posiciona no sentido de que, ainda que Marx discorra em suas obras sobre a acumulação primitiva do capital, ele o faz apenas através da perspectiva do novo proletariado assalariado da indústria européia, e quais as implicações que a exploração da mão

de obra dessa camada da sociedade como mola propulsora de uma revolução. Ainda que mencione a escravidão como parte fundamental da acumulação primitiva, bem como trabalhe a questão da exploração do trabalho de mulheres e crianças nas fábricas, segundo a autora (2021), não há registros que mencionem as mudanças que conduziram a posição social das mulheres e na sua reprodução de força de trabalho na idade média.

Formulando o pensamento situando-se através da perspectiva do papel que as mulheres exerceram nesse período, Federici alega que

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno (2017, p. 119).

A formação da sociedade atual moldou-se em grande escala por meio dos acontecimentos do dado momento em que “Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos grandes segredos do sucesso da dinâmica do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 606).

Desta forma, elencar a caça às bruxas e os fatos que constituem esse período, implica revisar os acontecimentos que propiciaram o ciclo que massacróu milhares de mulheres através de tortura, morte e exclusão. Destaca-se aqui a importância de apreender esse decurso no sentido de estabelecer uma ligação entre a forma como as mulheres e as “minorias” foram tratadas nos primórdios do capitalismo, com a maneira que vêm sendo tratadas na sociedade contemporânea, colonizada pelos mesmos homens e instituições que praticaram os massacres no passado.

O capitalismo despontou no bojo de inúmeras transformações econômicas, sociais, culturais e científicas. É necessário, portanto, reafirmar a desmistificação de que o desenvolvimento deste modo de produção se caracteriza como a evolução da economia feudal, visto que o capitalismo emergiu de uma “contrarrevolução que destruiu as possibilidades que haviam emergido da luta antifeudal” (FEDERICI, 2017, p. 46) visando fomentar o processo de acumulação de riqueza.

A sociedade capitalista se concretizou por meio de uma ruptura revolucionária da burguesia contra o modo de produção feudal, emergindo dessa ruptura duas classes distintas (burguesia e proletariado). Isso se deu tendo que vista que a transição de um modo de produção para outro, transforma também a organização social de classes, alterando-se as

regras, ou seja, entre quem detém a propriedade privada e, por conseguinte o poder no processo de produção (HUBERMAN, 1986).

Portanto, a afirmação que Federici (2017) faz acerca da origem desse sistema, além de contrapor as afirmações sobre a evolução do feudalismo também insere o período feudal, principalmente em sua crise, como um período de movimentos sociais e revoltas ativas contra a expropriação de terras, uma luta de classes constante.

Cabe aqui elucidar que o antagonismo e a opressão de classe existiram também nos modos de produção anterior ao capitalismo, considerando que o trabalho é uma categoria trans histórica e ontológica, ou seja, existe na história da humanidade. Como afirmam Marx e Engels (1998, p.19), todas as sociedades que já existiram se apoiaram no antagonismo entre classe oprimida e classe opressora, porém “[...] para oprimir uma classe, é necessário assegurar-lhe ao menos as condições mínimas em que possa ir arrastando a sua existência servil”. Os autores ainda adicionam que

A sociedade burguesa moderna, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Limitou-se a estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das anteriores. A nossa época, a época da burguesia, caracteriza-se, porém, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade está se dividindo, cada vez mais, em dois grandes campos hospitais, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 1998, p.5).

Dessa nova divisão emergiram lutas, e, além das lutas antifeudais dos servos, existiu também uma ativa participação das mulheres nos processos de resistência ao poder feudal, onde se localiza os primeiros sinais de uma organização do movimento das mulheres que buscavam alternativas de relações equitativas entre homens e mulheres, e de oposição as discriminações que sofriam junto ao processo do novo sistema econômico que estava despontando por meio da violência e do cercamento das terras comunais. Karl Polanyi (1980, p. 53) descreve os cercamentos como uma “revolução dos ricos contra os pobres”, onde os indivíduos foram literalmente roubados pelos senhores e nobres, tendo suas residências destruídas, acabando por ficarem completamente despossuídos dos seus meios de sobrevivência.

O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões (POLANYI, 1980, p. 53).

As análises de Federici, no que tange a questão dos cercamentos, condizem com o que Polany (2000) aborda, afirmando que

Na Europa, a privatização da terra começou no final do século XV, coincidindo com a expansão colonial. Ela assumiu formas diferentes: despejo de inquilinos, aumento de aluguel e impostos elevados por parte do Estado, o que levou ao endividamento e à venda de terras. Defino todos esses processos como expropriação de terra, porque, mesmo quando a força não era usada, a perda da terra se dava contra a vontade do indivíduo ou da comunidade, solapando sua capacidade de subsistência. Duas formas de expropriação de terra devem ser mencionadas: a guerra – cujo caráter mudou nesse período, uma vez que passou a ser usada como meio para transformar arranjos territoriais e econômicos – e a reforma religiosa (FEDERICI, 2017, p.130).

Huberman (1986, p. 62) expõe que “[...] se analisarmos os processos históricos, observaremos que as mudanças sociais decorrem a partir de um longo tramitar com recuos e avanços”. Esses processos atravessaram os meandros da transição do feudalismo, a expropriação de terras dos(as) camponeses(as), até se chegar ao mais avançado grau de produção industrial. O autor ainda corrobora dizendo que “[...] crenças, leis, formas de vida em conjunto, relações pessoais – tudo se modificou quando a sociedade ingressou em nova fase de desenvolvimento” (ibidem, 1986, p. 28).

Toda a mudança que o capitalismo trouxe consigo desde o processo de acumulação primitiva foi acompanhada da produção de extrema violência para garantia de seu êxito, nesse ínterim, essa categoria foi

el medio utilizado y gracias al cual las mujeres, las colonias y la naturaleza se vieron obligadas a servir al «hombre blanco» fue la violencia directa y que sin esta violencia no hubiesen tenido lugar la Ilustración europea, la modernización ni el desarrollo (MIES, 2018, p. 31).

A caça às bruxas se caracteriza como a constituição da espécie mais brutal de violência auferida contra as mulheres na Europa, reverberando também na América em graus ainda maiores por conta da escravidão. Em linhas gerais, foi um acontecimento de enorme relevância na reorganização do sistema econômico feudal para um sistema econômico capitalista, e para a formação de um proletariado moderno nesse sistema, que aconteceu adjacente aos processos de colonização no chamado Novo Mundo, bem como ao tráfico de pessoas para fins de escravidão, e aos cercamentos na Inglaterra (FEDERICI, 2017).

Nesse sentido, causou a fragilização da união de resistência do campesinato como um todo em um momento de imensas mudanças na forma de organização social e econômica, aumento de impostos, cercamento de propriedades e centralização do Estado. Tais fenômenos refletiram de forma direta na organização social e de reprodução, destacando que

A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social (FEDERICI, 2017, p. 294).

As relações feudais possuíam uma dinâmica própria de atividades coletivas, que eram amplamente valorizadas. As tarefas executadas pelas mulheres comumente eram organizadas em grupos, o que proporcionou um tecido de proteção e solidariedade entre as mulheres dos feudos, possibilitando meios de articulação e resistência. Além disso, o trabalho executado por mulheres possuía um valor reconhecido pela comunidade (FEDERICI, 2017).

As mulheres camponesas pobres não tinham como cuidar da saúde, a não ser com outras mulheres, tão camponesas e tão pobres quanto elas. Elas (as curadoras) eram as cultivadoras ancestrais das ervas que devolviam a saúde, e eram também as melhores anatomistas do seu tempo. Eram as parteiras que viajavam de casa em casa, de aldeia em aldeia, e as médicas populares para todas as doenças (MURARO, 2015, p. 79).

Contextualizar a forma como se constituam as relações entre as mulheres e a solidariedade entre elas não quer dizer que as mesmas não sofriam com opressões, mas demonstra que já havia um corpo organizacional consciente por parte delas, transfigurando-se importante para compreender que foi no capitalismo que a exploração e a opressão se acentuaram, por meio da desvalorização do papel das mulheres na esfera doméstica e na reprodução social, ambas classificadas como trabalho improdutivo na contemporaneidade.

Devido ao processo de expropriação das terras dos camponeses, houve um movimento de imigração para as cidades. Inicialmente, apesar de as mulheres imigrantes possuírem uma maior independência dos homens para construírem suas vidas da forma que escolhessem, com seus filhos ou sozinhas, majoritariamente não conseguiam se estabilizar em bons trabalhos e acabavam em sua maioria vivendo em situação de pobreza. Conforme essas imigrações foram aumentando e o número de mulheres crescendo em relação aos homens, as primeiras passaram a conquistar, de certa forma, uma maior autonomia e a ocuparem cargos de trabalho antes destinados à homens, como professoras, açougueiras, ferreiras e até mesmo médicas, chegando a serem as únicas a praticarem cesarianas quando obstétricas (FEDERICI, 2017).

Cuando las ciudades abrieron sus puertas, muchos sirvientes, hombres y mujeres se escaparon hacia ellas; el lema de la huida era: «El aire de la ciudad hace libre al hombre». Los pobres del campo enviaban a sus hijas para que se buscasen la vida por sí mismas como criadas, porque los padres no podían alimentarlas hasta casarlas. Esto provocó un crecimiento del número de mujeres sin pareja, solteras o viudas, que tuvieron que convertirse en económicamente activas. Las ciudades, entre los siglos xii y xiii, no excluían a las mujeres de ningún oficio que quisieran emprender. Resultaba necesario porque sin su contribución ni el comercio ni la industria se habrían extendido (MIES, 2018, p. 159-160)

Iniciou-se em dado momento, a disseminação de discursos sexistas por parte dos homens, que se viram assustados com a ascensão das mulheres, principalmente nos cargos de trabalho que antes eram relegados apenas ao sexo masculino. Através desses discursos emergiu uma reação misógina, que se estendeu desde os sermões dos padres das igrejas até a

literatura, passando a condenar e a satirizar as mulheres que buscavam sobreviver na independência, dando ênfase a uma perspectiva patriarcal de poder e humilhação (FEDERICI, 2017).

O capitalismo em quaisquer de suas fases necessitou e necessita de elementos que contribuam para o cumprimento de seus objetivos. Esses elementos visam manter a ordem e dar continuidade ao que está sendo difundido, destarte a categoria *alienação*⁹ é tão importante para a manutenção da ordem vigente. Na idade média, a Igreja Católica possuiu um papel fundamental para instauração de leis e regras morais que amparassem o novo sistema que estava emergindo.

Tais regras morais foram impostas e se concretizadas por meio da politização da sexualidade, por exemplo, um processo incentivado principalmente pela Igreja Católica através de manuais indicando formas de se relacionar sexualmente.

Esses trabalhos demonstram que a Igreja tentou impor um verdadeiro catecismo sexual, prescrevendo detalhadamente as posições permitidas durante o ato sexual (na verdade só uma era permitida), os dias em que se podia fazer sexo, com quem era permitido e com quem era proibido (FEDERICI, 2017, p. 81).

Ao passo que a Igreja criava mecanismos para repreender a sexualidade, as mulheres tentavam preservar certa autonomia sobre seus corpos, desenvolvendo suas próprias formas de contracepção para controlar a sua reprodução, mesmo sendo prática mal vista pelos olhos da religião dominante, que poderia as condenar a 10 anos de penitência pelos atos.

Entretanto, a igreja ainda considerava, em algumas ocasiões, as condições de sobrevivência das mulheres em questão, como forma de compreender e justificar os motivos dessas práticas. Esse fato foi se modificando quando percebido que o controle exercido pelas mulheres sobre seus corpos e sua reprodução afetava consideravelmente a estrutura econômica e social das comunidades, tendo em vista as alterações nas taxas de natalidade (FEDERICI, 2017).

Ao dar continuidade sobre a origem da opressão da mulher em meio aos processos de transição e acumulação do capital, contextualiza-se que, ainda que o capitalismo tenha se estabelecido como sistema econômico de bases cruéis para com os trabalhadores industriais, é preciso também dar ênfase ao papel que foi incumbido às mulheres não brancas da América e da África, como de reprodutoras da força de trabalho. Essa discussão remete à obra de *Maryse Condé*¹⁰, denominada de *Eu, Tituba: a Bruxa Negra de Salem*, onde a autora retrata a

⁹ Discussão abordada no próximo subitem.

¹⁰ <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/conde-maryse>

realidade de uma mulher negra em situação de escravidão acusada de bruxaria na cidade de Salém, ao final dos anos 1600.

Man Yaya me ensinou sobre as plantas. Aquelas que davam sono. Aquelas que curavam feridas e úlceras. Aquelas que faziam os ladrões confessarem. Aquelas que acalmavam os epiléticos e os mergulhavam em um repouso deleitoso. Aquelas que punham sobre os lábios dos furiosos, dos desesperados e dos suicidas palavras de esperança. Man Yaya me ensinou a escutar o vento quando ele aumentava e a medir sua força debaixo das cabanas que ele queria destruir. Man Yaya me ensinou sobre o mar. As montanhas e as colinas. Ela me ensinou que tudo vive, que tudo tem uma alma, um sopro. Que tudo deve ser respeitado. Que o homem não é um senhor percorrendo a cavalo seu reino (CONDÉ, 2019, p. 18).

Essas relações de comunhão, ensinamento e partilha de saberes sobre o domínio dos seus próprios corpos, suas culturas e da natureza foram destruídas através do extermínio de um número hoje incontável de mulheres consideradas bruxas, tanto as mulheres do continente, quanto as mulheres que foram retiradas de suas terras originárias, sendo submetidas a trabalhos escravos desumanos na América, condenando-as a uma história de violência, racismo e preconceito que se reproduz até os dias atuais.

Foi em meio a crises demográficas, de poder e de luta de classes que a caça às bruxas firmou terreno, o número de mulheres queimadas como bruxas começou a se multiplicar de forma abundante mais ao final do século XVI, quando as instituições do capitalismo mercantil estavam se estabelecendo. Nessa época, as perseguições e acusações pelo Estado se intensificaram pelos países da Europa através de códigos e leis que aprovaram essa perseguição, incluindo a pena de morte pelas infrações cometidas, o que demonstra uma grande mobilização por parte das camadas autoritárias e que esse processo não foi natural, e sim instigado (FEDERICI, 2017).

A título de exemplo dessa incitação foi o uso da mídia para divulgar e doutrinar a população, “uma das primeiras tarefas da imprensa foi alertar o público sobre os perigos que as bruxas representavam, por meio de panfletos que publicizavam os julgamentos mais famosos e os detalhes de seus feitos mais atrozés” (FEDERICI, 2017, p. 299).

Tamanha era a gana em torturar e perseguir a fim de disciplinar os corpos das mulheres que foram escritos e publicados manuais sobre como identificar magia e bruxaria, bem como sobre quais tipos de castigos deveriam ser aplicados. O mais conhecido foi e é até hoje o *Malleus Maleficarum*, ou Martelo das Feiticeiras foi escrito em 1487 pelos inquisidores Henrich Kramer e James Sprenger, um instrumento construído didaticamente sob o véu da crueldade, no intuito de instruir práticas de tortura e morte contra as chamadas bruxas e os hereges. “Cuando una mujer acusada de brujería negaba serlo —o decía no tener nada que ver

con las acusaciones— era torturada y finalmente quemada en la hoguera. El juicio mantenía un procedimiento legal meticulosamente desarrollado” (MIES, 2018, p. 163).

A divulgação da crença da existência de seres malignos e diabólicos, vulgo mulheres, foi tão incessantemente discutida e política que os julgamentos foram se aperfeiçoando pelos juristas, que possuíam apoio de grandes intelectuais da época, quase nunca ligados a esses acontecimentos históricos, apesar de viverem na mesma época. Entre eles estão Thomas Hobbes, Jean Bodin, Shakespeare, Descartes, e outros (FEDERICI, 2017).

Ou seja, a bruxaria sendo discutida por homens brancos, intelectuais do alto escalão da elite européia, que condenavam mulheres, seus saberes e lutas. Essas constatações não são estranhas a realidade que hoje é posta, o período histórico mudou, a forma que as questões referentes às mulheres são geridas continua a mesma.

Nesse sentido, a Igreja Católica com a sua ideologia misógina juntamente ao poder político do Estado caracterizou uma forte união no processo de perseguição.

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe das acusadas, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça as bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura (FEDERICI, 2017, p. 305).

O recorte de classe é visivelmente um atenuante de campanha de terror para estabelecer uma nova ordem, apesar de não ser exclusivo. Os cercamentos de terras, as privatizações e as relações monetárias impuseram dificuldades ainda maiores para as mulheres do que para os homens, já que o trabalho com valor de uso próprio foi desvalorizado diante do novo molde das relações econômicas monetárias, que valorizava o apenas o trabalho produtor de mercadoria, esse fato culminou no avanço da invisibilização e naturalização do trabalho realizado em casa pelas mulheres (FEDERICI, 2017).

Cabe dizer também que as mulheres foram excluídas de inúmeras funções, agora relegadas apenas ao homem, quem possuía a “força física e a inteligência necessária”, e quando trabalhavam em troca de salários, ganhavam quantias absurdamente menores que os homens, esse fato também contribuiu com o ideal de dona de casa domesticada e cerceamento da liberdade das mulheres (FEDERICI, 2017).

As chamadas *cottars*, mulheres pobres que ainda viviam do cultivo no campo em pedaços pequenos de terra estão entre as que foram mais severamente perseguidas, pelo fato de ainda tentarem prosseguir com o cultivo exercido nas terras comunais dos feudos.

Muitas mulheres acusadas e processadas por bruxaria eram velhas e pobres, e dependiam com frequência da caridade pública para sobreviver. A bruxaria – segundo dizem – é a arma daqueles que não têm poder. Mas as mulheres velhas

eram também mais propensas do que qualquer outra pessoa a resistir à destruição das relações comunais causada pela difusão das relações capitalistas. Elas encarnavam o saber e a memória da comunidade. A caça às bruxas inverteu a imagem da mulher velha: tradicionalmente considerada sábia, ela se tornou um símbolo de esterilidade e de hostilidade à vida (FEDERICI, 2017, p. 348).

O capitalismo, que sempre considerou uma enorme ameaça que a parcela da população responsável por sua maior fonte de lucro (a força de trabalho,) decidisse sobre como viveria ou se viveria os processos de reprodução, bem como sempre foi intimidado pelo desconhecimento sobre os saberes de cura e de fé que perpassavam a realidade dessas mulheres, obteve através da caça às bruxas a repressão de toda (ou quase) e qualquer subversão semelhante. A caça às bruxas se caracterizou como um dispositivo da nova “parceria” entre capitalismo e patriarcado para transformar as formas de reprodução e sexualidade em um mecanismo da economia (FEDERICI, 2019).

Havia uma campanha tão profunda de terrorismo para com a população, que, ainda que não houvesse provas, gerou um clima intenso de desconfiança e de denúncias que com o passar do tempo e com a incitação ao medo nas comunidades, até os vizinhos passaram a denunciar as mulheres, atitude que anteriormente era mais característico dos segmentos abastados da população, possuidores de laços com o Estado (FEDERICI, 2017).

As mulheres acusadas de bruxas e descritas pelas mídias do Estado para que fossem denunciadas possuíam um perfil em particular, o mesmo que muitas vezes ainda é repassado através de histórias contadas por gerações passadas, tal como nos contos de fadas. Em suma, eram mulheres mais velhas, majoritariamente viúvas, que passavam nos vilarejos pedindo mantimentos, e quando rechaçadas revidavam com ditos populares que para o contexto da época eram considerados as formas de amaldiçoar, ainda que não houvesse maneiras de comprovar tal feito.

Quanto aos crimes diabólicos das bruxas, eles não nos parecem mais que a luta de classes desenvolvida na escala do vilarejo: o “mau-olhado”, a maldição do mendigo a quem se negou esmola, a inadimplência no pagamento do aluguel, a demanda por assistência pública (MACFARLANE; THOMAS; KITTREDGE apud FEDERICI, 2017, p. 310)

Na verdade, o processo que envolve a criminalização dessas mulheres se traduz do resultado de uma falta de amparo proposital do Estado para com população em uma conjuntura de transformação social e econômica, e as acusações hipotéticas resultavam em formas imediatas de resistência. A caça às bruxas visou, sobretudo, a extinção dessa resistência propagada pelas mulheres que ainda viviam sob um sistema comunal, e no controle sobre os corpos femininos no que diz respeito a sua reprodução ou não, tudo girou em torno da acumulação (FEDERICI, 2017).

O corpo passou a ser identificado como um impedimento para o desenvolvimento da razão, por isso era necessário uma conversão do corpo em proletariado e do proletariado em corpo, trazendo nesta concepção que alguns corpos careciam de força e racionalidade, inserindo a ideia de fraqueza e irracionalidade às mulheres, aos considerados selvagens e à população africana que foi escravizada. Uma das principais tarefas da acumulação primitiva foi a transformação do corpo em máquina de trabalho, por isso o processo de caça às bruxas foi essencial (COSTA, 2019, p. 29).

Ao passo em que reprimia o direito de escolha da reprodução das mulheres proibindo métodos contraceptivos, o Estado considerava a magia como um mistério que não se podia controlar, logo, não deveria ser praticado, era considerada como um entrave para fundamentar a razão do trabalho e das responsabilidades. Esse mistério se caracterizava como uma ameaça e uma válvula de escape para aqueles que não quisessem vender sua força de trabalho, ou não aceitassem o que estava sendo imposto, sendo a magia ligada diretamente à insubordinação e resistência a exploração do trabalho e a expropriação de terras. “O mundo deveria ser “desencantado” para poder ser dominado” (FEDERICI, 2017, p. 313).

Mies (2018, p. 63) afirma que “La caza de brujas que arrasó Europa entre los siglos xii y xvii fue uno de los mecanismos utilizados para controlar y subordinar a las mujeres, a las campesinas y las artesanas, mujeres cuya independencia sexual y económica suponía un peligro para el emergente orden burgués.”

Os motivos de perseguição eram variados, entretanto, a sua condição de curandeira, feiticeira e adivinha, foi o que levou ao ápice da perseguição, pois essas práticas fugiam do controle do Estado de manipular a ordem da sociedade, bem como afetavam diretamente a forma como os homens estavam conduzindo o avanço das ciências e da medicina.

Na figura da bruxa as autoridades puniam, ao mesmo tempo, a investida contra a propriedade privada, a insubordinação social, a propagação de crenças magias, que pressupunham a presença de poderes que não podiam controlar, e o desvio da norma sexual que, naquele momento, colocava o comportamento sexual e a procriação sob domínio do Estado (FEDERICI, 2019, p. 53-54)

Haviam muitas ligações e semelhanças entre as bruxas e os hereges, as acusações se assemelhavam por vezes, considerando a intolerância religiosa da Igreja Católica, que condenava outras formas de crença, por este motivo muitos segmentos da sociedade foram acusados de adoração ao demônio. Os hereges também foram torturados e mortos em fogueiras, entretanto, o crime de bruxaria foi o mais registrado, sendo que 80% dos(as) acusados(as) e julgados(as) eram mulheres, ou seja, um crime considerado feminino, perdendo apenas para o crime de infanticídio (FEDERICI, 2017).

As mulheres eram acusadas de serem diabólicas pelas inúmeras correntes de pensamentos, que em sua maioria concordavam ao afirmar que havia nas mulheres uma

perversão sexual, bem como possuíam aversão a crianças e objetivavam “destruir a potência geradora de humanos e animais” (FEDERICI, 2017, p. 324), criando assim no imaginário o estereótipo da bruxa velha que mata crianças ou animais para se alimentar ou oferecer ao demônio, também eram acusadas de seduzir os homens com seus feitiços e os levarem ao adultério.

A conjuntura de crises demográficas que permeava a Europa, principalmente após a peste bubônica é tida como um atenuante para a caça às bruxas no que tange a criminalização do controle a natalidade, “a caça às bruxas foi promovida por uma classe política que estava preocupada com a diminuição da população, e motivada pela convicção de quem uma população numerosa constitui a riqueza de uma nação” (FEDERICI, 2017, p. 326). Como poderia o capitalismo abdicar do controle da sua fonte de lucro mais preciosa, a produção da força de trabalho?!

Sobre a questão de controle dos corpos e da sexualidade, Saffioti (2004, p. 106) afirma que o capitalismo como pilar econômico do patriarcado

[...] não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos.

Coadunando esse fato com as aptidões das chamadas bruxas, muitas delas eram parteiras, possuidoras de conhecimentos sobre métodos contraceptivos, bem como de interrupção de gravidez, saberes naturalmente repassados de gerações para gerações, advindos de culturas variadas. Na nova ordem, as parteiras passaram a serem desvalorizadas, diferentemente da ascensão que as mulheres tiveram citada anteriormente, a obstetrícia passou a ser relegada apenas a homens, para que não houvessem mais casos de aborto ou abandono de crianças. Nesse cenário, as parteiras quase não podiam exercer suas funções, apenas como vigias de outras mulheres para que essas não escondessem gravidez, visando acabar com o controle das mulheres sobre seus corpos e a sua reprodução (FEDERICI, 2017).

Do mesmo modo que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, os quais foram assim “liberados de qualquer obstáculo que lhes impedissem de funcionar como máquinas para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais formidáveis ao redor dos corpos das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais (FEDERICI, 2017, p. 330).

O que ocorre hoje em muitos países do mundo é bastante semelhante ao que sucedeu na caça às bruxas com relação ao controle dos corpos, a criminalização do aborto não joga

mulheres na fogueira, mas mata, encarcera, subjuga e também demoniza por meio da institucionalização do controle sobre o corpo feminino. No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional do Aborto (2016)

em 2016, quase 1 em cada 5 mulheres, aos 40 anos já realizou, pelo menos, um aborto. Em 2015, foram, aproximadamente, 416 mil mulheres. Há, no entanto, heterogeneidade dentro dos grupos sociais, com maior frequência do aborto entre mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas e indígenas, vivendo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como já mostrado pela PNA 2010, metade das mulheres utilizou medicamentos para abortar, e quase a metade das mulheres precisou ficar internada para finalizar o aborto (DINIZ; MADEIRO; MEDEIROS, 2016, on-line).

Segundo o Conselho Federal de Enfermagem – COFEN (2018), duas mil mulheres faleceram nos últimos dez anos em decorrência de abortos clandestinos. Totalizando no ano de 2016 uma soma de 203 mortes, uma morte a cada dois dias por conta desse motivo. Tendo o aborto como um crime, a punição prevista no Código Penal Brasileiro situada no artigo nº 124 estabelece uma pena de um (1) a três (3) anos (BRASIL, 1940). A execução do aborto é uma realidade que está posta, entretanto a criminalização põe em risco a vida de milhares de mulheres que buscam a clandestinidade para tal feito. Entende-se nesse sentido, que a caça às bruxas reverberou em efeitos que se reproduzem até a atualidade.

Ressalta-se também que não eram consideradas bruxas apenas as parteiras ou as mulheres velhas pobres e pedintes. As mulheres sexualmente livres, que viviam da forma como bem entendiam, as prostitutas ou mulheres que se relacionavam fora do casamento sem função reprodutiva também sofreram perseguição. A mulher que não se calava e que não se submetia as subordinações do Estado e dos homens na nova configuração, respondendo a altura, também era considerada bruxa. Mulher de má reputação era prova de bruxaria, bem como as mulheres que lutaram nas batalhas junto aos camponeses, na defesa de um modo de produção de vida comunal e resistiam aos processos de mudança econômica e social, essas também eram consideradas seguidoras de uma ordem demoníaca. Os métodos que guiavam as sessões de torturas contra as bruxas foram no mínimo cruéis

De acordo com o procedimento padrão, as acusadas eram despidas e depiladas completamente [...] depois, eram furadas com longas agulhas por todo o corpo, inclusive na vagina, em busca do sinal com o qual o diabo supostamente marcava suas criaturas [...]. Muitas vezes, elas eram estupradas; investigava-se se eram ou não virgens – um sinal de sua inocência; e, se não confessavam, eram submetidas a ordálias ainda mais atroz: seus membros eram arrancados, sentavam-nas em cadeiras de ferro embaixo as quais se acendia fogo; seus ossos eram esmagados (FEDERICI, 2017, p. 333).

As execuções eram sempre eventos públicos para que a lição fosse dada e repassada às demais mulheres. Entender esses processos torna-se um desafio doloroso, visto que além do silenciamento que houve, esses acontecimentos repercutem nas formas como a mulher é vista

até os dias de hoje e como isso impacta significativamente nos limites que lhes são impostos, em todos os setores da vida.

A caça às bruxas abriu caminho para a modificação da imagem da mulher no campo social, quanto mais ela avançava, mais se criavam leis que conduziam a mulher a um papel inerte de domesticada. Um dos mecanismos de domesticação e controle foi a criação da lei que tornou crime o adultério, a ilegalidade da prostituição, a criminalização de filhos fora do matrimônio, além também da forma como todo esse processo forjou uma imagem de mulheres fofoqueiras, instigou a rivalidade reforçando o estereótipo de mulheres inimigas quando as mesmas eram forçadas a se delatarem (FEDERICI, 2017).

No livro *Mulheres e Caça às Bruxas* (2019), Federici dedica um capítulo para discutir o significado de *Gossip*, palavra que traduzida do inglês significa *fofoca*. Historicamente atribuída à figura feminina, anterior ao processo de transição dos modos de produção capitalista o termo não possuía uma conotação negativa como hoje. *Gossip* remetia a reunião de mulheres, amizade e solidariedade entre elas. E reuniões de mulheres nas antigas tavernas da idade média com suas gossips não eram consideradas reuniões em torno de conversas fúteis, sobre a vida alheia, e sim, lazer e partilha de saberes e experiências cotidianas que vivenciavam.

A partir da cultura capitalista-patriarcal e por meio das sátiras misóginas que passaram a ser produzidas na fase de acumulação capitalista, o termo foi modificando sua conotação passando a significar algo de sentido negativo e danoso, transformando a comunicação entre mulheres em um mecanismo de depreciação, parte da realidade de pessoas que supostamente não teriam “mais o que fazer”, degradando os laços construídos principalmente entre mulheres que trabalham “apenas” no âmbito doméstico como donas de casa, visto que pelo fato de não trabalharem fora, não possuem grandes tarefas a cumprir aos olhos da sociedade, denotando a desvalorização desse trabalho executado no âmbito privado

Em muitas partes do mundo, as mulheres têm sido vistas historicamente como tecelãs da memória – aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às futuras gerações e que, ao fazer isso, criam uma identidade coletiva e um profundo senso de coesão. Elas também são aquelas que passam adiante os conhecimentos adquiridos e os saberes – relativos às curas medicinais, aos problemas amorosos e à compreensão do comportamento humano, a começar pelo comportamento dos homens (FEDERICI, 2019, p. 84).

Irônico que a história das mulheres na humanidade não desperte tanto interesse em ser relatada por parte dos homens, não é?! Tendo suas formas de partilha e comunicação sendo degradadas e criticadas ao longo do tramitar histórico, o silenciamento das narrativas

femininas é evidente e transpõe as barreiras do tempo e espaço, sendo um processo contínuo inclusive nos dias atuais. Lola Aronovich¹¹ (2019, p. 25) colabora nesse sentido dizendo que

A negação das mulheres à própria história reforça a sua aceitação à ideologia do patriarcado e destrói a auto-estima individual da mulher. Tal como vivenciamos no nosso dia a dia, o patriarcado desvaloriza as experiências das mulheres. Nosso conhecimento não passa de “intuição”, nossas conversas são meras “fofocas”.

Tão misógino e degradante foi o processo de caça às bruxas para as mulheres que até mesmo a relação delas com o tal diabo era de subordinação a uma imagem masculina que as transgredia e ordenava suas ações, mesmo quando supostamente seguiam uma ordem demoníaca, sua servidão se voltava para a figura do homem. Da mesma maneira que a sociedade afirmava que a mulher estava serviço do Diabo, também levava os homens a acreditarem que deveriam temer a elas, e que o objetivo das bruxas era destruí-los, os atraindo e depois os fragilizando para tomarem conta de suas almas e órgãos sexuais (FEDERICI, 2017). Esse imaginário se perpetua na contemporaneidade através da culpabilização das mulheres no interior das relações amorosas.

Quanto a uma reação masculina acerca do processo de caça às bruxas, os registros de grupos que buscavam justiça e defendiam as “bruxas” são quase inexistentes. No entanto, no que tange perseguição, existiram até indivíduos que se proclamavam caçadores, ameaçando e extorquindo mulheres nos vilarejos. Do mesmo modo que também houve casos onde os maridos se aproveitavam da situação para se “desfazer” de suas esposas, alegando que eram bruxas.

Sem dúvida, a inércia dos homens diante das atrocidades a que foram submetida as mulheres foi frequentemente motivada pelo medo de serem implicados nas acusações, já que a maioria dos homens que foram julgados por tais crimes eram parentes de mulheres suspeitas ou condenadas por bruxaria. Contudo, os anos de propaganda e terror certamente plantaram entre os homens as sementes de uma profunda alienação psicológica com relação às mulheres, o que quebrou a solidariedade de classe e minou o seu próprio poder coletivo (FEDERICI, 2017, p. 340).

As classes não abastadas sempre foram mais prejudicadas em todos os sentidos, desde sua condição econômica, até suas relações sociais que também foram fragmentadas pelo capitalismo. Criou-se a imagem de que as mulheres enfeitiçavam os homens através das relações sexuais, e que estes perdiam seu autocontrole, por isso as mulheres livres eram consideradas bruxas, “para que as mulheres não arruinassem moralmente – ou, o que era mais importante, - financeiramente – os homens, a sexualidade feminina tinha que ser exorcizada” (FEDERICI, 2017, p. 343).

¹¹ Prefácio da obra *A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens* de Gerda Lerner.

Os acontecimentos citados ilustram a repressão da sexualidade da mulher pelo capitalismo, onde há séculos essa relação de corpo, prazer e mulher é estigmatizada e demonizada, o que repercute das mais variadas formas na realidade atual, como a maneira que a mulher se relaciona com o próprio corpo, o conhecimento que ela tem dele, o que lhe proporciona dor ou prazer, e como cuidar de si mesma.

A caça às bruxas não resultou em novas capacidades sexuais nem em prazeres sublimados para mulheres. Foi pelo contrário, o primeiro passo de um longo caminho ao “sexo limpo entre lençóis limpos” e a transformação da atividade sexual feminina em um trabalho a serviço dos homens e da procriação (FEDERICI, 2017, p. 346).

Criou-se com a caça às bruxas uma repulsa a sexualidade da mulher, ligada as velhas bruxas que não deveriam querer/sentir prazer já que eram velhas demais para isso, a sexualidade da mulher era considerada uma forma de bestialidade, onde se relatava que as bruxas chegavam a se relacionar sexualmente com os animais. Isso se deu pelo fato de que grande parte dessas mulheres possuíam uma relação próxima ao eles e aos elementos da natureza, algumas foram inculpadas até de transformarem-se em animais.

Relacionando com a atualidade, as acusações hoje aparentam absurdas, considera-se então o contexto histórico dos acontecimentos, contanto, sem ignorar que não houve justificativas plausíveis para esse genocídio além do estabelecimento de uma Ordem maior que desejava se concretizar e aparar suas arestas. O processo que dizimou milhares de mulheres

representou o principal veículo para levar a cabo uma ampla reestruturação da vida sexual, que, ajustada à nova disciplina capitalista do trabalho, criminalizava qualquer atividade sexual que ameaçasse a procriação e a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuísse o tempo e a energia disponíveis para o trabalho (FEDERICI, 2017, p. 349-350).

Engels discorre acerca da narrativa de transmissão de propriedade em A origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada, quando aborda a transição das formas de família, principalmente na família monogâmica, que segundo o autor

baseia-se no domínio do homem com a finalidade expressa de procriar filhos cuja paternidade fosse indiscutível e essa paternidade é exigida porque os filhos deverão tomar posse dos bens paternos, na qualidade de herdeiros diretos (ENGELS, 2009, p. 80).

Nesse sentido o autor também corrobora dizendo que ao homem era permitido a infidelidade, apenas não sendo possível levar outras mulheres a casa da família, e cita que “quando a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e tenta renová-las, é punida mais rigorosamente do que nunca” (ENGELS, 2009, p. 81), observa-se o recorte da origem da opressão da sexualidade da mulher também partir desse ponto de vista da família

monogâmica, bem como a sua semelhança com a cultura da sociedade atual, que pune a mulher adúltera e louva o homem “garanhão”.

Existem contradições nas preocupações do Estado e da burguesia com relação às bruxas e seus rituais, como nos chamados sabás¹², descritos como encontros de orgia sexual, dança comida e bebida, onde o diabo era exaltado. A contradição se concentra justamente no ponto em que as mulheres pobres, que mal tinham o que comer em plena crise europeia eram inculpadas de elaborarem grandes banquetes como obras diabólicas,

quão revelador da natureza das relações de classe na época da caça às bruxas é o fato de que os sonhos com cordeiro assado e cerveja pudessem ser reprovados, como se fossem sinal de convivência diabólica, por uma burguesia bem alimentada e acostumada a comer carne! (FEDERICI, 2017, p. 353).

Questionava-se na época, se a mulher bruxa era ou não fecundada pelo diabo nesses rituais. A homossexualidade e a prostituição também foram amplamente reprimidas nessa conjuntura. A prostituição foi completamente desvalorizada, já que como as bruxas, usavam do corpo para conseguir o que necessitavam e não buscavam procriar através de suas relações. Ainda assim, a bruxa era considerada o indivíduo mais perigoso para a sociedade, visto que a crença de que ela poderia mudar o rumo da realidade através do sobrenatural amedrontava o Estado (FEDERICI, 2017).

Em linhas gerais, a caça às bruxas foi um acontecimento de enorme relevância na reorganização do sistema econômico para um sistema econômico capitalista e para a formação de um proletariado nesse sistema. Causando a fragilização da união de resistência do campesinato em um momento de imensas mudanças na forma de organização social e econômica, aumento de impostos, cercamento de propriedades e centralização do Estado.

Embora muitas mulheres tenham sido massacradas nesse processo de perseguição, é válido ressaltar também a resistência que tiveram diante dos acontecimentos no papel das mulheres que se rebelaram, justamente por não se adequarem a domesticação feminina que a acumulação primitiva do capitalismo impunha. Os prejuízos sociais, econômicos e culturais são incontáveis para gerações que se seguiram e até a atualidade. Nesse sentido, pretendeu-se através dessa breve ilustração, apreender como possivelmente se deu a origem de grande parte das opressões que cerceiam a liberdade da mulher na sociedade capitalista. A perseguição às

¹² O filme “Silenciadas” disponível no *streaming Netflix* retrata a realidade de como aconteciam os interrogatórios das mulheres consideradas bruxas, relatando os chamados Sabás como rituais satânicos. Partindo da perspectiva de jovens mulheres denunciadas como bruxas, a produção apresenta uma visão distinta do que a indústria cinematográfica costuma oferecer sobre as bruxas. Com um tom irônico, ela evidencia que o massacre de milhares de mulheres se deu baseado na estupidez dos homens, amedrontados com os saberes naturais e a ousadia que as mulheres carregavam em si mesmas.

bruxas encerrou suas atividades ao final do século XVII, devido ao grande poder adquirido pelas classes e instituições dominantes.

É preciso afirmar que o que aqui foi debatido são apreensões sobre o processo que aconteceu na Europa, possuindo outros determinantes nas outras partes do mundo. Porém, esse ponto de vista foi elencado diante do fato de que nos países colonizados do Novo Mundo, o que aconteceu foi uma roupagem ainda mais severa dessa perseguição, já que condenava mulheres e homens as barbáries da situação de escravidão pelas mesmas pessoas, com as mesmas ideologias da caça às bruxas europeia, respaldadas pelo catolicismo e pelos Estados invasores.

A autora relata similaridades acerca de como funcionou a procriação para fins de aumento da força de trabalho na Europa (após a peste bubônica, por exemplo) com a reprodução nas colônias do Novo Mundo, quando o tráfico de escravos passou a ser proibido. Entretanto, entendendo os limites das semelhanças e elucidando que o processo se deu de forma muito mais violenta com as mulheres em situação de escravidão, pois as mesmas se encontravam sujeitas ao estupro, tortura física e a crueldade de presenciarem seus filhos sendo comercializados para fins de exploração de mão de obra, o que não ocorreu com as mulheres europeias. Todavia, é possível ilustrar que, independente de onde estivesse, o capitalismo transformou o corpo da mulher, em escala mundial, em um mecanismo de produção e expansão do seu bem mais precioso: a força de trabalho.

[...] no Novo Mundo, a caça às bruxas constituiu-se em uma estratégia deliberada, utilizada pelas autoridades com o objetivo de pregar terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades inteiras e instigar o conflito entre seus membros. Também foi uma estratégia de cercamento, que, segundo o contexto, podia consistir em cercamentos de terra, de corpos ou de relações sociais. Assim como na Europa, a caça às bruxas na América foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e genocídio (FEDERICI, 2017, p. 381-382).

Muito além dos cercamentos de propriedades, a caça às bruxas trouxe o cercamento de ideias, culturas, corpos e modos de viver que poderiam ser diferentes do que estava sendo colocado no momento. Mulheres foram despossuídas dos seus saberes, de suas jornadas e da esperança de construir uma perspectiva distinta do que estavam vivenciando.

O fato é que a história das mulheres, sejam elas escravas ou camponesas, foi retirada das páginas dos livros, deixada de lado pelos historiadores homens, apagando sua conotação política e de transformação da sociedade, bem como sua influência sobre as condições das mulheres. Mesmo quando descrita, a história não retrata o real significado da indução desse processo como forma de coalizão entre Estado, burguesia e Igreja para estabelecer a ordem

capitalista, existe uma ocultação do real significado sobre os crimes cometidos contra essa parcela da população, abordando a realidade em forma de misticismo barato e despolitizado.

As mulheres humilhadas, queimadas, torturadas e escravizadas serviram de exemplo para demonstrar o que não deveria ser feito, e como a mulher deveria se comportar diante da sociedade, visando estabelecer uma nova ordem social onde o âmbito privado fora reservado para o feminino e o público para o masculino. É evidente que esse processo aconteceu de maneiras distintas na América, mas as invasões e as colonizações se deram por meio das mesmas justificativas, demonização de religiões e desumanização de indivíduos e suas culturas.

A justificativa de adoração ao demônio foi constantemente utilizada para fins de exploração das terras indígenas no Novo Mundo, essas alegações eliminaram, de certa forma, “aos olhos do mundo, e possivelmente dos próprios colonizadores, qualquer sanção contra as atrocidades que pudessem cometer contra os índios, funcionando como uma licença para matar” (FEDERICI, 2017, p. 384).

Na Europa, a partir do momento que a ordem já havia se estabelecido, os comportamentos e as regras morais concretizadas junto à nova divisão sexual do trabalho, assuntos que se referiam às chamadas bruxas passaram a ser tratados até como piada em diversas situações, demonstrando de fato que o genocídio de milhares de mulheres nada mais foi do que um meio para um fim da dominação de mulheres, visando realocá-las na esfera privada a serviço do capitalismo.

2.2 A INDISSOCIABILIDADE DO CAPITALISMO, DO RACISMO E DO PATRIARCADO NA CONSOLIDAÇÃO DA EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO DE MULHERES

Até que enfim parou de chover. As nuvens deslisa-se para o poente. Apenas o frio nos fustiga. E varias pessoas da favela não tem agasalhos. Quando uns tem sapatos, não tem palitol. E eu fico condoída vendo as crianças pisar na lama. (...) Percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras reservadas aos proletários. Fitei a nova companheira de infortúnio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças paupérrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciei. Talvez ela não mais tem ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida... há de existir alguém que lendo o que eu escrevo dirá... isto é mentira! Mas, as misérias são reais... o que eu revolto é contra a ganância dos homens que espremem uns aos outros como se espremesse uma laranja (JESUS, 2000, p.42).

Recorreu-se às sofisticadas palavras de Carolina Maria de Jesus sobre sua realidade para iniciar a discussão que enfatiza os efeitos do sistema capitalista no cotidiano das mulheres. Carolina relatou ao mundo a (sobre)vivência de uma mulher negra, favelada, mãe solo e catadora em o Quarto do Despejo: Diário de uma favelada. O livro narra o dia a dia de Carolina e seus filhos em meados da década de 1950, entretanto, seus escritos poderiam tranquilamente representar a realidade de milhões de brasileiras(os) na atual¹³ conjuntura, agudizada pela crise econômica, sanitária, política e social.

De acordo com a discussão tecida no primeiro subitem do capítulo, as mulheres foram constantemente alvos das mudanças violentas impostas pelo capitalismo desde seus primórdios, em sua fase primitiva de acumulação. Diante disso, o presente subitem visa discorrer acerca de como o capitalismo, enquanto um modo de produção já estabelecido continua a violar as mulheres de diferentes formas, alicerçando suas ações nas diferenças de gênero, raça e classe, tornando-as desigualdades.

O capitalismo enquanto um sistema de produção explorador necessita além de explorar, também alienar e oprimir a fim de manter firmes as suas bases. Para tanto existem duas categorias que operam como mecanismos irmãos nesse processo: o patriarcado e o racismo. A presente dissertação parte do princípio de que não há como analisar a totalidade da condição das mulheres sem que essas categorias estejam imbricadas, fragmentá-las acarretaria em uma hierarquização de opressões, cristalizando-se em um ponto de vista reducionista da realidade.

¹³ Desigualdade no Brasil cresceu (de novo) em 2020 e foi a pior em duas décadas. Ver mais em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/06/23/desigualdade-no-brasil-cresceu-de-novo-em-2020-e-foi-a-pior-em-duas-decadas>

Assim como Audre Lorde afirmou, a perspectiva aqui abordada reconhece que não há hierarquia de opressões, coadunando com a autora que construiu a seguinte análise:

Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você (on-line).¹⁴

A conexão entre exploração e opressão é intrínseca e se une estruturalmente na junção entre patriarcado, racismo e capitalismo. Safiotti (2015) trabalha em suas análises a teoria de que essas três categorias estão enoveladas, e que esse nó é o ponto nodal da produção da exploração e opressão de mulheres. É a partir desse ponto de vista que o trabalho buscou se articular, a fim de desempenhar a mediação do pluriverso que envolve trabalhar a questão das mulheres. Andrea D'Atri (2008, p. 23) descreve o capitalismo como

Um sistema social no qual prevalece uma das mais abjetas hierarquizações dicotômicas: a que estabelece que milhões de pessoas são condenadas a vender suas forças de trabalho para que uns poucos saciem sua sede de lucros cada vez mais exorbitantes.

Sendo assim, o modo de produção capitalista na arquitetura intelectual marxiana se caracteriza como um sistema de produção industrial que envolve distintas relações, diferenciando-se dos modos anteriores, no sentido de que essas relações são guiadas pela exploração da força de trabalho de uma grande maioria, os(as) trabalhadores(as), e acumulação de bens por parte de uma pequena minoria, os(as) detentores(as) dos meios de produção.

A exploração acontece por meio da extração da mais-valia, nesse processo o(a) trabalhador(a) vende sua força de trabalho (ou seja, seu tempo) para os(as) donos(as) dos meios de produção em troca de um salário. A partir do momento que o(a) capitalista dono(a) dos meios de produção paga ao(a) trabalhador(a) pelo seu tempo, a grosso modo, ele pode dispor da forma como bem entender desse tempo em sua linha de produção de mercadorias (MARX, 2014). Marx explica de que maneira acontece a definição do valor dos salários no capitalismo

Como o de toda outra mercadoria, este valor se determina pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. [...] Dentro do sistema do salariado, o valor da força de trabalho se fixa como o de outra mercadoria qualquer, e como distintas espécies de força de trabalho possuem distintos valores, ou exigem para a sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente têm que ter preços distintos no mercado de trabalho (2019, p. 17).

¹⁴ Não Existe Hierarquia de Opressão. Ver mais em: < <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>>.

Posto isso, assim se delinea a teoria de exploração, onde o trabalhador(a) é explorado(a), visto que o salário que recebe não corresponde ao valor total do que é produzido por ele(a). O preço será determinado pelos custos de produção, pelo tempo necessário para produzir a força de trabalho, ou seja, o custo para produção da força de trabalho são os custos que possibilitam o(a) trabalhador(a) se manter como um(a) trabalhador(a), apenas o necessário para sua sobrevivência e reprodução. Marx (2019, p.14) ainda acrescenta que os salários “não podem exceder os valores das mercadorias [...] mas podem, sim, ser inferiores em todos os graus imagináveis”.

Desta forma, a partir do momento que o(a) trabalhador(a) vende sua força de trabalho para os(as) donos(as) dos meios de produção como uma mercadoria e produz mais mercadorias do que o necessário para manter os custos de produção do(a) capitalista e a manutenção da sua força de trabalho, ele(a) está produzindo mais-valia. A partir da produção da mais-valia é que o trabalhador passa a ser explorado, pois em meio ao processo de produção capitalista não há socialização dos bens produzidos (MARX, 2014). Marx afirma ainda que

[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia (2014, p. 586).

Federici (2021) quando discute a questão de gênero em Marx, mais especificamente em O capital, constrói sua análise dizendo que não há nenhuma alusão sobre a ocultação do trabalho que é feito em casa e como este contribui para a reprodução do(a) trabalhador(a) e a produção da mais-valia. A autora entende que Marx considera a importância da reprodução da força de trabalho, visto que o mesmo alega não é algo estável dotado de garantia inesgotável e que deve se reproduzir diariamente, sendo esse movimento tão importante como a manutenção dos maquinários das fábricas. Entretanto, a autora aponta que Marx não traz em suas considerações o lugar que o trabalho doméstico, executado majoritariamente por mulheres, ocupa nesse processo de produção e reprodução do trabalhador. Abordando de maneira mais biologizante a questão da família e do chamado “trabalho familiar” como é citado.

O que ele descreve, então, é literalmente a reprodução de mão de obra assalariada por meio de mercadorias produzidas pela própria mão de obra assalariada. Assim, “o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de quem os possui”, determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias que a mão de obra consome (MARX apud FEDERICI, 2021, p. 69)

A mediação entre Marx e o trabalho doméstico é extremamente necessária para que o tema avance de maneira a preencher as lacunas que existem acerca dessa forma de trabalho, no sentido de criar estratégias via pensamento crítico marxista que possa contribuir com a mudança da realidade.

A acumulação capitalista é estruturalmente dependente da livre apropriação de imensas áreas de trabalho e recursos que precisam aparecer para o mercado como externalidades, como o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, com qual os empregadores contam para a reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2019, p. 308)

Sobre salários, Federici (2019)¹⁵ contribui dizendo que estes funcionam também como um mecanismo de fragmentação da classe trabalhadora no capitalismo, no sentido de que dificulta a identificação da mesma como tal. Ela entende que “por meio da relação salarial, o capital organiza mercados de trabalho diferentes (um mercado de trabalho para negros, jovens, mulheres e homens brancos)” (p.78), nesse sentido a autora expõe que o salário passa a opor uma classe trabalhadora a uma classe que seria não trabalhadora e que dependeria da primeira, prejudicando as relações sociais, identificando a categoria de contradição e alienação nesse processo.

Entende-se que a exploração parte do princípio das relações econômicas de produção, nessa esteira Marx (2015) expõe que como o(a) trabalhador(a) ganha apenas o necessário para a sobrevivência, o processo todo acaba culminando em um não reconhecimento na mercadoria que é produzida, tanto por não conseguir acessar esse bem, quanto por não conhecer todos os processos de trabalho pelos quais essa mercadoria passa até ser finalizada dentro da divisão sóciotécnica do trabalho.

O estranhamento causado nos processos de trabalho denomina-se alienação, uma categoria chave que funciona como um elo dentro da tríade de exploração – alienação – opressão, “a apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz menos pode possuí-los, sendo dominado pelo seu produto, o capital” (MARX; ENGELS, 1998, p. 150).

Partindo do conceito de alienação, existem quatro maneiras manifestas no processo de trabalho: a do(a) trabalhador(a) com o produto, ou seja o(a) trabalhador(a) não se reconhece no produto final, pois não tem acesso ao mesmo; trabalhador(a) e o processo produtivo, pois não é ele(a) quem determina o que produzir e como produzir; trabalhador(a) consigo mesmo(a) pois o trabalho não exerce uma função emancipatória de auto-realização, tornando-

¹⁵ Texto escrito originalmente em 1975 e publicado no Brasil em 2019 junto ao livro O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.

se um fardo, e, por último, a alienação do(a) trabalhador(a) com os outros(as) trabalhadores(as), bem como em suas demais relações sociais (MARX, 2015).

A última forma de alienação se expressa, por exemplo, por meio da competição que o capitalismo incentiva entre os(as) trabalhadores(as), onde os(as) mesmos(as) passam a ver o outro como um rival, desconsiderando a possível solidariedade de classe que poderia haver entre o coletivo. A alienação se apresenta de diversas formas, entre as mulheres existe uma competição que é constantemente incentivada pelo capitalismo, pelo patriarcado e pelo racismo enraizado.

As mulheres, como seres existentes de uma sociedade guiada pelo modo e produção capitalista, acabam por absorver os ditames aos quais são submetidas, reproduzindo-os contra si mesmas e contra outras mulheres. Isso acaba por demonstrar que a alienação não é um fenômeno que se restringe à produção de mercadorias, mas a convivência coletiva dos indivíduos, invadindo todas as esferas da sociedade. Acrescido a isso, é interessante discutir a questão do trabalho doméstico e de reprodução social nesse processo, Silvia Federici em seu projeto intelectual entende que

É importante reconhecer que, quando falamos em trabalho doméstico, não estamos falando de um trabalho como os outros, mas, sim da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. É verdade que, sob o capitalismo, todo trabalhador é manipulado e explorado, e sua relação com o capital é totalmente mistificada (FEDERICI, 2019, p. 42).

A acumulação capitalista é estruturalmente dependente da livre apropriação de imensas áreas de trabalho e recursos que precisam aparecer para o mercado como externalidades, como o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, com qual os empregadores contam para a reprodução da força de trabalho (Ibidem, p. 308)

Destarte, a alienação ocupa um lugar central no sistema capitalista no sentido de que este necessita de um suporte ideológico que propicie a continuidade da subsunção do trabalho humano ao capital, o mesmo acontece com o trabalho doméstico, que, apesar de não ser reconhecido como uma atividade que produz valor se caracteriza como núcleo duro da produção da força de trabalho. Ademais, a alienação atua na metamorfose dos valores coletivos em valores individuais, conferindo aos indivíduos o tônus restrito e individualista característico do capitalismo acumulador.

[...] a produção do capital subordina e assimila a si, progressivamente, todo o espaço e todo o sentido da vida individual e coletiva, tornando-a funcional à produção de si como lucro ampliado. Ou seja, o capital se faz totalidade e enquanto totalidade é, ao mesmo tempo, produção de mercadorias, produção de classes, isto é, de relações sociais desiguais, que terminam por se tornar opostas, e produção de formas de consciência moral, enquanto princípios de uma visão de mundo (FINELI apud IAMAMOTO, 2008, p. 52).

As regras morais e os condicionamentos alicerçados na alienação capitalista produzem efeitos para além do mundo do trabalho assalariado. A união da exploração e da alienação é responsável pela produção das opressões que incidem sobre determinados grupos sociais que estão na base da estratificação social capitalista, que é racista, patriarcal, lgbtfóbica e capacista. Saffioti (2015, p. 33) expõe que “na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual”.

Os determinantes sociais que não se encaixam na padronização excludente que o capitalismo impõe definem o lugar dos sujeitos na sociedade, principalmente em sociedades que carregam uma herança colonial cruel e recente, como o Brasil. Não há como trabalhar apenas a categoria da exploração e da alienação voltadas para o campo econômico em um cenário onde a pobreza tem cor e tem gênero, um cenário onde a cor define a classe. Faz-se necessário a incorporação de saberes que dêem conta das diversas realidades, pois no Estado capitalista

Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades de gênero, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que, enraizadas nas particularidades nacionais, impõem novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2008, p. 53-54).

As determinações históricas que corroboram na produção das desigualdades no interior das relações sociais, incidem diretamente na forma como se constrói a narrativa das opressões enraizadas no sistema capitalista. A opressão opera nas questões de campo social e cultural, trabalhando de forma conjunta com a exploração no campo econômico, onde o(a) trabalhador(a) possui sua força de trabalho explorada (D’ATRI, 2008).

Para explorar, é necessário alienar e oprimir, destarte, a opressão incide nas vivências dos sujeitos de formas distintas definidas por características relacionadas à raça, etnia, gênero, orientação sexual, classe, geração, território, entre outros fatores que se manifestam de forma direta na formação das relações em sociedade. Isso acontece justamente devido aos fundamentos históricos de uma sociedade patriarcal e racista, consequentes da base constitutiva do modo de produção capitalista, como já fora abordado no item anterior.

O patriarcado possui uma longa história de constituição que antecede a civilização e se aprofunda com o advento dela e do modo de produção capitalista. A dominação das mulheres pelo homem possui sua justificativa mais comum assentada nas diferenças biológicas, onde o homem seria superior às mulheres por questões naturais e de ordem de divina, que desta

forma não poderiam ser modificadas. Sendo assim “se Deus ou a natureza criaram diferenças entre os sexos, que, em consequência, determinaram a divisão sexual do trabalho, ninguém pode ser culpado pela desigualdade sexual e pela dominação masculina.” (LERNER, 2019, p. 43).

O discurso da diferença entre homens e mulheres baseado nesses fatores atravessou longos períodos históricos e se mantém eloquente até a atualidade. Ainda que venha sendo refutada há pouco menos de um século pela ciência e por parte da sociedade, a ideia de que a submissão das mulheres e inferioridade de suas tarefas é uma realidade natural continua sendo disseminada e respaldada pelas ações de instituições religiosas, e, principalmente, por governos da extrema direita, como o caso do Brasil, onde o atual presidente Jair Bolsonaro¹⁶ já teceu publicamente inúmeros comentários machistas sobre as mulheres. Biroli (2018, p. 35) discorre sobre o tema dizendo que

[...] diferenças codificadas como “naturalmente” femininas ou masculinas, imprimindo às vivências uma concepção dual e binária de gênero, decorrem da atribuição distinta de habilidades, tarefas e alternativas na construção da vida de mulheres e homens. Essas diferenças não se estabelecem da mesma forma para elas e para eles, uma vez que presumem normas masculinas e são mobilizadas para justificar as desvantagens econômicas das mulheres (BIROLI, 2018, p. 35)

Nesse sentido, as diferenças entre homens e mulheres impostas pela sociedade nada tem a ver com a obra divina, a criação da mulher advinda da costela do homem ou a biologização de questões de força ou inteligência, mas implica em revisar o patriarcado enquanto uma categoria histórica que respalda essa falácia.

A etimologia da palavra patriarcado vem da combinação das palavras gregas pater e arkhe, pai e origem/comando respectivamente, convertendo-se basicamente como autoridade do pai. “Na nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina”.” (DELPHY, 2009, p. 173).

Pateman (1993) entende que o patriarcado não pode ser classificado como algo universal e restrito apenas à família, como por exemplo, a figura do pai ou avô. A autora defende a ideia de um patriarcado moderno, o qual se refere não mais à figura paterna com relação à família biológica, mas sim a uma dominação estrutural das mulheres pelos homens, onde os últimos teriam um direito coletivo natural sobre as primeiras. Entende que “O poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida

¹⁶ “Treze frases de Bolsonaro de natureza sexual e machista.” Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/treze-frases-de-bolsonaro-de-natureza-sexual-e-machista/>

civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública” (PATEMAN, 1993, p.167).

Para Safiotti (2015), patriarcado, capitalismo e racismo caminham de mãos dadas, eles existem individualmente, entretanto, se entrelaçam de forma a manterem a soberania e a manutenção do status quo de exploração e opressão. O poder “natural” que os homens pensam possuir sobre as mulheres é o que fornece sustentação para que estes ajam de maneira machista, preconceituosa e misógina, tanto dentro como fora de casa.

Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo. Daí ter-se criado a metáfora do nó para dar conta da realidade da fusão patriarcado-racismo-capitalismo (SAFFIOTTI, 2004, p. 130).

Exemplificando, quando uma mulher sofre assédio na rua ou no transporte público, quando o marido defende que as tarefas domésticas devem ser executadas apenas pela companheira porque é “coisa de mulher”, ou quando o mesmo considera que tem tanto direito sobre a companheira que pode agredi-la física e psicologicamente. É essa ideia de que o corpo feminino é público, direito de todo e qualquer homem, e que o trabalho executado pelas mulheres dentro dos lares não possui valor, que se reproduz em uma sociedade patriarcal, e quando se trata de mulheres negras a ideologia patriarcal se intensifica de forma ainda mais impiedosa.

Hodiernamente, o patriarcado em conjunto com o capitalismo possui um papel ímpar na produção da exploração e opressão da mulher, e o faz através do controle da sexualidade com seus ditames e regras morais, da violência, bem como através da divisão sexual do trabalho.

A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam a dominação de gênero (ou o patriarcado). Trata-se de um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas (BIROLI, 2018, p. 17).

Identifica-se assim, que o capitalismo invisibiliza a exploração do trabalho doméstico e de reprodução social produzido pelas mulheres, e que “a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho” (FEDERICI, 2019, p. 43).

Marx trouxe a luz a questão do trabalho das mulheres e das crianças nas fábricas norte-americanas em meados dos anos 1800 dizendo que “as grandes oficinas compram preferencialmente o trabalho de mulheres e crianças, porque este custa menos que o dos

homens” (2015, p. 260), elucidando que, de uma forma ou de outra, o trabalho executado por mulheres sempre foi explorado de maneira desigual na cadeia capitalista, seja nas fábricas ou no trabalho classificado como improdutivo dentro de casa.

A agudização da exploração e da opressão de mulheres se deu mais especificamente por conta das modificações que aconteceram na divisão sexual do trabalho com o advento do capitalismo, caracterizando-se como núcleo estrutural das relações desiguais de gênero. Tal divisão é descrita como

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é modulada histórica e socialmente. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2012, p. 214).

Gerda Lerner (2019) em sua obra “A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens” discorre sobre as sociedades desde os tempos neolíticos. Nos meandros de suas análises ela enfatiza que a necessidade biológica de reprodução deu início a primeira divisão sexual do trabalho, tendo em vista as árduas condições de sobrevivência, muitas das crianças não alcançavam a fase adulta e as mulheres passavam por grandes números de gestações.

Sendo assim, a autora relata que possivelmente os homens saíam para caçadas de animais de grande porte, enquanto que as mulheres e crianças eram responsáveis por atividades como caça de pequenos animais e a colheita de outros alimentos, na intenção de preservar a sobrevivência, tanto das mulheres, como das crianças. Ressaltando que o trabalho executado pelas mulheres possuía também grande importância na vida em comunidade. Entretanto, a autora destaca que as diferenças biológicas discutidas em suas análises

Não se trata de diferenças de força ou resistência, mas unicamente reprodutivas – em especial, a capacidade de amamentar bebês. Posto isso, quero enfatizar que minha aceitação de uma “explicação biológica” só é aplicável aos primeiros estágios do desenvolvimento humano e não significa que a divisão sexual do trabalho ocorrida depois, com base na maternidade, seja “natural” (LERNER, 2019, p. 71)

Durante o transcorrer histórico a divisão sexual do trabalho foi se modificando em uma pluralidade de formações, porém, foi a partir do capitalismo que a mesma se corporificou da maneira hoje vivenciada. Esse fato não anula a veracidade de que, anterior a isso também existiu desigualdade, porém, de maneira menos acentuada. Segundo Lerner (2019) não há provas concretas de que já existiram sociedades matriarcais, mesmo porque para a autora “matriarcal” seria o oposto de “patriarcal”, e não há registros de sociedades onde tenha existido uma dominação dos homens pelas mulheres, sendo assim o que possivelmente existia era uma relativa igualdade de valoração entre os gêneros e as atividades que ambos exerciam.

O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, como a interpretação delas, que foi ignorada. O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos. Assim, o registro gravado e interpretado do passado é apenas um registro parcial, uma vez que omite o passado de metade dos seres humanos, sendo portanto distorcido, além de contar a história apenas do ponto de vista da metade masculina da humanidade (LERNER, 2019, p. 28-29)

Não há como saber o que realmente ocorreu de fato, até mesmo por não ser de interesse comum discutir a história das mulheres e sua opressão, nas palavras da autora, resta apenas especular e buscar respostas com os meios disponíveis. Apesar disso, é certo afirmar que o capitalismo em cooperação com o patriarcado, estabeleceu historicamente uma nova posição para as mulheres, visando a sua produtividade e lucratividade através da exploração desse segmento, se utilizando das condições degradantes que ele mesmo criou no interior da divisão sexual do trabalho.

Uma das estratégias do capitalismo para se beneficiar do trabalho realizado por mulheres foi a transmutação do trabalho do doméstico em âmbito privado em trabalho exclusivo de mulheres, e o trabalho fabril, em âmbito público, voltado para os homens. Para tanto, o capitalismo se articulou no sentido de que esse trabalho não representasse uma ameaça à sua produção por meio da naturalização dos papéis de gênero.

O trabalho doméstico e de cuidado foi relegado às mulheres através da divisão do que é considerada tarefa feminina e tarefa masculina, essa visão conformou a invisibilidade do trabalho desempenhado pelas mulheres dentro de casa, naturalizando os papéis de gênero na ordem patriarcal. Nesse sentido, falar sobre divisão sexual do trabalho é falar a respeito de como se formam as dificuldades vivenciadas e identidades construídas por meio das oportunidades concedidas ou não, tanto as mulheres como aos homens.

Trata-se de questão sensível, ainda, porque confere a todas as mulheres uma posição semelhante (a elas são atribuídas tarefas de que os homens são liberados) e porque as distingue dos outros atores (elas são diferentemente marcadas e oneradas pela divisão de tarefas e responsabilidades segundo os recursos que detêm para “driblar” o tempo e a energia que tais tarefas requerem) (BIROLI, 2018, p. 21).

Para discutir a divisão sexual do trabalho é importante destacar que a mesma influi na vida de todas as mulheres e homens, entretanto, isso acontece de maneira distinta de acordo com o nível de opressão que sofrem, sendo este designado por características como raça, classe, gênero, etnia, geração e território. Uma mulher sofre as opressões que o machismo e a misoginia impõe socialmente apenas por ser mulher, mas uma mulher negra possui ainda o atenuante da raça, e, na maioria das vezes, da classe.

Ilustrando, é possível afirmar que existe uma pirâmide social onde o topo é constituído por homens brancos, cisgêneros¹⁷, heterossexuais e ricos, nem todos são ricos, mas ainda assim, o homem branco¹⁸ e hétero ocupa esse espaço por conta do poder que possui no sistema patriarcal. Abaixo existem as mulheres brancas, cisgêneros, heterossexuais e ricas, da mesma forma que os homens, mesmo que não possuam poder aquisitivo tão alto, ainda assim possuem vantagens sobre os homens e mulheres não brancas(os). Após, existe a parcela dos homens negros, e por fim, na base, a parcela das mulheres negras e pobres. Isso é claro, grosso modo, sem particularizar demais características como a diversidade de gênero, orientação sexual e geração.

Na pirâmide da renda e no acesso a postos de trabalho, à escolarização e à profissionalização, as mulheres brancas estão mais próximas dos padrões de oportunidades dos homens brancos e apresentam vantagens em relação aos homens negros. São as mulheres negras, acompanhadas de seus filhos, que integram a faixa mais pauperizada da população (BIROLI, 2018, p. 22).

Nesse sentido Biroli (2018) discute que não há como dizer que as únicas prejudicadas pela divisão sexual do trabalho seriam as mulheres, analisar o contexto dessa forma seria reduzir a discussão apenas ao gênero, classe a raça são intersecções que não se descolam da realidade patriarcal.

Quando se trabalha questões como trabalho doméstico e de produção social não há como equiparar as experiências de mulheres brancas com mulheres negras. Enquanto as mulheres brancas cuidavam de suas casas e reivindicavam mais liberdade à educação ao trabalho e participação na vida pública no século XX, mulheres negras não possuíam a escolha do não trabalho, ou de ficar em casa cuidando dos seus. Suas realidades eram baseadas na condição de (pós) escravidão que vivenciavam. Não foram vistas como delicadas, tampouco foram poupadas do serviço braçal realizado tanto por homens em situação de escravidão quanto por mulheres. Sobre isso, Angela Davis (2016, p. 233) expõe que

Assim como os seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família [...] E, ao contrário das donas de casa brancas, que aprenderam a se apoiar no marido para ter segurança econômica, as esposas e mães negras, geralmente também trabalhadoras, raramente puderam dispor de tempo e energia para se tornar especialistas da vida doméstica. Como suas irmãs brancas da classe trabalhadora, que também carregam o fardo duplo de trabalhar para

¹⁷ Aquele que se identifica com o gênero o qual nasceu.

¹⁸ “Nesse momento, se poderia colocar a questão típica do economiscimo: tanto brancos quanto negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. mas, na verdade, a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que, enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas.” (GONZALEZ, 2020, p. 35).

sobreviver e de servir a seu marido e crianças, as mulheres negras há muito tempo precisam ser aliviadas dessa situação opressiva.

Destarte, é certo afirmar que a divisão sexual do trabalho produz desigualdade de gênero junto ao capitalismo, entretanto se manifesta de forma distinta no cotidiano de mulheres de acordo com sua classe e sua raça. Sem, portanto, desconsiderar que mulheres brancas também sofrem com a desigualdade de gênero, ressalta-se que há uma diferença em como esses processos acontecem.

“A exploração do trabalho e a expropriação do tempo e da energia das mulheres não têm apenas homens na outra ponta das relações cotidianas que as afetam” (BIROLI, 2018, p. 35). Mulheres são oprimidas há um período imensurável por serem mulheres, mas as mulheres da classe trabalhadora, sejam elas mulheres não brancas, ou mulheres LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer e Intersexuais).

Além de serem oprimidas por conta de seu gênero ou não adesão de um, sua sexualidade e sua cor, também possuem sua força de trabalho explorada pelo capital, enquanto as mulheres burguesas que também são oprimidas acabam por explorar a mão de obra das mulheres trabalhadoras em prol de sua ascensão.

Em países capitalistas colonizados como o Brasil e os demais da América Latina, o *módus operandi* da divisão sexual do trabalho diverge dos países ocidentais, isso acontece em razão da herança colonial que se faz presente através do racismo que estrutura a sociedade como um todo. Nesse sentido, além de existir uma divisão sexual, existe também uma divisão racial do trabalho, que, além de produzir disparidades relacionadas ao gênero, também produz em relação à raça, afetando mulheres e homens negros(as), indígenas e imigrantes, dependendo do fluxo de imigração das regiões.

Gonzalez (2020) alega que a herança escravista aliada ao capitalismo dependente¹⁹, produz efeitos no cotidiano das mulheres negras influenciados pelo racismo enraizado que reverberam em todos os setores da vida das mulheres não brancas. Trata-se de uma construção ideológica que se espalha continuamente após a abolição da escravatura. Petrone²⁰ (2019, p. 17) corrobora alegando que “se o regime colonial foi rompido, não houve ruptura com as relações coloniais de poder”.

¹⁹ “Na região latina, o capitalismo não possuiu uma forma autônoma e essencialmente diferenciada do capitalismo de forma geral. É o mesmo capitalismo, porém gestado em uma região particular e fundamentado na dependência. Essa questão é importante, pois evidencia que o ciclo do capital na nossa realidade apresenta particularidades que não são autonomizadas, mas pertencem à totalidade que envolve este modo de produção.” (COSTA, 2019, p. 48).

²⁰ Trecho do prefácio escrito para o livro *Feminismo para os 99%: um manifesto*.

A abolição da escravatura não significou dignidade para as pessoas que se libertaram do trabalho forçado, ela não veio acompanhada de políticas sociais que amparassem e os inserissem na sociedade. Pelo contrário, a falta de oportunidade e o preconceito continuaram reservando aos homens e mulheres negras os mesmos serviços executados no regime de escravidão. Essa situação continua latente ainda nos dias de hoje, mesmo com a elevação do nível de educação de mulheres negras, essas continuam sendo excluídas dos postos de trabalho, ocupados preferivelmente por mulheres brancas, como manda o padrão capitalista.

Que se leiam os anúncios dos jornais na seção de empregos; as expressões “boa aparência”, “ótima aparência” etc. constituem um código cujo sentido indica que não há lugar para a mulher negra. As possibilidades de ascensão a determinados setores da classe média são praticamente nulas para a maioria absoluta (GONZALEZ, 2020, p. 42).

Gonzalez (2020) conduz suas análises sobre a mulher negra e o trabalho afirmando que sem ter para onde recorrer, a mesma acaba se voltando para a procura de trabalhos domésticos, continuando compulsoriamente na posição de subordinação que as mulheres negras tentam incessantemente se desvencilhar. Nessa esteira, é válido incluir a discussão sobre a exploração de mulheres por mulheres que o feminismo liberal incentiva através da ideia de ascensão de mulheres ocupando espaços que em um passado recente eram reservados apenas aos homens. O eixo argumentativo dessa questão é: a quem esse movimento serve?

Parte-se do entendimento de que todas as mulheres sofrem com as consequências da opressão de gênero, mas nem todas as mulheres são superexploradas economicamente. A concepção nuclear do feminismo liberal naturaliza que as mulheres que ocupam cargos e salários privilegiados semelhantes aos dos homens, explorem outras mulheres dentro de suas casas através do emprego de trabalho doméstico.

Tendo em vista que esses processos de exploração são envoltos por uma estrutura capitalista, o feminismo liberal não se estende a todas as mulheres, não possui consciência de classe e se apropria do discurso da diversidade para o consumo e lucratividade do capital. Ele possui suas bases ligadas diretamente ao capitalismo financeiro, que se articula ao movimento visando a igualdade somente em exploração dos sujeitos, ascendendo apenas algumas mulheres (aquelas que já possuem posições vantajosas, econômica e socialmente falando (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

O movimento feminista que não articula a relação de gênero, raça, classe, geração e territorialidade e que não possui uma intenção anticapitalista de sociedade, não consegue englobar a pluralidade das mulheres e não pode se considerar um movimento que luta pela libertação das mesmas. Uma organização que opera nesses moldes apenas executa a

manutenção das estruturas de poder, através de um ponto de vista feminino que inclui uma pequena parcela de mulheres. É preciso admitir que “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p. 42).

Desta feita, o fato de que as mulheres negras não possuem as mesmas oportunidades de trabalho e que, mesmo que as tenham, ainda assim continuam sendo discriminadas e diminuídas quando em posição superior a de mulheres e homens brancos, está visceralmente conectado à lógica colonizadora que até então continua perpetuando-se.

Entretanto, existe uma grande parcela da população que não se sabe se por influência acadêmica de discussões romantizadas sobre as relações no período colonial, advindas de autores como Gilberto Freyre²¹ (2013), ou se pela sua ignorância branca²², que não reconhecem o racismo e a violência como base constitutiva da sociedade desigual que se vivencia hoje no Brasil. Sobre isso, Sueli Carneiro (1995) argumenta que

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance” (CARNEIRO, 1995, p. 549).

Acrescido a isso, Vilma Piedade (2017, p. 12) corrobora dizendo que

O Brasil não é um país racista, afirma a maioria. Somos todas todos iguais. Utopia. O Racismo é imobilizador. Aliás, essa é a função dele – continuar existindo para manter a Branquitude, como projeto ideológico, cada vez mais consistente, dominador excludente.

²¹ FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52. edição comemorativa. São Paulo: Global, 2013.

²² “Originalmente, então, conceitos fundacionais de diferença racializada, e suas ramificações em todas as esferas sociopolíticas, impedem uma percepção verídica de não-brancos e sevem como uma barreira categórica contra o tratamento moral igualitário deles. O afastamento de um racismo antiquado desse tipo não colocou, entretanto, um fim à normatividade branca, mas sutilmente transformou o seu caráter. Se anteriormente, brancos eram demarcados pela cor como sendo biologicamente e/ou culturalmente desiguais e superiores, agora através de um “daltonismo” estratégico, eles são assimilados como supostamente iguais em status e situação aos não-brancos em termos que negam a necessidade de medidas para reparar as desigualdades do passado. Assim, a normatividade branca se manifesta em uma recusa branca de reconhecer a longa história de discriminação estrutural que deixou brancos com os recursos diferenciais que eles possuem hoje, e todas as suas vantagens consequentes na negociação de estruturas de oportunidades. Se originalmente a branquitude era raça, agora é ausência de raça, um status igual e uma história comum que todos compartilharam, com o privilégio branco sendo conceitualmente apagado.” Charles W. Mills. Ver mais em: < <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/785>>.

No país que possui a maior população negra da América e que, mesmo tendo abolido a escravidão há mais de um século ainda²³ reproduz as relações sociais e de trabalho dos tempos de escravidão, é no mínimo contraditório que exista a afirmação de que não há racismo no Brasil. De acordo com o IBGE (2019), em 2018 64,2% dos desocupados eram compostos por pessoas pretas ou pardas, esse dado reflete muito mais do que o resultado da crise política e econômica brasileira, mas também compreende o recorte visível de raça que existe quando se trata de desigualdade social no país.

Considerando esses dados, é fundamental considerar a questão de gênero visto que de acordo com a pesquisa do Dossiê de Mulheres Negras (IPEA, 2013), em 2009 a soma entre mulheres negras e pardas chegava a 50 milhões, de um total de 191.7 milhões de pessoas, os dados são antigos, mas bem expressivos visto que contemplava 50% da população feminina, enquanto as mulheres brancas somavam 49,3%. A ausência do Censo Demográfico que já não acontece há uma década dificulta a exatidão de dados na atualidade, bem como interfere na construção de políticas públicas e sociais voltadas para a necessidade da população mais vulnerabilizada, remetendo novamente às mulheres e mulheres negras. Primordial reafirmar que o capitalismo junto ao racismo são os maiores responsáveis pela produção de desigualdade da população negra

[...] o capitalismo é violência, é genocídio e envolve variados fenômenos antinegros nos níveis estrutural, sociocultural, simbólico e físico. O Capitalismo é genocida. E o que isto significa? Que essas massas sobrantes não têm lugar nem função na sociedade burguesa e elas precisam ser eliminadas. Esta é expressão da crise estrutural do capitalismo na questão racial e isso não tem como ser controlado, e tende a crescer cada vez mais (CARDOSO et al., 2017, p. 10).

Diante disso, os dados do IBGE (2019) demonstram que a população não branca reside em sua maioria em locais insalubres, com condições degradantes abaixo da linha da pobreza, sem possuir acesso digno a bens e serviços em detrimento da população branca. As mulheres negras também estão entre as mais atingidas pela violência, de acordo com o Atlas da Violência (2021), 66% das mulheres vítimas de homicídio no Brasil eram negras. A realidade está posta, os números apenas confirmam o que o cotidiano expõe dia após dia. Ressalta-se que os danos advindos da pandemia da covid-19 ainda não se concretizaram integralmente, tendendo a agravar ainda mais a situação em longo prazo.

Existe uma ilusão maldosa no imaginário racista herdado da escravidão de que as pessoas negras possuiriam maior resistência a passar por situação que infringem dor de modo

²³ “Após 38 anos, mulher é libertada de trabalho análogo à escravidão.” Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/apos-38-anos-mulher-e-libertada-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-mg/>

a justificar a violência sofrida pelos indivíduos (PIEIDADE, 2017). Há também o racismo disseminado sutilmente como preconceito de que as pessoas negras são raivosas, explosivas, principalmente as mulheres. Lélia Gonzalez (2020) discute em suas obras a infantilização das pessoas negras, o não lugar, sem possuir o direito de manifestação. A partir do momento em que as pessoas negras abandonam a posição de não lugar, manifestando-se, quem os ouve considera de mal tom a posição assumida. Akotirene (2019) coaduna com as análises de Lélia expondo que

Para mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas; e de geração, infantil, porque deve fazer o que ambos – marido e patroa – querem, como se faltasse vontade própria e, o que é pior, capacidade crítica. Independentemente da idade, o racismo infantiliza as mulheres negras. Velhice é como a raça é vivida, e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo (AKOTIRENE, 2019, p. 27).

As manifestações “sutis” e veladas que se inserem no cotidiano de mulheres negras atuam como reflexo de um complexo de ações baseadas em uma articulação ideológica racista que continua se reproduzindo. Piedade (2017) cunhou o termo “dororidade” para falar sobre a solidariedade entre mulheres negras entendendo que só que vivencia essa realidade consegue compreender a dor que se é sentida.

Dentre essas manifestações também se revela a cultura da sexualização dos corpos de mulheres não brancas, principalmente as mulheres negras e indígenas. Gonzalez (2020, p. 149) utiliza um ditado para ilustrar essa afirmação “Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”. Atribuir às mulheres amefricanas (pardas ou mulatas) tais papéis é abolir sua humanidade, e seus corpos são vistos como corpos animalizados [...]”. Da mesma forma as reflexões de Sueli Carneiro vão ao encontro dessa constante, afirmando que

[...] constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (CARNEIRO, 2011, p. 127).

A consolidação do capitalismo impôs inenarráveis mudanças e reorganizou a sociedade, bem como a forma como as relações sociais se desenvolvem dentro dela, sua concretização foi subsidiada pela invasão de territórios, expropriação e exploração de povos originários e povos escravizados. A exploração e a dominação de povos considerados selvagens, adjacente a padrões provenientes do continente europeu, promoveu a criação e

imposição de um indivíduo considerado universal, que na ordem patriarcal e racista entende que possui poder sobre todo e qualquer indivíduo que se diferencie do mesmo.

Conclui-se que o sistema exclui e marginaliza mulheres baseado nos padrões que o mesmo criou, as tarefas consideradas femininas são o eixo constitutivo dessa exclusão, que essencializa atividades consideradas de cunho biológico. Quando se trata de mulheres negras, além da naturalização dos papéis de gênero, a exploração e a opressão se intensifica baseado no racismo enraizado, logo, não há como dissociar as categorias de gênero, raça e classe para discutir mulheres na sociedade, tendo em vista a pluralidade de realidades femininas existentes.

Entender como se estabelecem as relações de gênero e raça no capitalismo se faz de extrema necessidade para fins de apreender a totalidade dos processos que envolvem o trabalho considerado feminino, sendo assim, no segundo subitem do terceiro capítulo a dissertação aprofunda-se na questão das mulheres negras e indígenas brasileiras de forma mais incisiva. Considerar a realidade das mulheres negras possibilita identificar que são elas as agentes que estão em maioria na linha de frente do trabalho doméstico e de reprodução social, tema que será abordado no próximo capítulo a fim de desvendar esse trabalho e como as mulheres que o executam o vivenciam a realidade capitalista.

3 TRABALHO DOMÉSTICO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ATIVIDADE IRRELEVANTE PARA A DINÂMICA DO CAPITAL?

Contextualizando de forma simples o trabalho no sistema capitalista, entende-se por trabalho remunerado aquele onde o(a) trabalhador(a) vende a sua força de trabalho em troca de um salário, ou uma quantia monetária, essa força de trabalho configura-se como uma mercadoria. Seguindo a lógica, o trabalho não remunerado é onde não existe essa troca monetária pelos serviços realizados, o trabalho não remunerado discutido aqui é voltado para os serviços realizados historicamente pelas mulheres no interior do lar, trabalho doméstico, e na família, o trabalho de reprodução social ou trabalho reprodutivo.

Mas afinal, do que se trata especificamente o trabalho doméstico e de reprodução social tão citado ao longo da presente produção? Apesar de se apresentar como uma pergunta de resposta óbvia, os desdobramentos do que caracteriza essencialmente o trabalho doméstico e de reprodução social constituem uma camada complexa de relações sociais que se desenvolve como consequência da execução dessas tarefas, sustentada pela divisão sexual do trabalho capitalista, já abordada anteriormente.

Por trás das instituições oficiais do capitalismo – trabalho assalariado, troca e sistema financeiro – estão os suportes que lhes são necessários e as condições que as possibilitam: famílias, comunidades, natureza; Estados territoriais, organizações políticas e sociedades civis; e, em especial, enormes quantidades e múltiplas formas de trabalho não assalariado e expropriado, incluindo muito do trabalho de reprodução social, ainda executado predominantemente por mulheres e muitas vezes sem compensação. Esses também são elementos constitutivos da sociedade capitalista – e lugares de luta em seu interior (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 102).

Considerando esses elementos, o presente capítulo terá como eixo da discussão a apreensão dos desdobramentos do trabalho realizado por mulheres (majoritariamente) e organiza-se da seguinte forma: primeiramente foi construída a discussão sobre o trabalho doméstico e de reprodução social como atividade não remunerada, desvalorizada, invisibilizada e explorada pelo capitalismo, baseada principalmente nas reflexões da autora Silvia Federici da obra *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019) e *O Patriarcado do Salário* (2021). Cabe salientar que a obra *O Ponto Zero* é composta por diversos ensaios sobre a temática produzidos a partir da década de 1970, nesse sentido considera-se o marco temporal e o público alvo dos escritos, atentando para o fato de que as abordagens da autora nessa obra são pensadas de forma mais direcionada às mulheres do norte do planeta.

No segundo subitem a análise foi construída focada na realidade de mulheres brasileiras em um contexto de capitalismo tardio e economia dependente, fortemente

influenciada pela herança colonial do país, em uma conjuntura de espraiamento da extrema direita. O objetivo foi incitar questionamentos sobre as possibilidades de emancipação do trabalho doméstico e de reprodução social a partir de uma perspectiva crítica feminista articulada com os conceitos de Federici e de autoras feministas latino-americanas que contemple a metade sul, principalmente o Brasil, um feminismo feito de “nós para nós”.

O enfoque “paradoxal” na realidade brasileira com relação ao que Silvia, enquanto uma mulher branca de origem ocidental discute²⁴, foi intencionalmente escolhido para entender os diferentes contrastes que se apresentam por meio das hierarquias de gênero, raça e classe que a dissertação se propõe a enfatizar, bem como dar visibilidade para a temática de forma particular e local.

²⁴ Destaca-se que, mesmo na condição de mulher branca e ítalo-estadunidense, Silvia Federici não desconsidera a questão das hierarquias de gênero, raça e classe e demais intersecções que atingem a pluralidade de mulheres no mundo todo. Essa afirmação se corporifica de forma mais nítida nas últimas obras da autora intituladas *Mulheres e Caça às Bruxas* (utilizada na amostra), *O Patriarcado do Salário* e *Beyond the periphery of the skin* (ainda não publicado no Brasil), tendo sido abordada de forma mais amena em *O Calibã* e *a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* e *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*.

3.1 “ELES DIZEM QUE É AMOR. NÓS DIZEMOS QUE É TRABALHO NÃO REMUNERADO.”

Triste, louca ou má, será qualificada ela quem recusar seguir receita tal, a receita cultural do marido, da família. Cuida, cuida da rotina. Só mesmo rejeita bem conhecida receita quem não sem dores aceita que tudo deve mudar. Que um homem não te define, sua casa não te define, sua carne não te define, você é o seu próprio lar.²⁵

Existe no imaginário coletivo um consenso social sobre a performance ideal para as mulheres na sociedade. Esse fenótipo vem se modificando nas últimas décadas, entretanto, permanece na linha da domesticação dos corpos e responsabilização pelo âmbito familiar. Da mesma maneira que o capitalismo se adéqua de tempos em tempos para otimizar a exploração e a extração da mais-valia do(a) trabalhador(a) remunerado, o mesmo é feito para que haja a exploração do trabalho não remunerado supostamente improdutivo e imaterial realizado dentro de casa pelas mulheres. O capitalismo então moldou a imagem relacional das mulheres à aptidão para o trabalho doméstico, como uma característica medular, onde Federici (2019, p. 43) expõe que

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado.

A autora tece análises sobre o trabalho doméstico, afirmando que o avanço da introdução desse serviço na identidade feminina foi extremamente influenciado pelo avanço do capitalismo. Um dos fatores determinantes nesse íterim foi a grande reforma social suscitada pelos capitalistas nos EUA e na Europa ao fim do século XIX no intuito de “tanto para pacificar os trabalhadores do sexo masculino quanto para apoiar a mudança da indústria têxtil para a pesada (em termos marxianos, do excedente absoluto para o relativo), que exigiu uma exploração mais intensiva de trabalho.” (FEDERICI, 2019, p. 334-335).

A reforma foi planejada visando modificar totalmente as estruturas das relações sociais, principalmente a posição social das mulheres, que haviam “conquistado” um lugar de trabalhadora assalariada dentro das fábricas. Os trabalhadores homens sindicalizados consideravam a mão de obra feminina (e infantil) crescente como uma ameaça aos seus postos de trabalho e seu poder de negociação.

Segundo o ponto de vista dos impactos sobre as mulheres, essa reforma pode ser descrita como a criação da dona de casa em tempo integral, um processo complexo de engenharia social que, em poucas décadas, retirou as mulheres – em especial as

²⁵ Triste, louca ou má. Composição de Vivien Carelli. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/francisco-el-hombre/triste-louca-ou-ma.html>>.

mães – das fábricas, aumentou substancialmente os salários da mão de obra masculina, o suficiente para sustentar a dona de casa “que não trabalhava”, e instituiu formas de educação popular para ensinar as operárias as habilidades necessárias ao trabalho doméstico (FEDERICI, 2021, p. 157).

Adjacente a esses elementos, a autora relata que havia uma certa preocupação por parte dos reformistas relacionada a reprodução das famílias e a responsabilidade das mulheres nesse processo, que já não possuíam mais interesse em reproduzirem-se e perderem a relativa autonomia que haviam conquistado. Bem como é importante considerar que as habilidades para os trabalhos domésticos não estavam no topo das prioridades, tendo em vista a carga horária exaustiva de trabalho nas fábricas, não havia como dar conta de todos os serviços.

Tudo isso, somado ao machismo que imperava no tecido social e que não aceitava a relativa independência das mulheres, ocupando espaços que antes pertenciam apenas aos homens, causou desconforto tanto a classe capitalista, quanto aos homens trabalhadores, influenciando fortemente na posição social das mulheres. Adiciona-se também o esgotamento físico do proletariado das cidades, a conseqüente queda de natalidade e a redução de expectativa de vida. Em outras palavras, a preocupação se centrava em tornar o ambiente do trabalho reprodutivo privado e responsabilidade das mulheres para que a força de trabalho continuasse a ser produzida.

Para além disso, o capitalismo não só introduziu o trabalho doméstico como parte da identidade feminina, como também apropriou-se de pautas feministas de emancipação reivindicadas, por exemplo, no que algumas autoras denominam de ondas do feminismo para delimitar um marco de organização política do movimento. Mas se refletir sobre feminismo remete a conquistas de direitos das mulheres e reivindicação dos mesmos, prioritariamente, de que maneira poderia o capitalismo se inserir nessa questão e se beneficiar da exploração do trabalho não remunerado de mulheres de todo o globo? Para que se possa entender essa contradição, primeiramente elucida-se aqui uma visão geral do que o feminismo como um movimento representa.

O feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano da opressão e da exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca de liberdade [...] e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política, e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2015, p.13).

Tendo brevemente definido o que significa o feminismo, salienta-se que este se apresenta de múltiplas formas, através de diversas correntes, metodologias e abordagens. É um movimento que se caracteriza por sua pluralidade, pensando justamente na diversidade de

mulheres. Nessa linha argumentativa, se faz necessário apontar quais foram as demandas reivindicadas pelo feminismo na quadra histórica, a fim apreender de que maneira e por quais caminhos o capitalismo se introduz no movimento e se apropria das pautas para continuar se reproduzindo.

Não raro, o feminismo é demonizado e tratado como exagero, o conhecido “mimimi”, sendo um alvo de crítica ferrenha por parte do machismo e da misoginia que assola o estrato social quase que por completo. Enquanto um movimento organizado politicamente, possui suas origens nas organizações que reivindicaram os direitos civis das mulheres, dando ênfase ao direito ao voto (movimento das sufragistas²⁶), iniciadas a partir da segunda metade do século XIX na Europa e na América do Norte.

Grande parcela dos movimentos da chamada primeira onda do feminismo foi constituída por mulheres brancas de classe média/alta, com uma baixa participação de mulheres negras e mulheres operárias, devido ao fato de que as reivindicações que estavam sendo colocadas em pauta, como o direito ao trabalho fora do lar, não faziam parte da agenda de demandas dessas mulheres, onde para elas, trabalhar significava e ainda significa uma questão de sobrevivência.

A primeira mulher negra libertada de sua condição de escravidão a assistir e participar de uma Convenção Nacional dos Direitos das Mulheres nos EUA, em Ohio, no ano de 1851, foi Sojourner Truth. Após a convenção, Sojourner ficou mundialmente conhecida no movimento feminista devido à potência de seu discurso²⁷, considerado um dos pontapés iniciais para o reconhecimento da necessidade de inclusão da raça no movimento feminista (DAVIS, 2016).

Destarte, na primeira onda as mulheres buscavam garantir direitos para auferir sua igualdade com os homens, elas buscavam o acesso aos direitos civis para que as disparidades pudessem desaparecer e para que se moldasse uma possível simetria nas relações entre os pares, principalmente dentro do casamento (DAVIS, 2016).

Cabe ressaltar que esses acontecimentos ilustram o contexto euro-norte-americano, e que na América Latina e demais regiões os processos se desenvolveram de forma distinta,

²⁶ <https://www.politize.com.br/movimento-sufragista-o-que-foi-e-qual-o-impacto-no-brasil/>

²⁷ Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E eu não sou uma mulher? Olhem pra mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse a oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E eu não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (TRUTH, 1951, s.p).

considerando a conjuntura econômica, política e social de cada país como vem sendo ressaltado ao longo do trabalho. No Brasil, por exemplo, também houve a participação das mulheres na luta pelo voto feminino e pela participação na vida pública.

A organização do movimento de maneira local também possuiu o atenuante da condição de classe mais abastada envolvido no processo. Enquanto as mulheres consideradas da burguesia reivindicavam o livre acesso a educação e o direito ao trabalho, as mulheres operárias argumentavam contra as longas jornadas de trabalho e melhores condições de vida durante a ascensão da indústria e a urbanização em massa do país (BARIONI, et. al., 2016).

Após a conquista do voto feminino em vários países, o movimento da primeira onda foi gradualmente perdendo forças como consequência da vitória e da necessidade de saída das mulheres do lar para as indústrias em meio à Segunda Guerra Mundial.

A segunda onda do feminismo em termos de escala mundial se materializou, em grande parte, como um resultado do cenário pós-guerra que emergiu na década de 1950. As mulheres que outrora haviam deixado suas casas e começado a ocupar espaços públicos de educação, cultura, lazer e trabalho, agora deveriam retornar ao lar, influenciadas inclusive, por grandes campanhas em prol da imagem da dona de casa, visando restabelecer a ordem conservadora patriarcal. Entretanto, a inserção das mulheres nesses espaços e a não aceitação de uma velha/nova realidade propiciaram um terreno fértil para novas reivindicações.

A entrada em massa de mulheres casadas, ou seja, em grande parte mães, no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior formaram o pano de fundo, pelo menos nos países ocidentais típicos, para o impressionante florescimento dos movimentos feministas a partir da década de 1960. Na verdade, os movimentos de mulheres são inexplicáveis sem esses acontecimentos. (HOBSBAWN, 1991, p. 305).

Uma das figuras que marcou e influenciou de forma intensa a instauração de uma segunda onda do feminismo foi a filósofa francesa Simone de Beauvoir e a publicação de sua obra “O segundo Sexo”, onde a autora aborda que a mulher é sempre o “outro²⁸” em relação

²⁸ Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: “Sou uma mulher”. Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo. [...] A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. Agastou-me, por vezes, no curso de conversações abstratas ouvir homens dizerem: “Você pensa assim porque é uma mulher”. Mas eu sabia que minha única defesa era responder: “penso-o porque é verdadeiro”, eliminando assim minha subjetividade. Não se tratava, em hipótese alguma, de replicar: “E você pensa o contrário porque é um homem”, pois está subentendido que o fato de ser um homem é uma singularidade; um homem está em seu direito sendo homem, é a mulher que está errada. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro (BEAUVOIR, 1970, p. 9-10).

ao homem. A mulher como o *outro*, o homem como o *Universal* e a perspectiva do androcentrismo (o mundo a partir da visão do homem), foram alguns dos temas que instigaram inúmeros debates na segunda onda feminista, já que as reflexões da autora trouxeram à tona as inquietações sobre não existir nenhum fator biológico que estabeleça uma relação de assimetria das mulheres com relação aos homens, atribuindo as opressões que as mulheres sofrem a fatores históricos e sociais.

A originalidade das análises de Beauvoir possibilitaram na época a apreensão da discussão sobre as mulheres de modo a *dissociar* a natureza da cultura, afirmando que o gênero é uma construção social. Essa abordagem remete imediatamente a reflexão sobre como a designação dos papéis de gênero se inscreve no cotidiano e nos corpos dos seres humanos desde o seu nascimento, perpassando sua infância e atravessando toda a vida.

Surge então uma nova abordagem sobre os problemas de gênero das mulheres, denominada de “Mística feminina²⁹”, uma das temáticas da segunda onda, relacionada ao grande número de adoecimento de mulheres durante o pós-guerra nos EUA. A problemática da mística argumentou que a insatisfação das mulheres ao voltar a serem donas de casa manifestava-se por meio dos adoecimentos e questionava o que era ser mulher (GARCIA, 2015).

A necessidade de um caráter público acerca dessas questões alavancou o slogan de que o “O pessoal é político”, tornando-se símbolo do movimento na segunda onda, na pretensão de trazer para o cenário público as questões que eram consideradas de âmbito privado. Nesse sentido, as organizações chegaram à conclusão de que apenas uma mudança pública estrutural é que desaguaria em algum avanço na perspectiva das demandas das mulheres, principalmente das donas de casa que retornaram ao lar após a segunda guerra (BARIONI et al., 2016).

A segunda onda do feminismo se insere no bojo de um cenário de capitalismo pós-guerra, condição que contribuiu como um atenuante nas demandas da organização, enfatizando novamente as contradições no interior do movimento feminista com relação às reivindicações e a realidade de seu público. Enquanto as mulheres da classe média vislumbravam continuar (ou se inserir) em postos de trabalho, liberdade de acesso à educação e independência financeira de seus companheiros, na contramão, as mulheres negras e trabalhadoras continuavam lutando por pautas semelhantes às da primeira onda (exceto o

²⁹A mística feminina – reação patriarcal contra o sufrágio e a incorporação das mulheres na esfera pública durante a Segunda Guerra – que identifica a mulher como mãe e esposa e com isso cerceia toda possibilidade de realização pessoal e culpabiliza aquelas que não são felizes vivendo somente para os demais (GARCIA, 2015, p. 83).

direito ao voto já conquistado), senão ainda mais básicas preteridas devido à herança escravista e do racismo estrutural.

Foi nesse contexto que emergiram as contribuições de ativistas e autoras negras como Angela Davis, bell hooks, Patricia Hill Collins e Audre Lorde, afirmando a necessidade de não dissociar a raça no debate da emancipação feminina, intervindo nesse processo no sentido de entender as demandas das mulheres a partir de uma análise que contemple os distintos sistemas de opressão de forma interseccional³⁰. Situando o local das mulheres negras nesse período, Davis (2016, p. 233) enfatiza que

Assim como os seus companheiros, elas assumiram a responsabilidade de provedoras da família [...] E, ao contrário das donas de casa brancas, que aprenderam a se apoiar no marido para ter segurança econômica, as esposas e mães negras, geralmente também trabalhadoras, raramente puderam dispor de tempo e energia para se tornar especialistas da vida doméstica. Como suas irmãs brancas da classe trabalhadora, que também carregam o fardo duplo de trabalhar para sobreviver e de servir a seu marido e crianças, as mulheres negras há muito tempo precisam ser aliviadas dessa situação opressiva.

O movimento feminista negro estava levantando questões distintas, pois suas demandas não se encaixavam na agenda do “drama doméstico” das mulheres brancas, suas reivindicações emergiam de uma realidade racista e de subalternização.

Segundo Nancy Fraser, ao longo da segunda onda do feminismo foi se moldando um projeto de transformação que condenava as injustiças e criticava o modo de produção, estruturando um momento de tomada de consciência que expandiu os horizontes das lutas em prol de uma emancipação onde “[...] as lutas contra injustiças de gênero estavam necessariamente ligadas a lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes, todas as quais exigiam transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista.” (FRASER, 2009, p. 21-22).

A análise de Fraser (2009) demonstra que, embora o movimento feminista da segunda onda não fosse homogêneo e possuísse expressões antagônicas nas demandas dos grupos das mulheres, um dos seus objetivos foi suscitar a possibilidade de transformação das estruturas da sociedade. No entanto, com o advento do neoliberalismo no processo de reestruturação do sistema econômico, resultado da crítica ao estado de bem-estar social o terreno se tornou

³⁰A interseccionalidade possui origem no movimento feminista negro e emergiu através da crítica realizada pelas mulheres negras ao feminismo liberal, que tipificou a forma de mulher universal, branca, hétero e de classe média, generalizando as demandas do movimento feminista. “A interseccionalidade é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas e, portanto, como um instrumento de luta política” (HIRATA, 2014, p. 69). Apesar das autoras citadas ainda não utilizarem o termo nessa época, tendo este sido sistematizado nos anos 1989 pela teórica feminista e professora estadunidense Kimberlé Krenshaw, os princípios que nortearam a luta dessas mulheres negras vão ao encontro do que a teoria feminista negra estruturou alguns anos mais tarde. Ou seja, as ativistas feministas negras já utilizavam da categoria interseccionalidade na prática antes mesmo de ter sido traduzida em conceito acadêmico.

infértil para tal feito. Uma análise como essa encontra possibilidades de diálogo com Federici (2019, p. 106) e suas reflexões sobre o espaço no trabalho doméstico nesse período.

[...] a organização da reprodução que prevaleceu no modelo econômico keynesiano do período pós-guerra entrou em crise. Nele, o trabalho doméstico era comandado e regulado por meio da organização do salário masculino, que funcionava tanto como investimento direto em capital humano, quanto como estímulo para a produção através do seu papel na demanda e no consumo. Nesse modelo, não apenas o trabalho das mulheres em casa ficou escondido no salário masculino, mas a única atividade reconhecida como trabalho era a produção remunerada de mercadorias, tornando as mulheres meros apêndices, variáveis dependentes faz mudanças e das transformações dos locais de trabalho.

Os questionamentos impostos pelo modelo neoliberal em relação à crise dos “anos de ouro”, causadora de uma enorme recessão, provocaram mudanças nas políticas governamentais dos países, em função de priorizar o movimento econômico do livre mercado. Nessa esteira, o Estado de bem-estar social de caráter intervencionista perdeu sua potência junto ao fordismo e o keynesianismo, que diante da crise não estavam mais em condições de refrear as contradições da sociedade capitalista (Behring; Boschetti, 2008).

[...] Harvey (1993) apresenta as alterações no processo produtivo capitalista, por meio de novas técnicas de gestão da força de trabalho manifestadas pela dinâmica da reestruturação produtiva, que incorpora as tecnologias resultantes de avanços científicos. Segundo tal entendimento, neste período da acumulação flexível – operam as condições necessárias para o crescimento do capital como condição para acumulação, independente de consequências sociais, políticas e ecológicas (GARCIA; LACERDA, 2020, p. 5).

A reestruturação do capitalismo e sua aliança ao neoliberalismo operaram para além da cadeia produtiva de mercadorias, reverberando suas estratégias de reinvenção inclusive sobre os movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista, onde o sistema inescrupulosamente tomou posse do discurso feminista, coadunando a narrativa do movimento a perspectiva neoliberal de individualização dos sujeitos, incentivando a perspectiva de empoderamento individual e da meritocracia entre as mulheres (FRASER, 2009).

A conjuntura apresentada à terceira onda do feminismo foi de ascensão do neoliberalismo, privatização de serviços públicos e incentivos ao capital financeiro internacional, nesse ínterim iniciou-se os processos de retirada de direitos, e, como consequência a atenuação das políticas sociais, tendo sua base cada vez mais focalizada e excludente, desresponsabilizando o Estado e abrindo concessões para o privado. Evidentemente que a classe trabalhadora foi a mais afetada no processo, e, por conseguinte, as mulheres que representam o alicerce do capitalismo com a sua força de trabalho produtiva e reprodutiva, aliada as jornadas cansativas de produção, tanto dentro, como fora do ambiente

doméstico. Sobre esse período, Federici menciona o que viria a ser a volta da caça às bruxas sob o viés contemporâneo do neoliberalismo.

Se aplicarmos, no entanto, as lições do passado ao presente, nos damos conta de que a reaparição da caça às bruxas em tantas partes do mundo durante a década de 1980 e 1990 constitui um sintoma claro de um novo processo de ‘acumulação primitiva’, o que significa que a privatização da terra e de outros recursos comunais, o empobrecimento massivo, o saque e o fomento de divisões de comunidades que antes estavam em coesão têm voltado a fazer parte da agenda mundial (FEDERICI, 2017, p. 417).

Os processos que envolveram (e ainda envolvem) a ampliação das desigualdades causadas pelo neoliberalismo tratam-se de uma nova roupagem da caça às bruxas, que acabou por influenciar na rearticulação do movimento feminista, abrindo portas para uma terceira onda do feminismo, que enfatizou novamente, entre outras questões, a importância da articulação entre gênero, raça e classe, reascendendo o debate da segunda onda que o capitalismo tentou (e conseguiu, de certa forma) capturar.

Outras pautas que ganharam espaço no debate do feminismo dizem respeito à crítica ao binarismo de gênero, feita pela autora Judith Butler, ao entender que o fato de uma pessoa possuir pênis ou vagina não determina seu gênero, tampouco sua condição como ser humano. A autora representa uma referência nos estudos de gênero e é considerada um expoente para a terceira onda do feminismo no contexto mundial alegando que

Às vezes há formas de minimizar a importância do gênero na vida, ou de confundir categorias de gênero para que elas não mais tenham poder descritivo. Mas outras vezes o gênero pode ser muito importante para nós, e algumas pessoas realmente amam o gênero que reivindicaram para si mesmas. Se o gênero for erradicado, será um importante domínio de prazer para muitas pessoas. Já outras têm uma noção forte e si amarrada aos seus gêneros, então acabar com o gênero seria destruidor para sua noção de si. Acho que temos que aceitar uma larga variedade de posições sobre gênero. Alguns querem ser livres de gênero, mas outros querem ser livres para viver um gênero que é crucial para quem eles são. [...] eu não vejo problema algum em mulheres terem pênis e homens terem uma vagina. As pessoas podem ter quaisquer características primárias que tenham (sejam elas dadas ou adquiridas) e isso não necessariamente insinua a qual gênero pertencem ou querem pertencer (BUTLER, 2015 s.p).

Assim, o movimento de mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres e homens trans, passam a reivindicar suas demandas, elucidando que o feminismo liberal não dava conta de suas necessidades, “o discurso feminista era criticado por seu essencialismo: sob a definição unívoca de mulher, pretendia-se encontrar uma experiência unificadora de todas as mulheres” (D’ATRI, 2008, p. 131). A sistematização da interseccionalidade ganhou espaço e a ênfase na desconstrução da universalização das mulheres pelo feminismo tomou impulso novamente, sendo fortemente reivindicada até a atualidade. Era preciso gritar ao mundo e ao movimento feminista liberal de ordem burguesa que

Trabalhar fora sem autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras/pobres, da mesma maneira que a universalização da categoria mulheres tendo em vista a representação política teve como base a mulher branca, de classe média (RIBEIRO, 2016, p. 10).

Em qualquer canto do mundo é facilmente observável que as mulheres trabalhadoras, negras, indígenas e mulheres que fazem parte de comunidades originárias são as mais prejudicadas na ordem capitalista, mas há um esforço constante na mistura econômica e conservadora que se esforça veementemente para invisibilizar esse debate há séculos em todos os lugares. O feminismo da terceira onda foi então um movimento voltado para a identificação e desconstrução das hierarquias de opressões sob a nova perspectiva do sistema econômico mundial, pauta que se fortaleceu e se estendeu até os dias atuais.

Em todas as etapas do movimento feminista, o capitalismo se inseriu (e continua se inserindo) de alguma forma para que pudesse agir de dentro para fora e continuasse na contenção das contradições resultantes da exploração do trabalho de mulheres, tanto remunerado, quanto não remunerado. Portanto, se faz visível que o interesse do tecido social capitalista na domesticação das mulheres é histórica e contínua, pois o mesmo se beneficia do trabalho que desvaloriza e invisibiliza.

Silvia Federici questiona ao longo da sua extensa trajetória sobre qual a lógica de alegar que o trabalho reprodutivo não produz materialidade? Ora, pois, se o trabalho doméstico e de cuidado reproduz a força de trabalho que produz materialidade (mercadorias) esse trabalho gera materialidade sim! Inclusive é base mais primitiva do sistema. A autora afirma que esse trabalho “[...] contribui para a produção de força de trabalho e produz capital, favorecendo a realização de qualquer outra forma de produção.” (FEDERICI, 2019, p. 26).

A resposta está que ao defender e romantizar a sujeição das mulheres as duras e longas jornadas de trabalho, de doação de si mesmo e seu tempo, o capitalismo mantém seu sustentáculo de produção de força de trabalho funcionando a plenos pulmões, para que a mão de obra trabalhadora esteja sempre ao seu dispor. Nesse sentido, há também o fato de que ele mesmo cria as condições de precarização da vida das mulheres e dos próprios indivíduos a quem elas dedicam seu cuidado, para que os mesmos possuam disponibilidade (ou desespero), por qualquer migalha que se possa oferecer em troca de trabalho.

A acumulação capitalista é estruturalmente dependente da livre apropriação de imensas áreas de trabalho e recursos que precisam aparecer para o mercado como externalidades, como o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres, com qual os empregadores contam para a reprodução da força de trabalho (FEDECIRI, 2019, p. 308).

Ademais, além de continuar defendendo esse disparate, o capitalismo também mantém as hierarquias raciais, possibilitando a continuidade sobre o domínio da população que foi historicamente expropriada, explorada, violentada e oprimida pelo mesmo.

A disponibilidade de uma força de trabalho estável e disciplinada é uma condição essencial da produção em cada um dos estágios do desenvolvimento capitalista. As condições do nosso trabalho variam de país a país. Em alguns países somos forçadas a uma produção intensa de crianças, em outros, nos dizem para não reproduzirmos, especialmente se somos negras ou contamos com auxílios do governo, ou que temos a tendência de reproduzir “pessoas causadoras de problemas”. Em alguns países nós produzimos trabalho pouco qualificado para o campo; em outros produzimos trabalhadores e técnicos qualificados. Mas, em todos os países, o nosso trabalho não assalariado e a função que realizamos para o capital são os mesmos (FEDERICI, 2019, p. 69).

O título do presente subitem “Eles dizem que é amor, nos dizemos que é trabalho não remunerado” frase de Silvia Federici em sua Obra *O Ponto Zero da Revolução* (2019) ilustra de forma simples e direta qual é o trabalho das mulheres no interior do sistema capitalista, seja como esposa, amante, mãe, filha, cuidadora, funcionária doméstica ou qualquer função que seja dedicada à manutenção e reprodução das relações sociais: o trabalho não remunerado sob o véu do amor.

Primeiro as mulheres aprendem a respeitar, acima de tudo, a autoridade dos pais, crescem educadas para servir e para cuidar. Depois devem aprender a respeitar os maridos, a servi-los e respeitá-los, logo após, devem viver sua vida dedicada aos filhos, que “obviamente” toda mulher deve ter, e a família (tradicional) que construiu. Nessa sequência é possível identificar várias problemáticas que incidem sobre o cotidiano de mulheres do mundo todo, começando pela inscrição do gênero nos corpos e a atribuição de tarefas pré-determinadas para meninas, a submissão ao esposo provedor, o cuidado com o crescimento dos filhos compulsórios e com a família, anulando-se a si mesma.

O cuidado é uma categoria central na exploração do trabalho não pago das mulheres no capitalismo, porque além da exploração da força de trabalho propriamente dita, sendo este remunerado ou não (nesse caso inclui-se o trabalho de cuidador(a), demanda também a questão afetiva. Silvia Federici defende que mesmo se o capitalismo automatizasse o trabalho doméstico e de reprodução (o que não o fez até hoje e não o fará por motivos já abordados), não há como mecanizar a realização do cuidado, pois existe uma esfera subjetiva e afetiva que envolve essa atividade, entretanto, esse é um dos pontos que faz com que o trabalho de cuidado seja visto pelos olhos da moral, desconsiderando sua importância social, política e econômica.

Considerando o cuidado como uma necessidade cotidiana, a relação entre os recursos existentes na realidade dos indivíduos se conecta intensamente com a forma como se diferenciam as vivências nos momentos de dificuldade. “O acesso desigual a cuidados necessários e a posição de quem cuida compõem dimensões das desigualdades de gênero raça e classe [...]. As relações de cuidado demandam tempo e, em sua forma privatizada, dinheiro.” (BIROLI, 2018, p. 54). Nesse sentido, tempo e recurso são elementos importantes na equação do cuidado, pois definem qual será a disponibilidade e condição para que o cuidado seja executado.

Quando o cuidado é mercantilizado, classe e renda são variáveis importantes, não apenas pela possibilidade de contratação de serviços no mercado, mas também porque as condições de trabalho de pessoas próximas definem a disponibilidade que terão para cuidar de outras pessoas (BIROLI, 2018, p. 55).

Um exemplo prático que pode ser citado são as condições obrigatórias para ingressar no Programa de Cuidados Continuados Integrados, onde o protocolo de inclusão do paciente exige como critério a presença de um(a) cuidador(a) familiar para realizar a capacitação de cuidados no domicílio. Essa condicionalidade pode ser observada em diversas políticas públicas e sociais como foi citado na introdução do presente trabalho.

Apesar do vínculo familiar se caracterizar como um elemento importante no processo de saúde e doença e estar contido na Política Nacional de Humanização - PNH (BRASIL, 2013), o critério vai de encontro aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), tanto no que rege a responsabilidade do mesmo sobre o usuário, quanto na exclusão de acesso ao serviço daqueles que possuem seus vínculos familiares rompidos, mesmo que esses contemplem os demais critérios necessários (FAGUNDES, SCANDOLA E OLIVEIRA, 2020).

Existem também os casos em que a família contrata um(a) cuidador(a) para contemplar o critério do programa e, em algumas situações, esse(a) cuidador(a) é dispensado(a) logo após a realização da capacitação, o que apesar de ser uma necessidade da família relacionada justamente à tempo e recurso, afetando diretamente a condição de tratamento do usuário em questão. Portanto, a responsabilização da família incorre diversos desdobramentos na realidade dos indivíduos, como afirma o seguinte trecho retirado de uma pesquisa relacionada à gestão de cuidados na Unidade de Cuidados Continuados.

[...] a obrigatoriedade do acompanhamento traz diferentes impactos na dinâmica familiar, como tratado no estudo de Lima e Scandola (2018) sobre os impactos financeiros e de reordenamento familiar durante a internação na Unidade CCI, posto que a pessoa internada por vezes é o principal provedor da família, ocasionando impactos financeiros, em que os familiares necessitam assumir as responsabilidades; para permanecer cuidador um familiar teve que parar de trabalhar e/ou mudança de emprego; a internação resultou em aumento na carga de

trabalho; benefícios sociais e previdenciários mantiveram a renda familiar (FAGUNDES, SACANDOLA E OLIVEIRA, p. 11, 2020).

Os impactos produzidos pela necessidade do cuidado, principalmente na questão do cuidado com os(as) idosos(as), como é o caso dos usuários do Programa de Cuidados Continuados Integrados se tratam, impreterivelmente, de uma questão de gênero que se aplica tanto a(o) idoso(a), quanto a(o) cuidador(a). O trabalho de cuidado ainda é realizado de forma esmagadora por mulheres na configuração de trabalho não remunerado, ainda que o cuidado esteja se estabelecendo cada vez mais como um serviço de mercado. Essa realidade acaba por absorver parte da vida das mulheres, culminando no esgotamento físico e mental. (FEDERICI, 2019). Segundo Biroli (2018, p. 57) é preciso destacar três elementos sobre essa forma de trabalho

1) cuidar exige tempo e energia, retirados do exercício de outros tipos de trabalho, assim como do descanso e do lazer; 2) a grade de valorização (simbólica e material) das ocupações é determinante na precarização do trabalho de quem cuida e na vulnerabilidade de quem precisa ser cuidado; e 3) os padrões de organização e (des)regulação das relações de trabalho incidem diretamente sobre as relações de cuidado, podendo favorecer ou dificultar a tarefa de cuidarmos um/umas dos/as outros/as.

As implicações do trabalho de cuidado de pessoas idosas reverberam também quando o assunto é a maternidade, o trabalho reprodutivo de formar seres humanos “aptos” a viverem em sociedade, que como já fora discutido, também é relegado ao gênero feminino de forma não remunerada. Acerca disso, a instituição da família representada pela união do casamento monogâmico e heterossexual possui um papel fundamental. Sobre a família monogâmica³¹, Engels (2009, p.18) diz que

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro a seguinte frase: "A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos". Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros.

Análise que coaduna com Silvia Federici em *O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, onde ela define a família na dinâmica capitalista como um

³¹ União onde apenas duas pessoas se relacionam.

Complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e, sobretudo, para a propagação da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres (2017, p. 175).

Sendo assim, a família nuclear centralizada no pai, mãe e filhos possui grande relevância na dinâmica de acumulação capitalista. Biroli (2018) afirma que os arranjos familiares hoje são diversos, existem inúmeras estruturas de família que não se detém mais ao casamento do homem e da mulher, entretanto, a condição de responsabilização das mulheres de reproduzirem força de trabalho continua a mesma.

[...] não é algo espontâneo, tampouco natural, mas socialmente determinada pela divisão sexual do trabalho patriarcal, ao imputar às mulheres uma responsabilização sobre as expressões da questão social, assim como assegurar grande parte da reprodução da força de trabalho por meio de atividades remuneradas e não remuneradas, vinculadas ao “cuidado”, ao trabalho doméstico e às atividades extensivas ao mesmo (CISNE; SANTOS, 2018, p. 151).

Nessa esteira, a maternidade, configurada como um constituinte do gênero feminino no modo de produção capitalista, é vivenciada de formas distintas de acordo com a realidade das mulheres. Por exemplo, a vivência materna de uma mulher branca, classe média, com ensino superior e um emprego que lhe proporcione o necessário para experienciar o momento que ESCOLHEU viver, é muito diferente da realidade de uma mulher negra, periférica, mãe solo, chefe de família e que necessita de creches públicas para poder trabalhar. Não se defende aqui que a primeira não sofre com a opressão de ser mulher e com a sobrecarga que a maternidade traz consigo, entretanto, o racismo e a classe aprofundam as mazelas dessa experiência na vida das mulheres negras e pobres.

Uma coisa é certa, a mulher que não quer ser mãe, ou que é e não queria ser, é constantemente subjugada, mirada como fria e desumana. E por quê? A romantização da maternidade é uma das inúmeras pré-determinações que detêm o poder sobre a imagem ideal de mulher. Não querer ter filhos, ou ter filhos que acabaram tomando caminhos diferentes do que se é esperado é considerado a degradação total, inclui-se aqui também a questão do aborto e sua criminalização.

Ainda que Angela Davis tenha escrito que “[...] o desejo das mulheres de controlar seu sistema reprodutivo é provavelmente tão antigo quanto a própria humanidade” (2016, p. 209), o aborto continua sendo uma prática cuja discussão é permeada por tabus e discursos morais, devido a construção estereotipada da maternidade construída historicamente, principalmente na sociedade brasileira respaldada por

uma ordem estrutural anacrônica. O capitalismo é pró-vida, quanto mais força de trabalho disponível para manobrar, mais ele lucra com a exploração e precarização desse trabalho.

O mesmo acontece quando se trata da sexualidade das mulheres rodeada de discursos moralizantes e de submissão, politizada pelo modo de produção capitalista para servir como um instrumento de manutenção da rotina, de desfecho do dia para proporcionar a satisfação do homem. Acerca disso, Federici (2019) analisa que

De qualquer modo, é sempre a mulher que sofre mais com o caráter esquizofrênico das relações sexuais, não apenas porque chegamos ao final do dia com mais trabalho e mais preocupação nas costas, mas também porque temos responsabilidade de fazer a experiência sexual prazerosa para o homem. Esse é o motivo pelo qual mulheres costumam ser menos sexualmente responsivas que homens. Sexo é trabalho para nós, é um dever (2019, p. 55-56).

Observa-se que os desdobramentos do trabalho doméstico reverberam no cotidiano das mulheres para muito além da limpeza da casa, da roupa lavada e da comida pronta, configurando-se como um elemento essencial para a reprodução capitalista. A exacerbação desse trabalho se inscreve nos corpos e na subjetividade como tatuagem e se acirra com a adição de determinantes de classe e de raça. Destarte, no próximo subitem buscou-se contextualizar a realidade das mulheres brasileiras de modo a pensar estratégias de enfrentamento à exploração e opressão relacionadas ao trabalho doméstico e de reprodução social.

3.2 E A MULHER BRASILEIRA “CUMÉ QUE FICA”? CONSTRUINDO POSSIBILIDADES A PARTIR DA REALIDADE LOCAL

“O fato de nós colocarmos aqui a necessidade de efetivamente os representantes do povo brasileiro tomarem consciência, tomarem conhecimento da história do negro no nosso país, não é absolutamente um fato não solidário, muito pelo contrário, porque é importante ressaltar que, se formos buscar nos meandros mesmo da formação da sociedade brasileira, nós não encontraremos segmento mais nacionalista do que o segmento negro. Sabe por quê? Porque nós construímos, com nosso sangue, com o nosso suor, com as nossas lágrimas, com o nosso desterro, com nosso exílio, nós construímos este país aqui. E nós amamos este país aqui, mais do que muita gente pensa que ama, porque nós, até este presente momento, por razões óbvias que discutimos hoje aqui de manhã, não pretendemos entregar este país a forças estrangeiras, para que nos transformem numa colônia, como a Colônia de Portugal. Não estamos aliados a forças externas que querem liquidar justamente com este povo, este povo do qual nós fazemos parte, destas populações historicamente oprimidas e discriminadas. [...] Então, companheiros, não caímos nesse discurso aparentemente patriótico, aparentemente solidário, que é o discurso da culpa, da culpabilidade. [...] Nós temos que estar aqui unidos sim; temos que ter a coragem de nos ouvirmos sim e temos que ter, sobretudo, a coragem de ouvir aquele segmento da população brasileira, como o segmento indígena, como o segmento feminino, que sempre foram objeto na história, sujeitos de sua fala, se assumem como sujeitos de sua história. É por isso que nós estamos aqui. Exigimos o respeito que exigem de nós. E a nossa solidariedade ela se dá na crítica, para que possamos crescer todos juntos.” (Trecho retirado do discurso realizado na Constituinte de 1988 pela filósofa, antropóloga, professora, militante do movimento negro e feminista precursora Lélia Gonzales.)

Não há jeito melhor de iniciar as últimas reflexões dessa produção do que com a suntuosidade das palavras de Lélia Gonzales em um momento tão significativo para a história do nosso país. Permito-me então, escrever estas considerações na primeira pessoa, reconhecendo meu lugar como uma mulher latino-americana, brasileira, branca e que a partir da oportunidade de cursar um ensino superior e uma pós-graduação, se propõe por meio dessa produção contribuir, mesmo que de forma ínfima, na construção de uma realidade mais equânime para as mulheres do cone Sul.

O que o trabalho propõe é uma tentativa de esboçar possibilidades que contribuam com equidade no trabalho designado historicamente às mulheres baseada na realidade que vivenciamos hoje, aliando pensamentos de autoras latino-americanas ao da autora base da dissertação, Silvia Federici. Quando falo em possibilidades, penso em elementos reais, não há como modificar a realidade bruscamente de um dia para o outro, então trabalho com a possibilidade de uma “redução de danos” para o fortalecimento de uma base articulada que posteriormente possa ocupar-se em prol de uma emancipação mais ampla.

Não se trata de defender um reducionismo focalizado de “soluções”, ou de “tapar o sol com a peneira”, mas sim de trabalhar com as condições reais e palpáveis da sociedade brasileira, das condições das mulheres que mais necessitam de uma mudança, e do

entendimento de quais são as demandas emergentes das mesmas para que consigam se organizar coletivamente em torno destas.

Para traçar esse panorama e chegar a um denominador comum é preciso conhecer a história real dessas mulheres, quem são e quais processos históricos atravessam suas vivências e de suas ancestrais. Nesse sentido, a história do Brasil e as expressões da questão social frutos dos processos econômicos, políticos e culturais do país possuem um *locus* elementar na discussão. A questão social é definida no Serviço Social como o objeto de trabalho dos profissionais, segundo Iamamoto (2008, p. 119)

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Segundo Santos (2018), a concepção de alguns autores brasileiros da área de Serviço Social acerca da questão social ainda carrega alguns vestígios de uma visão eurocêntrica do assunto, ocultando de certa forma as particularidades da região enquanto um país construído como fruto de uma violenta colonização de pessoas negras e indígenas que continua reverberando aspectos negativos na produção de expressões da questão social.

Desde essa perspectiva, a gênese da Questão Social no Brasil e na América Latina está no desenvolvimento do modo de produção capitalista baseado na industrialização, sem considerar que essa industrialização não foi produto de um desenvolvimento de forças produtivas e da formação de um mercado interno, foi resultado também da necessidade dos países centrais em liberar-se da tecnologia obsoleta da Revolução Industrial, potencializando relações de dependência determinantes economicamente (SANTOS, 2018, p. 45).

Nesse sentido, condição de dependência do Brasil e da América Latina advém em partes de um longo processo de degradação dos povos indígenas, dos povos sequestrados da África e das riquezas territoriais. Sob o viés da dominação européia articulada na busca pela acumulação primitiva de capital, a expropriação desses elementos propiciou o avanço do modo de produção capitalista em termos mundiais. De acordo com Marx (2014, p. 872)

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva.

Ao passo que os países do Sul foram brutalmente explorados em todas as suas esferas, os países europeus obtinham subsídios para o desenvolvimento do capitalismo industrial que se concretizou de maneira distinta na América Latina (MARINI, 2011). Nesse sentido, o

Brasil (foco central da análise) possui a característica de um capitalismo tardio e não de origem local, sendo esse um elemento basilar na construção do país como uma nação que continua dependente das atividades estrangeiras até a atualidade.

Sobre a condição de dependência Costa (2019, p. 49) afirma que “houve transformações econômicas, históricas e sociais que possibilitaram a existência da dependência. Sua raiz está relacionada ao processo de revolução industrial nos países europeus e a consolidação do mercado mundial”. Segundo Fernandes (1975, p. 46)

[...] o subdesenvolvimento econômico não só envolve a perpetuação de estruturas econômicas mais ou menos arcaicas. Promove a modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida [...] o subdesenvolvimento social, cultural e político agrava as incongruências e as tensões

Situada a condição de dependência econômica dos países latino-americanos, passamos a avançar na discussão sobre as mulheres negras e indígenas no período colonial, que se consolida sob o viés do racismo edificado pela expropriação dos corpos. De acordo com o que foi abordado no segundo capítulo, durante contexto de acumulação primitiva no interior das colônias também houve perseguição às mulheres sob a acusação de bruxaria sendo que

[...] nas colônias, as mulheres também eram as mais passíveis de acusações por bruxaria, porque, ao serem espacialmente desprezadas pelos europeus como mulheres de mente fraca, logo se tornaram as defensoras mais leais de suas comunidades. O destino comum das bruxas europeias e dos sujeitos coloniais pode ser ainda melhor demonstrado pelo crescente intercâmbio, ao longo do século XVII, entre a ideologia da bruxaria e a ideologia racista que se desenvolveu sobre o solo da Conquista e do tráfico de escravos. O diabo era representado como um homem negro, e os negros eram tratados cada vez mais como diabos, de tal modo que “a adoração do diabo e as intervenções diabólicas [tornaram-se] o aspecto mais comumente descrito sobre as sociedades não europeias que os traficantes de escravos encontravam” [...] (FEDERICI, 2017, p. 358).

A extensão do fenômeno de caça às bruxas nos países colonizados como na Europa objetivou a consolidação de uma divisão sexual (e nesse caso, racial) do trabalho, a efetivação da ordem patriarcal e o controle da reprodução da força de trabalho, sendo respaldada pela expropriação dos territórios e pela dominação da população indígena e africana. Esse processo conformou, entre outros aspectos, uma visão racista e preconceituosa especialmente sobre as religiões³² de matriz africana e indígena, tendo suas práticas condenadas e demonizadas até os

³² “No cerne da noção de intolerância religiosa, está a necessidade de estigmatizar para fazer oposição entre o que é normal, regular, padrão, e o que é anormal, irregular, não padrão. Estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio. [...] Atualmente, o que se tem chamado de intolerância religiosa está no seio de um processo de colonização do país. Esse processo tem deixado marcas profundas em uma ideia também ilusória de democracia religiosa e laicidade. A verdade é que o Brasil, como sociedade ocidental, não nasceu como uma democracia religiosa. Não é necessário que se vá muito longe na história do nosso país para entender que a intolerância religiosa e a farsa da laicidade têm como origem o colonialismo. Desde a invasão pelos portugueses, a religião cristã foi usada como forma de conquista, dominação e doutrinação, sendo a base dos projetos políticos dos

dias atuais³³. Mary Del Priore discorre sobre a questão indígena no Brasil colônia e afirma que

Representar os índios como bárbaros (seres inferiores, quase animais) ou demoníacos (súditos oprimidos do príncipe das trevas) era uma forma de legitimar a conquista da América. Por intermédio da catequese e da colonização, os americanos podiam sair do estágio primitivo e alcançar a civilização. Esses princípios formavam uma espécie de filtro cultural que distorcia a lógica própria dos ritos e mitos indígenas (2004, p. 10).

A economia colonial do país se expandiu através das relações de trabalho forçadas e apropriação sobre a vida e os corpos da população negra e indígena. As mulheres indígenas foram as primeiras a sofrerem pela dominação portuguesa tendo seus corpos apropriados pelos homens europeus por meio da violência. As relações mantidas aconteciam no intuito de produzir força de trabalho, mas também para servir aos desejos dos colonizadores. Destarte, as mulheres indígenas foram compulsoriamente eleitas as executoras do trabalho de reprodução social, o mesmo aconteceu com as mulheres negras em situação de escravidão posteriormente, se intensificando quando o tráfico negreiro passou a ser considerado prática proibida.

Nessa esteira, as mulheres vivenciavam um processo de dupla exploração, considerando que, além da mão de obra para o serviço braçal, foram exploradas sexualmente para a satisfação dos desejos dos senhores de escravos e das necessidades de expansão de mão de obra escrava. Nessa perspectiva, a mulher em situação de escravidão sofria “por ser negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora da força de trabalho” (SAFFIOTI, 2013, p. 237). Essas reflexões conversam com as análises de Angela Davis quando a autora se refere às mulheres em situação de escravidão nas colônias dos EUA expondo que

[...] as mulheres também sofriam de maneira diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação as escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente a sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Existe uma forte crítica sobre a romantização de alguns autores sobre a apropriação dos corpos de mulheres negras e indígenas que entende a questão como principal determinante para a construção do conceito de miscigenação. Angela Davis (2016) assente

colonizadores. Shigunov Neto e Maciel (2008) reforçam, por meio de narrativas históricas, o apagamento de qualquer crença que não fosse a imposta por Portugal.” (NOGUEIRA, 2020, p. 19-20).

³³ Intolerância Religiosa: o racismo cultural que vem desde a colonização. Disponível em: https://www.geledes.org.br/intolerancia-religiosa-o-racismo-cultural-que-vem-desde-a-colonizacao/?gclid=Cj0KCQiAoNWOBhCwARIsAAiHnEj6v2BzJfj--eQGGQOEoiz-vHeXfX0EVZLMUXWW2uHnDovGyUoCG3EaAt9WEALw_wcB

com a ideia e corrobora dizendo que os autores ignoram o fato de que a chamada miscigenação foi arquitetada sobre um manto de violência de todas as espécies.

o europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixavam-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREYRE, 1933, p. 128).

A citação acima trata-se de um trecho da obra *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal*. Não há como descrever a colocação do autor que não seja a palavra *repugnante*. A visão retratada, mesmo que tenha sido escrita há décadas, ainda continua respaldando a sexualização e objetificação dos corpos de mulheres negras e indígenas, bem como corroborou com a fundação do mito da democracia racial presente na sociedade brasileira, embasado na teoria de uma miscigenação pacífica.

No contexto de acumulação primitiva da colonização, a expropriação se impõe como uma categoria chave de entendimento. Fontes (2010) quando discorre sobre a expropriação do trabalho indica dois aspectos representativos: a expropriação primária e a expropriação secundária. Estando a expropriação primária inserida no contexto de espoliação do campesinato, esta resulta no êxodo rural e urbanização em massa sob o viés da revolução industrial.

Relativo à expropriação secundária, segundo a autora esta se insere na fase do capitalismo mundializado como dispositivo de subsunção do trabalho ao capital financeiro e a flexibilização das relações de trabalho, entendendo que esse processo gera um ciclo de “transformação da capacidade de trabalho em mercadoria, impulsionada pela necessidade econômica (a subsistência)” a fim de subverter essa necessidade em “disponibilidade voluntariamente assumida” (FONTES, 2010, p. 47). Vale ressaltar que a autora ao sistematizar os dois pontos enfatiza a aglutinação das duas formas de exploração na contemporaneidade, expondo a face cruel da exploração capitalista atual.

No debate colonial, o processo de expropriação no Brasil não se deve apenas à expulsão das terras para os centros urbanos como na Europa, os povos indígenas além de expropriados foram cooptados forçosa e violentamente a adequarem-se aos novos modos de vida e a servirem aos europeus. Com relação aos povos sequestrados da África, o processo foi deveras mais cruel, tendo em vista que os mesmos não eram considerados seres humanos. Entende-se que “[...] em um mundo marcadamente antropocêntrico, caracterizar determinado

grupo como não humano ou sub-humano resultava em total isenção moral para a exploração, escravização e extermínio desse grupo assim classificado” (ORTEGAL, 2018, p. 417).

Diante disso, o ponto de vista que se defende aqui, é de que quando se trata de povos originários e povos africanos, existe uma expropriação que ultrapassa os limites concretos do trabalho e se instaura na subjetividade tanto dos colonizados, como dos colonizadores, reverberando na sociedade atual e reproduzindo a subalternização de indivíduos baseada em sua raça/etnia. Esse instante remete ao centro da discussão da presente dissertação.

O trabalho doméstico e de reprodução social é considerado um trabalho não remunerado e explorado pelo modo de produção capitalista ao redor do mundo. Partindo do pressuposto de que a exploração do “trabalho assalariado livre” no capitalismo por meio (por exemplo) do contrato de trabalho, ainda que o capitalista tire vantagem desse serviço de forma precarizada, existe uma condição *mínima* de proteção que o trabalho doméstico e de reprodução social sequer possui.

Formula-se a partir desta constatação uma ideia de que, além de exploração do trabalho não pago via produção de mais-valia realizada fora do lar por aqueles que se reproduzem a partir desse trabalho, da opressão de gênero representada pelo machismo, as mulheres não brancas, latinas e pobres do Cone Sul continuam sofrendo a expropriação do capitalismo predatório por meio do confisco do seu tempo e do seu “amor” em forma de trabalho não remunerado, tendo a raça/etnia como um potente agravante dessa situação.

Não se trata, porém, da defesa dos moldes de produção ou de afirmar que existe uma verdadeira proteção do trabalho no capitalismo, mas sim de uma ilustração do núcleo duro do que constitui a categoria expropriação como um fenômeno impiedoso que, via de regra, afetou e continua afetando de maneira incisiva a realidade material e subjetiva das mulheres brasileiras não brancas, relegando-as à submissão do trabalho doméstico e de reprodução social em sua grande maioria.

Essa *expropriação*, como optamos por denominar aqui, só é possível de se realizar pelas vias do racismo estrutural³⁴ que envolve os meandros das relações capitalistas sob o

³⁴ “A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Dizer isso seria negar os aspectos social, histórico e político do racismo. O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial” (ALMEIDA, 2019, p. 33-34)

manto de uma ideologia nacional de democracia racial ou a romantização do processo de “miscigenação”. Nesse cenário, considerando novamente as análises equivocadas de Gilberto Freyre sobre a o milagre da tolerância da sociedade brasileira, Susana de Castro (2020, p. 150) acrescenta que essas mesmas dão a

[...] entender que negros e índios, submetidos a uma condição de subalternidade absoluta, vítimas de um modelo de escravidão dos mais violentos da América do Sul, viviam, na verdade, em um paraíso tropical. O mito da democracia racial baseado na miscigenação dos povos acoberta a violência sexual que lhe sustenta. Sua narrativa espelha o modelo de pensamento e comportamento próprios do patriarcado. A condescendência com a qual o patriarcado europeu trata as mulheres, considerando-as hábeis para as tarefas domésticas, presenças agradáveis nos lares, feitas para entreter o marido e cuidar dos filhos, mas não para tratar dos negócios chatos e difíceis do estado e da economia, é a mesma com a qual intelectuais subalternizados da ex-colônia procuram explicar o racismo tupiniquim.

Análises desta natureza servem para colaborar com o apagamento da história sobre a brutalidade genocida praticada contra esses povos, no intuito de eliminá-los e embranquecê-los, desconsiderando que a formação brasileira só foi possível a partir da grande mancha vermelha deixada no oceano Atlântico e nos territórios livres habitados pelos povos originários brasileiros. O discurso de salvação dos povos selvagens por meio da colonização não encontra conforto na verdade sobre os fatos. Assim, justifica seus atos a partir da definição de uma população descrita como o avesso da “normalidade” encontrada no Novo Mundo.

Todos os não europeus, não ocidentais, são “diferentes”. Estaríamos melhor situados se essa diferença fosse considerada parte da riqueza dos povos e suas diversas manifestações culturais, mas não é esse o caso. Assim como, por ser o “outro” do homem, o “segundo” sexo, como diz Simone de Beauvoir, a mulher não receber um tratamento de reciprocidade e igualdade nas relações de gênero, os povos ameríndios, considerados o “outro” dos europeus são paternalisticamente tratados como se estivessem na menoridade (CASTRO, 2020, p. 142-143).

A relação que a autora faz quando pontua o paradoxo sobre a população ameríndia ser o “outro” dos europeus remete às reflexões de Grada Kilomba sobre a mulher negra ser categorizada como o “outro do outro”, indicando sua invisibilidade nas relações sociais. Sobre a subalternização das mulheres negras nesse contexto, Kilomba constrói sua reflexão alegando que

a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2019, p. 128).

Nesse sentido, o racismo na sociedade capitalista invisibiliza as mulheres negras transformando-as em sujeitos a serviço do outro. Lélia Gonzalez (2020), ao analisar a questão racial no Brasil após a abolição da escravatura descreve a situação das mulheres negras como pilares de sustentação das famílias e comunidades, de modo que seu trabalho passou a ser duplicado, dividido pelos afazeres e responsabilidades familiares, e os afazeres na casa da patroa.

Então, a autora discorre a seguinte frase “Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos” (2020, p. 40). De imediato minha memória pousa novamente sob a história de Carolina Maria de Jesus. Em meados da década de 1950, a situação das mulheres negras pouco havia avançado com relação à situação dos primeiros anos após a abolição, e, no caso de Carolina, era ainda mais severa em condições materiais, considerando o relato de Lélia.

Atualmente, a pandemia da covid-19 escancarou o acirramento latente das desigualdades econômicas e sociais produzidas em consequência do vírus, aliado ao espraiamento da extrema direita no governo federal, bem como seus ataques ostensivos às políticas públicas e sociais destinada à população em situação de vulnerabilidade. A população negra, especialmente as mulheres, foi quem mais sofreu com os desdobramentos da crise sanitária no Brasil. De acordo com pesquisas realizadas, as mulheres negras foram as maiores prejudicadas com relação à perda de empregos na pandemia, totalizando 58% da parcela de mulheres desempregadas (BIANCONI et. al., 2021).

As mulheres negras também configuram nesse cenário um dos segmentos que mais se arrisca ao contato com o vírus enquanto trabalhadoras domésticas remuneradas, considerando que representam o maior número de trabalhadoras nessa profissão segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2020), sua jornada de trabalho se torna ainda mais extenuante considerando a necessidade de trabalho e cuidado redobrado, tanto no ambiente de trabalho remunerado, como dentro de casa no cuidado com a família.

Com relação às mulheres negras serem maioria nos postos de trabalhos domésticos remunerados, Gonzales (2020, p. 42-43) entende esse fenômeno como um reflexo do racismo e do sexismo que estrutura a sociedade brasileira afirmando que

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. No que se refere à discriminação da mulher, que se

observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e a aceitação de que “está tudo bem”. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias da classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa [...].

Contextualizar a trajetória das mulheres brasileiras na formação do país serviu de aporte para pensar em quais estratégias seriam viáveis de se aplicar a uma realidade tomada por tensionamentos tanto de desigualdades como de resistências.

Pensar em ações voltadas para a manifestação pelos direitos das mulheres é pensar em movimento feminista, entretanto, diante de todas as particularidades locais expostas ao longo da dissertação, se faz de extrema importância a execução de uma reflexão crítica sobre a quem o movimento feminista que consegue chegar até as massas vem servindo, com qual modelo de sociedade se articula.

Volto aqui em um ponto debatido no início do capítulo sobre o movimento feminista e a sua apropriação pelo modo de produção vigente. O feminismo articulado com a mídia capitalista e vinculado ao reducionismo de pautas voltadas para a emancipação individual não é capaz de absorver a complexidade das vivências de mulheres brasileiras e latino-americanas, e do trabalho não remunerado realizado pelas mesmas. Assim como o feminismo baseado na visão eurocêntrica universalizante e academicista também não é capaz de contemplar a diversidade de mulheres que habita o cone Sul. Segundo Julieta Paredes Carvajal, feminista indígena colombiana

O feminismo no ocidente responde às necessidades das mulheres em suas próprias sociedades, pois elas desenvolvem lutas e construções teóricas que pretendem explicar sua situação de subordinação. Ao instaurar-se no mundo de relações coloniais, imperialistas e transnacionais, essas teorias se convertem em hegemônicas no âmbito internacional, invisibilizando assim outras realidades e outras contribuições (2020, p. 195).

Brevemente a autora consegue ilustrar os motivos que fazem do feminismo ocidental uma teoria inconsistente para a realidade latino-americana e brasileira, não há como equiparar realidades tão distintas e utilizar de uma mesma teoria para organizar um movimento político baseado em demandas locais. E por que então insistir no feminismo? Pela pluralidade do movimento e pela potência de quem o constrói! Acredito que a junção da força coletiva de mulheres reais é capaz de, aos poucos, conformar uma visão anticapitalista de movimento.

Sistematizando as possíveis contribuições de Silvia Federici, vale ressaltar que a autora trabalhou na década de 1960 na campanha por salários domésticos. Alguns antigos ensaios nas produções analisadas abordam a questão, porém, a situação se remete a outro

tempo e um outro território. Entendo que no Brasil as demandas emergentes da realidade das mulheres não se encaixariam na reivindicação por salários domésticos, considerando também a formação da sociedade e que consequências essa mudança implicaria na realidade das mulheres.

Da mesma forma que é preciso se atentar para o fato já mencionado de que o capitalismo se reinventa de forma cíclica destruindo os entraves a acumulação, ou cooptando os mesmos para si. Se faz necessário pensar um feminismo articulado entre teoria e prática.

Recentemente, na obra *O Patriarcado do Salário* (2021), a autora discorreu em um dos ensaios sobre a constituição dos *comuns*, perfazendo sua crítica à Marx sobre a limitação de análise com relação às atividades reprodutivas realizadas pelas mulheres, mas enfatizando a importância do método dialético crítico para o avanço do feminismo anticapitalista.

Esse é um dos pontos que considero importante na contribuição de Silvia para a construção de um feminismo crítico voltado para as mulheres latino-americanas, porque como a autora afirma, ainda que Marx não tenha analisado as questões referentes ao trabalho reprodutivo das mulheres e os sistemas de opressões que envolvem gênero, raça e classe em suas reflexões, consideramos que as categorias do método são elementos indispensáveis para apreender a realidade das mulheres e desenvolver novos caminhos a percorrer. Concordamos com a autora quando ela afirma que

Analisar a posição social das mulheres sob o prisma da exploração capitalista do trabalho também revela a continuidade entre discriminação de gênero discriminação de raça e nos possibilita transcender a política de direitos que pressupõe a manutenção da ordem social existente e falha em confrontar as forças sociais antagônicas presentes no caminho da libertação das mulheres (2021, p. 97).

A prioridade que a autora elenca para a construção da política feminista está em impugnar as desigualdades que partem das opressões advindas do gênero, da raça, da classe e da geração, reunindo interesses coletivos. Nesse sentido, acredito que seja possível articular as ideias que Silvia vem construindo com análises de feministas latino-americanas como as de Lélia Gonzalez, onde a mesma afirma que

Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas (2020, p. 142).

Longe de equiparar a realidade que originou a efervescência do feminismo em ambas as autoras, nós concordamos que o movimento político feminista nascido no ocidente universaliza as pautas das mulheres. A articulação que propomos é no sentido de somar

teorias que possam impulsionar uma prática que beneficie mulheres negras, trabalhadoras, indígenas, LGBTQIA+ e todos os segmentos que compõe a pluralidade mulheres latino-americanas e brasileiras.

O reconhecimento comum de que o capitalismo imperialista, imbricado ao racismo e ao sexismo produz as desigualdades que atingem as mulheres de forma a não hierarquizar qualquer uma dessas categorias é o ponto nodal da criação de estratégias que operem de maneira solidária no movimento feminista, de modo a fugir de alianças com agências em favor do desenvolvimento que cooptaram demandas através do feminismo liberal³⁵ e a alcançar mulheres que não possuem espaço para participação política em suas vidas. A política dos comuns que Silvia Federici discute implica em

Opor-se às divisões que o capitalismo criou com base em raça, gênero, idade, reunindo o que ele separou em nossa vida e reconstituindo um interesse coletivo, deve ser uma prioridade política para feministas e integrantes de outros movimentos por justiça social no dias de hoje. [...] pressupõe um compartilhamento de riquezas, um processo coletivo de tomada de decisões e uma revolução na relação conosco e com as outras pessoas. [...] visa reproduzir a nossa vida de maneira a fortalecer laços mútuos e estabelecer limites à acumulação do capital (FEDERICI, 2021, p. 120).

Apesar da sedução da ideia e de pontos fortes que necessariamente devem ser inclusos na luta feminista latino-americana, entendemos que, por exemplo, hoje no Brasil, a emergência das demandas das mulheres em situação de vulnerabilidade ainda exige intervenções Estatais no que concerne a políticas públicas e sociais voltadas ao combate da pobreza, da violência, acesso à educação, trabalho e saúde, ainda que de forma mínima, como vem sendo feito. Já na prática dos comuns, Federici (2021) expõe que o Estado não faria parte nem mesmo da fase transicional do modelo de sociedade, e argumenta de forma concisa sobre seus motivos. Porém, do ponto de vista da sociedade brasileira, a presente análise entende que mesmo com a crise do Estado, não existe poder de articulação para uma mobilização tão radical quanto essa.

Não há como exigir das mulheres negras que estão abaixo da linha da pobreza que coloquem suas fomes e dores no bolso e que vão à luta para construção de uma sociedade melhor, é preciso criar base, condições para mobilizar. Silvia Federici traz contribuições

³⁵ A grande mídia continua a equiparar o feminismo, em si, com o feminismo liberal. Longe de oferecer uma solução, contudo, o feminismo liberal é parte do problema. [...] Dedicado a permitir que um pequeno número de mulheres privilegiadas escale a hierarquia corporativa e os escalões das Forças Armadas, esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado, que se harmoniza perfeitamente com o entusiasmo corporativo vigente pela “diversidade”. Embora condene a “discriminação” e defenda a “liberdade de escolha”, o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar de restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres. Seu verdadeiro objetivo não é igualdade, mas meritocracia. Em vez de buscar abolir a hierarquia social, visa “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas” para ascender ao topo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37-38).

extremamente significativas, mas tanto nas leituras da autora, como de outras feministas estrangeiras da metade norte do mundo, por mais que estas interseccionem as opressões aqui enfatizadas, quando se conversa sobre estratégias de emancipação da condição oprimida e explorada (e no nosso caso, expropriada) exprimem um ponto de vista que não se aprofunda nas estruturas dos países mais vulneráveis à desigualdade imposta pela mundialização do capital financeiro.

Se a revolução deve começar por nós mesmas, e se há uma concordância de que o ocidente não é o salvador do mundo, muito pelo contrário, deve existir também a concordância de que as mulheres que os *comuns* afirmam querer emancipar têm fome, têm filhos e têm cor, o resto todo lhes falta. São mulheres que estão inseridas no projeto de sociedade capitalista, machista e racista, e assim como todas nós, reproduzem e internalizam (ainda que inconscientemente) suas ideias. Portanto, entendo que pensar estratégias imediatas exige um esforço em dar conta das demandas emergenciais e básicas da população, ao passo de uma execução de trabalho de base.

Não se trata, portanto, de defender a ideia da defesa dos bens comuns alinhada ao conceito do Banco Mundial que utiliza dessa categoria em uma perspectiva de privatização, atribuindo a esses comuns direitos de exploração. Tampouco de descartar a ideia, mas sim de pensar em como associá-la de forma adequada à determinada realidade. Da mesma forma que não se defende aqui a obrigação da articulação de ideias, trata-se de fazer jus ao que foi proposto no trabalho e mediar as possíveis (ou não) contribuições.

Biroli (2018) sistematiza uma discussão extremamente interessante sobre os limites da participação democrática e política das mulheres brasileiras considerando sua raça e sua classe. A autora exercita a análise afirmando que a articulação dessas opressões no interior da divisão sexual e racial do trabalho se materializa na exclusão das mulheres na vida pública, enfatizando que isso reflete nos avanços e retrocessos das políticas públicas e sociais voltadas para esse segmento.

É um ponto fundamental para compreender tanto o impacto diferenciado da divisão sexual do trabalho quanto a pouca atenção dada à sua relação com os limites das democracias: a divisão sexual do trabalho existe na forma de privilégio, tanto quanto na de desvantagem e opressão. Nas relações assim estabelecidas, estão no pólo do privilégio aqueles que têm presença maior na política institucional e, como tal, maiores possibilidades de influenciar a agenda pública e a formação de leis e políticas (BIROLI, 2018, p. 46).

A oportunidade de ocupar espaços e influenciar no sistema político é reservada, em grande parcela, ao universo do homem cis, hétero e branco. A população majoritária que acaba em situação de desvantagem é representada pelas “mulheres, em especial mulheres

negras, pobres e imigrantes” (BIROLI, 2018, p. 46) acrescento à reflexão da autora as mulheres indígenas, que possuem uma participação em espaços de debates e elaboração de políticas ainda menor.

Os debates sobre o trabalho reprodutivo, por exemplo, não alcançam os espaços democráticos de discussão porque este não é considerado um trabalho por quem não o realiza, entretanto, retira o tempo das mulheres e restringe sua capacidade de participação e atuação na esfera política. Esse é um dos ciclos viciosos que mantém a questão do trabalho doméstico e de reprodução social mantida em âmbito privado, já que quem o executa não possui recursos para reivindicar seus direitos. Nesse sentido Biroli (2018, p. 47) afirma que “a divisão sexual do trabalho não produz sozinha o acesso desigual ao sistema político, mas é um dos seus “gargalos”.

Na realidade brasileira é possível dizer que se destaca a dificuldade de politização das necessidades e interesses das camadas em situação de vulnerabilidade, principalmente as mulheres negras e pobres “o que não significa que não o façam, mas, [...] o caminho que precisam trilhar é mais longo, mais difícil e define-se em desvantagem em relação aos grupos que detêm recursos para fazer valer seus interesses junto ao Estado e no debate público” (BIROLI, 2018 p. 50).

Apesar das mulheres constituírem o maior número de pessoas em relação à população total, e possuírem maior nível de escolarização que os homens, segundo o IBGE (2021) a sub-representação na vida política e pública em geral constitui um alto índice, ocupando o último lugar dos países da América do Sul, e o 142º em uma relação de 190 países em 2020. As mulheres pardas e negras também estão sub-representadas entre as mulheres que foram eleitas. “Embora representassem, respectivamente, 9,2% e 46,2% das mulheres na população em 2019, alcançaram 5,3% e 33,8% das cadeiras nas câmaras municipais obtidas pelas mulheres nas eleições de 2020” (IBGE, 2021, p. 9). Os dados representados coincidem com as reflexões de Biroli (2018) sobre a hierarquização da democracia a partir da exclusão de segmentos sociais, conformando uma marginalização no cenário do debate público e na participação da elaboração de políticas públicas.

Mesmo que a representatividade não signifique que haverá mudanças positivas no que tange as condições das mulheres, também não significa que não haverá. A importância de possuir uma representação que possa movimentar as demandas no cenário público atual trata-se de uma questão de extrema relevância já que segundo Biroli (2018, p. 51)

A participação na política institucional amplia os recursos para a politização e ressemantização das experiências e dos problemas enfrentados pelas pessoas. Trata-se de um âmbito privilegiado das disputas, em que se definem quais são as

necessidades prioritárias e o que seria preciso para atendê-las, assim como para a construção coletiva e a validação política dos interesses.

Ademais, além de defesa dos interesses da população que os elege, mulheres negras, lgbtqia+ e indígenas ocupando espaços públicos, principalmente no cenário atual, representam a resistência ao histórico elitismo branco e coronelista da política brasileira, evidenciando a importância de um caráter coletivo diverso e invocando o crescimento desses segmentos nos espaços de tomada de decisão. Destarte, o avanço de candidaturas que dialoguem com as mulheres e suas demandas, se constitui como uma alternativa imprescindível para o progresso no debate sobre o trabalho doméstico e de reprodução social não pago realizado por mulheres brasileiras, bem como o trabalho mal remunerado e precarizado.

Esse trabalho vem sofrendo intensificações nos países latino-americanos a partir das reformas neoliberais, influenciando especificamente a realidade das mulheres das camadas populares que o executam, as levando ao limite extenuante de carga de trabalho doméstico e produtivo, “[...] além disso, a partir da dinâmica imperante de mercantilização neoliberal, viu suas demandas se fragmentarem, e com elas suas identidades” (BARRAGÁN et. al., 2020, p. 233). Mesmo com a cooptação do movimento feminista (liberal) pelo capitalismo e a falsa inclusão das demandas das mulheres na agenda neoliberal por meio das políticas de desenvolvimento a resistência das mulheres latino americanas tem se fortalecido cada vez mais diante da crise civilizatória que o planeta enfrenta.

Mulheres da região sul da América que se mobilizam há mais de 500 anos contra a dominação e violação do patriarcado branco se organizam de diversas maneiras para reivindicar suas demandas. A economia feminista e economia do cuidado é onde “o feminismo estabelece suas críticas e teorizações sobre a concepção da Natureza, o modo de produção capitalista, a esfera de reprodução e a sua relação com a produção” (BARRAGÁN et. al., 2020, p. 229). É nessa perspectiva que conseguimos visualizar e articular as semelhanças com o arcabouço teórico de Silvia Federici, assim como o que a autora defende, esse feminismo parte da premissa de que o trabalho não remunerado se constitui como a base de reprodução da força de trabalho do capitalismo.

A partir desse reconhecimento, o movimento questiona as práticas geradoras de valores para o modo de produção capitalista que executa o esgotamento dos corpos e das mentes das mulheres.

A economia do cuidado critica a privatização e a individualização dos serviços sociais do neoliberalismo, e reivindica uma política pública de cuidado. Esta não implicaria necessariamente que o Estado seja o provedor da totalidade dos serviços de cuidado requeridos para a reprodução social, mas que desenhe uma integração

entre diferentes setores de maneira que garanta uma solução coletiva à demanda de cuidado da sociedade. Propõe que o trabalho de cuidado seja colocado no centro das estratégias políticas, que por sua vez devem fomentar as ações comunitárias (BARRÁGAN, et. al., 2020, p. 231).

A proposição de economia do cuidado sobre o trabalho de reprodução social também conversa com as análises de Federici (2019) quando a mesma aborda a questão da comunidade e dos comuns na redistribuição igualitária das tarefas e no reconhecimento da natureza como fonte de sobrevivência comunitária que deve ser preservada, bem como dialoga com as reflexões de Biroli (2018) sobre incluir no eixo do debate público os elementos do trabalho reprodutivo a fim de descortinar a falsa ideia de que esse serviço não produz valor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inscrição do gênero nos corpos por meio de ensinamentos e atribuições de tarefas, comportamentos e sentimentos se inserem na vida das mulheres a partir de seu nascimento e reverbera em desdobramentos que as acompanham por toda a vida, respaldados pela exploração e opressão do capitalismo. A presente pesquisa buscou *Apreender de que maneira o capitalismo se beneficia do trabalho não remunerado de mulheres, por meio dos estudos de Silvia Federici, com vistas a contribuir com a expansão do conhecimento na área do Serviço Social sobre o trabalho doméstico e de reprodução social.*

Trabalhar com as análises de uma autora tão dinâmica, viva e cheia de questionamentos como Silvia Federici caracterizou-se como um enorme desafio. Suas obras demonstram a maturidade que foi adquirindo ao longo de sua jornada e se caracterizam como uma grande contribuição para a história das mulheres do mundo todo, bem como para a organização do movimento feminista. A coragem de identificar e apontar as lacunas da teoria marxiana sobre o trabalho não remunerado das mulheres e o esforço visível em se apropriar das mais diversas realidades que as mulheres vivenciam constituem um diferencial que não se costuma encontrar em autoras feministas do ocidente.

Sua discussão sobre a Caça às Bruxas como um instrumento de opressão de mulheres consideradas subversivas à nova ordem de acumulação capitalista forneceu subsídios para entender a reconfiguração da posição social das mulheres a partir da divisão sexual do trabalho que as relegou a esfera privada e as incumbiu a tarefa de reproduzir o elemento mais importante do novo modo de produção: a força de trabalho. Propiciou também obter uma nova visão sobre quem foram as bruxas queimadas nas fogueiras da idade média e os motivos do apagamento fantasioso desse lado da história, bem como oferece uma base sobre o fenômeno nos países do Novo Mundo colonizados pela Europa. Uma interpretação de fôlego e elementos valiosos.

Nesse sentido, a autora descreve o trabalho doméstico e de reprodução social para além da naturalização de gênero nas tarefas habituais de lavar a louça, cozinhar e limpar a casa, entendendo a esfera desse trabalho como o cerne da reprodução das relações de exploração do capitalismo, que faz parte de uma complexa cadeia de cuidados e formação de seres humanos “aptos” a servidão do capitalismo. O trabalho doméstico não remunerado engloba o cuidado de idosos, familiares doentes, filhos, casa e marido, abrindo mão de seu tempo, sua subjetividade, seu prazer e suas vontades (mesmo que inconsciente) para cumprir o papel que lhes foi atribuído por “natureza”.

Nessa equação, identificou-se que capitalismo invisibiliza e oprime esse trabalho de modo que não seja considerado um serviço com valor social e econômico, condenando as mulheres a esfera privada da reprodução e as consequências que dela emergem, para que assim possa continuar explorando essa fonte de força de trabalho de forma não remunerada, obtendo uma massa de trabalhadores cada vez maior e cada vez mais precarizada.

Foi possível identificar também que o capitalismo transmuta diferenças em desigualdades, criando e reforçando sistemas de opressões de gênero, raça e classe para respaldar seu livre acesso ao fruto dos trabalhos das mulheres. Nessa esteira, as mulheres não brancas da classe trabalhadora se caracterizam como o segmento mais afetado por esse fenômeno.

A qualidade das análises de Silvia se fez indiscutível ao longo da construção do trabalho, entretanto, mesmo com toda a excelência minuciosa de descrição e mediação dos fatos, existe um fator que a impossibilita de alcançar algumas realidades em sua totalidade (o que não significa que não haja tentativas ou que a sua teoria seja inválida): o lugar de onde ela fala enquanto uma mulher branca do ocidente. Por meio dessa constatação, destacamos uma categoria que se une à exploração e opressão na realidade latino-americana: a *expropriação* como o confisco do trabalho realizado por mulheres que foram dominadas e violentadas em prol do avanço do capitalismo europeu.

Nesse sentido, buscou-se elementos analíticos nas obras de Federici que pudessem contribuir e que caminhassem na mesma direção do feminismo que está se fortalecendo na América Latina em meio a crise política, econômica e social do território. Assim, foi possível identificar os seguintes: posicionamento anticapitalista; premissa de que o trabalho não remunerado de cuidado é a base para reprodução das relações de exploração capitalistas; posicionamento engajado em articular gênero, raça e classe na mobilização das demandas, compromisso com a construção de uma sociedade baseada em formas coletivas de viver a partir da responsabilidade compartilhada do cuidado e do trabalho cooperativo, bem como a preservação da natureza como o bem comum que viabiliza a sustentabilidade do planeta.

Durante o andamento da pesquisa inúmeros questionamentos foram emergindo, principalmente no momento em que o trabalho abordou a questão das mulheres não brancas brasileiras e latino-americanas. Existe uma gama imensa de componentes importantes a serem abordados, sendo assim, buscou-se elencar alguns deles de maneira que representasse a trajetória das mulheres priorizando não romantizar as violações que sofreram. As contribuições de autoras brasileiras e latino-americanas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Julieta Paredes, e feministas negras norte-americanas como Angela Davis, Patrícia Hill

Collins, bell hooks e Audre Lorde foram de imensa importância para a apreensão dessa realidade.

A partir dessas descobertas, e considerando o mapeamento de teses e dissertações em Serviço Social, observou-se a importância da formação em Serviço Social em incorporar essas literaturas, visto que a questão racial está diretamente ligada à questão social, objeto de trabalho da profissão. Uma formação que abranja a realidade das mulheres negras e indígenas brasileiras pode contribuir significativamente com a execução dos processos interventivos dos profissionais, levando em consideração que as mulheres não brancas constituem maioria no acesso a políticas públicas e sociais com as quais os profissionais trabalham.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) conta com Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) que visam incluir tais discussões, como o grupo *Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades*, cujo a ementa consiste na articulação de “*Vertentes teóricas e políticas do feminismo. Feminismo negro e feminismo lésbico. Particularidades das lutas das mulheres na América Latina. Articulação entre feminismo e Serviço Social.*” (ABEPSS, on-line), sendo assim, se configura como um campo fértil de introdução das autoras e suas discussões.

Ademais, a ementa nº 2 que preza pela discussão sobre a “*Divisão sexual e racial do trabalho, trabalho doméstico e reprodução social no capitalismo, sistema capitalista patriarcal e racista, violências sexistas e racistas contra mulheres nos espaços públicos e privados*” (ABEPSS, on-line), também se caracteriza como uma forma de inclusão das discussões levantadas na presente produção, assim como as obras da autora Silvia Federici.

Urge a necessidade de apreensão sobre os tensionamentos existentes no modo de produção capitalista para além do que o proletariado da indústria apresenta, executando uma prática que enfatize todos os princípios norteadores da profissão. A situação atual do país requer um compromisso ético-político intenso com uma formação qualificada que englobe a totalidade da realidade em que se propõe a intervir, nesse caso, a realidade das mulheres.

Todavia, o exercício profissional voltado ao “*Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; [...]*” (CFESS, 2012, p. 23) bem como a “*Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;*” (CFESS, 2012, p. 24) demanda esforços constantes em exercitar uma visão particular voltada para essas categorias.

A partir da construção do trabalho identificou-se também a necessidade da realização de pesquisas *anuais* que apontem quanto o trabalho não remunerado feito pelas mulheres brasileiras contribui para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país, evidenciando a quantia economizada pelo Estado quando deixa de pagar por esse trabalho invisibilizado.

Por fim, considera-se de extrema importância incluir na agenda feminista brasileira perspectivas emancipatórias como as dos feminismos andinos, populares e comunitários resultantes da manifestação resistente de mulheres dos setores populares que vivenciam o feminismo a partir de suas realidades e que “articulam de maneira complexa a luta pela descolonização, pela despatriarcalização, pela superação do capitalismo e pela construção de uma nova relação com a Natureza” (BARRAGAN et. al, 2020, p. 234).

Identifica-se então como possibilidade de construção de um repertório feminista brasileiro que unifique as demandas emergentes da realidade, a introdução dos conceitos de feminismos das demais regiões da latino-américa, sem desconsiderar os vestígios da colonização que respaldam o racismo estrutural na sociedade e subalternizam mulheres não brancas do país, reduzindo-as a meros objetos reprodutores da dinâmica social capitalista. O objetivo é de que haja um enfrentamento dos acirramentos do capital em tempos de neoliberalismo patriarcal, particularizados na condição das mulheres brasileiras.

Trabalhar essa problemática caracterizou-se como um desafio de imensa extensão, pode-se dizer que a pesquisa se desenvolveu enquanto desenvolvia a pesquisadora. Mais do que o mergulho na teoria, existiu no interior do processo um mergulho na prática vivida diariamente ao longo dos 25 anos da referida pesquisadora e convívio com as mulheres que a cercam. Nesse sentido houve um reconhecimento de uma realidade desigual, escancarada e vivida na pele que não se aprende apenas em livros.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades**. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/gtps/tema-6/ementa-14>>. Acesso em dez. 2021.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade** -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** -- São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)
- ARONOVICH, Lola. Prefácio. In: LERNER, G. **A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo. Cultrix, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. 23 ed. **Revista Outubro**, 2015. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/revista/cinzia-arruzza/>>. Acesso em: set. 2020.
- ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. 1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2019.
- BARIONI, Paola; LARA, Bruna de; MALAQUIAS, Thaysa; MOURA, Gabriela; RANGEL, Bruna. **MEU AMIGO SECRETO: feminismo além das redes**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.
- BARRAGÁN, Alba Margarita Aguinagua et. al. Pensar a partir do Feminismo. In: Heloisa Buarque de Holanda (Org.) **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro. Bazar do tempo. 2020.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BIANCONI, Giulliana et. al. Relatório SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. **Gênero e Número e Sempre Viva Organização Feminista (SOF)**. Disponível em: <<http://mulheresnapanidemia.sof.org.br/>>. Acesso em: ago. 2021.
- BIROLI, Flávia. **GÊNERO E DESIGUALDADES: limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo. Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Horizonte, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 9.610** de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 19 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 510** de 2016. Que versa sobre a ética dos estudos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Lei Ordinária nº 10.836** de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.014**, de 21 de julho de 2014 que altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13014-21-julho-2014-779097-publicacaooriginal-144639-pl.html>>. Acesso em jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização (PNH)**: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

BUTLER, Judith. “**Judith Butler fala das TERFs e do trabalho de Sheila Jeffreys e Janice Raymond**”. Entrevista concedida a Cristan Williams e veiculada no site The TERFs em 1º de maio 2014. Disponível em: <<http://www.naomekahlo.com/#!Judith-Butler-fala-das-TERFs-e-do-trabalho-de-Sheila-Jeffreys-e-Janice-Raymond/c1a1n/5565404d0cf24874175e33bc>>. Acesso em 05 nov. 2019.

CASTRO, Susana de. **Condescendência**: estratégia pater-colonial de poder. In: Heloisa Buarque de Holanda (Org.) *Pensamento Feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro. Bazar do Tempo. 2020.

CARDOSO, Francilene et al. Mulheres, Raça e Classe. **Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/mesas/mulheresraceclasse.pdf>>. Acesso em nov. 2020.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 86, 2006.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.18, n. 2, p. 451-471, 2010.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n. 2, pp. 544-552, 1995.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: Heloisa Buarque de Holanda (Org.) **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro. Bazar do tempo. 2020.

CERQUEIRA, Daniel. et. al. **Atlas da violência 2021**. Rio de Janeiro: Ipea, 2021. Rio de Janeiro: FBSP. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso ago. 2021.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca Básica de Serviço Social)

CONDÉ, Maryse. **Eu, Tituba: bruxa negra de Salem**- 1. ed. - Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – COFEN. **Uma mulher morre a cada 2 dias por aborto inseguro, diz Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html>. Acesso em nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: 2012.

COSTA, Renata Gomes da. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente**. Tese de doutorado em Serviço Social. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2019.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo**. 1ª ed. São Paulo. Edições Iskra. 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2016.

Delphy, Chistine. Patriarcado (teorias do)*. In: HIRATA, H et. al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo. Editora da UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo. MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3ª ed. São Paulo. Editora Escala. 2009.

FAGUNDES, P. F; SCANDOLA, E. M. R; OLIVEIRA, K. R. **Gestão de alta hospitalar em Cuidados Continuados Integrados (CCI)**. Serv. Soc. & Saúde Campinas, SP v. 19 1- 25, 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8665386/26526>>. Acesso em nov. 2021.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo. Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo. Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do Salário: volume 1**. São Paulo. Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas**. São Paulo. Boitempo, 2019.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo**. Teoria e História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 1. Ed, 1933. São Paulo: Maia & Schmidt..

GALEANO, Eduardo. **Mulheres**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo. Claridade. 2015.

GARCIA, Rubya Souza. **Feminismo para os 99%: um movimento para além das amarras do Capital**. Trabalho de conclusão de curso em Serviço Social. Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, 2019. São Borja – RS.

SOUZA GARCIA, R.; MILENA CARLOS DE LACERDA. "A Revolução será feminista ou não será. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 6, n. 3, p. 18-40, 29 out. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Orgs: RIOS, Flavia. LIMA, Márcia. Rio de Janeiro. Zahar, 2020.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça**. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. São Paulo. Tempo Social, v. 26, n.1, jan./jun. 2014.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX-1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>>. Acesso em jul. 2020.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas • **Informação Demográfica e Socioeconômica.** n. 4. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em 02 nov. 2019.

IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** 2ª edição. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf>. Acesso em dez 2021.

IPEA. **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes et. al. Brasília. 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978>. Acesso em jul. 2020.

JESUS, Maria Carolina de. **Quarto do despejo:** diário de uma favelada. São Paulo. Ática. 2000.

KERGOAT, Danièle. **Se batter, disent-elles...** Paris: La Dispute, 2012.

Kilomba, Grada. **Memórias da Plantação:** Episódios de Racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** São Paulo. Brasiliense. 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo. Cultrix, 2019.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo. Atlas. 2003.

MARINI, R. M. A dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R; STEDILE, J.P. Ruy Mauro Marini. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa:** um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social Identidade e alienação.** São Paulo, Cortez. 2003. 7 ed.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. 1865. The Marxists Internet Archive, 2019.

MARX, Karl. Cadernos de Paris; **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIES, Maria. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes. 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MURARO, Rosie Marie. Introdução. In: KRAMER, H; SPRENGER, j. **O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro, BestBolso, 2015.

NETTO, Moura Leite. Depressão pandêmica. **Revista Problemas Brasileiros**. Pesquisa realizada pelo Instituto de psiquiatria – Ipq. Abril, 2021. Disponível em: <<https://revistapb.com.br/saude/depressao-pandemica/>> .

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa** - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. 160 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro)

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Trabalhadoras domésticas remuneradas na América Latina e no Caribe frente à crise do Covid-19**. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_751304.pdf>. Acesso em dez. 2021.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Pandemia de doença por Corona Vírus (COVID-19)**. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>>. Acesso em: jul. 2021.

ONU MULHERES. **Trabalho de cuidados oscila entre 10 e 39% do PIB de países, considera ONU Mulheres**. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/trabalho-de-cuidados-oscila-entre-10-e-39-do-pib-de-paises/>>. Acesso em: Nov. 2020.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora**. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zxQfQVHgVLVdr8ZMvQRHMkz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: dez. 2021.

OXFAM. **Tempo de cuidar:** O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. 2020. Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>>. Acesso em jul. 2021.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PETRONE, Talíria. Prefácio. In: ARRIZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. São Paulo. Boitempo, 2019.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade.** Editora Nós. 2017.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 8ª Ed. São Paulo. Cortez. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2ª edição, são Paulo: Expressão popular: fundação Perseu abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero e Patriarcado:** violência contra mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2004 b.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes.** São Paulo: Boitempo editorial. 2013.

SANTOS, Manuela Fonseca Pinheiro dos. Serviço Social e descolonialidade: relações entre Questão Colonial e Questão Social no Brasil. **Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul** v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: < <https://revistas.unila.edu.br/aeces/article/view/841/828>>. Acesso em dez. 2021.

SOUSA, Roberta Menezes. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA EM TEMPOS DE CRISE CAPITALISTA E ASSISTENCIALIZAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL. **Seminário Fazendo Gênero 10:** Desafios Atuais dos Feminismos. 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1371344948_ARQUIVO_ARTIGOFAZENDOGENERO_2_.pdf>. Acesso em jul. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Por um feminismo interseccional.** 2014. Disponível em: < <https://filopol.milharal.org/tag/beauvoir/>>. Acesso em dez 2021.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.13, n.1, p. 04-23, 2010.

TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?** Akron, Ohio: 1851. Discurso proferido na Convenção dos Direitos da Mulher. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/atlantico->

negro/afroamericanos/sojourner-truth/22661-e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>. Acesso em: 14 nov. 2019.

APÊNDICE A – Roteiro para pesquisa bibliográfica

Obras:

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo. Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo. Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e Caça às Bruxas**. São Paulo. Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário**. São Paulo. Boitempo, 2021.

1. Como a autora Silvia Federici conceitua trabalho doméstico e trabalho de reprodução social? Qual o seu significado?
2. De que maneira, segundo a autora, acontece a exploração do trabalho doméstico e de reprodução social de mulheres nas relações capitalistas?
3. De que modo se manifesta a opressão das mulheres no cotidiano da reprodução das relações sociais capitalista?
4. Qual a relação do fenômeno de Caça às Bruxas com a transição do feudalismo para o capitalismo?
5. De que maneira o processo de acumulação primitiva/caça às bruxas contribuíram para o estabelecimento da feminização do âmbito privado e suas tarefas?
6. Quais são as prospecções da autora para o estabelecimento de uma ordem mais justa com relação à divisão sexual do trabalho?

ANEXO A – Carta de aprovação da Comissão Científica da Escola de Humanidades da PUCRS.



SIPESQ
Sistema de Pesquisas da PUCRS

Código SIPESQ: 10253

Porto Alegre, 7 de janeiro de 2021.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "A- GÊNERO, TRABALHO DOMÉSTICO E REPRODUÇÃO SOCIAL: Uma Análise sobre a Exploração e Opressão de Mulheres no Capitalismo".

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES

QUADRO 2: Mapeamento de Dissertações de mestrados em **Serviço Social**

Plataformas de coleta: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses de Dissertações da CAPES

Período de coleta: 2010 – 2020

Descritores utilizados: trabalho doméstico, reprodução social, gênero, emprego doméstico, trabalho não remunerado, divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo, patriarcado, trabalho de cuidado.

	TÍTULO	AUTOR	ANO	PROGRAMA	LINK PARA ACESSO	PALAVRAS-CHAVE	SOBRE	COMENTÁRIO
1	EC72/2013 AS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS SINDICALIZADAS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB: avanços e desafios.	Claudia Veronese	2015	Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	O trabalho não possui divulgação autorizada,	Gênero; Trabalho Doméstico; EC72/2013	Avanços e desafios trazidos pela Emenda Constitucional 72/2013 que iguala os direitos dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) aos direitos dos demais trabalhadores urbanos e rurais, abordando a questão sobre a perspectiva das trabalhadoras domésticas sindicalizadas em João Pessoa – Paraíba.	A dissertação versa sobre a questão do trabalho doméstico remunerado relacionando com a EC 72/2013, considerando os determinantes de gênero, raça e classe das empregadas sindicalizadas na cidade de João Pessoa – Paraíba. A análise executada ao longo da dissertação vai ao encontro da afirmação de que o trabalho doméstico considerado feminino é invisibilizado e classificado como improdutivo na produção de mais-valia, se opondo a tal posicionamento.

2	O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E FEMININO: rupturas e continuidades	Daria Sirqueira Matsumoto	2017	Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20068	Empregados domésticos; Direitos sociais - Brasil; Direito do trabalho; Mulheres - Emprego	Análise sobre o processo de formulação da Lei Complementar nº 150/2015 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e sua efetivação na realidade de trabalhadoras domésticas no município de São Paulo.	A dissertação analisa questões do trabalho doméstico remunerado sob a perspectiva da efetivação da Lei Complementar 150/2015, para tanto, o caminho traçado se delineia a partir de um resgate histórico sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil dentre seus limites e possibilidades a partir de um ponto de vista interseccional entre gênero, raça e classe.
3	EMPREGO DOMÉSTICO E RECONHECIMENTO JURÍDICO: uma análise sobre as alterações oriundas da “pec das domésticas” nas relações de trabalho das empregadas	Raylka Franklin Sousa de Freitas	2017	Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	O trabalho não possui divulgação autorizada	Emprego Doméstico; “PEC das Domésticas”; Divisão Sexual do Trabalho; Divisão Racial do Trabalho	O trabalho não possui divulgação autorizada	O trabalho não possui divulgação autorizada

	domésticas							
4	TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: a (ex)tenção dos direitos trabalhistas e a exigência de tornar o trabalho decente uma realidade	Mariane Pereira Rodrigues	2018	Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	O trabalho não possui divulgação autorizada	Trabalho Doméstico; Trabalho Doméstico Remunerado; Trabalhadoras Domésticas; Divisão Sexual do Trabalho; Teoria Feminista do Direito; Trabalho decente	O trabalho não possui divulgação autorizada	O trabalho não possui divulgação autorizada
5	TRABALHO, MATERNIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA: a situação de gestantes de alto risco materno	Mayana de Souza Gomes da Silva	2019	Mestrado em Serviço Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	O trabalho não possui divulgação autorizada	Trabalho; maternidade e saúde reprodutiva; gravidez de alto risco; conflito entre vida familiar e trabalho; saúde integral das mulheres	O trabalho não possui divulgação autorizada	O trabalho não possui divulgação autorizada
6	QUANDO O TRABALHO NÃO TERMINA NO FIM DO EXPEDIENTE : as expressões da condição	Juliana Isaias Miranda	2018	Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE	https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=83486	Trabalho reprodutivo; Servidão; Família; Interseccionalidade.	O trabalho versa acerca da condição permanente de servir das mulheres, tanto na esfera produtiva, quanto reprodutiva, focando na realidade de diaristas do	Dissertação possui uma discussão coerente com o que o presente trabalho apresenta, possuindo semelhanças na forma de conceber o trabalho doméstico não remunerado e a

	permanente do servir no cotidiano das trabalhadoras diaristas em fortaleza-ceará			ESTADUAL DO CEARÁ			município de Fortaleza – Ceará.	exploração de mulheres negras na esfera da produção e reprodução partindo de um ponto de vista interseccional. Enfatiza a importância do trabalho não pago para a reprodução do capital e traz contribuições relevantes para a temática.
7	CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PATERNIDADE PARTICIPATIVA: (des)naturalização do lugar do homem e da mulher na reprodução das relações sociais	João Carlos Ferreira	2018	Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6457838#	Patriarcado;Gênero;Equidade de Gênero;Paternidade Participativa; Convivência Familiar	Dissertação que discute sobre a participação paterna nas relações sociais e familiares.	O trabalho aborda algumas questões relativas ao patriarcado e capitalismo que coadunam com as reflexões elencadas na presente dissertação, entretanto, partindo de um ponto de vista masculino visando a desnaturalização do lugar do homem (pai) na reprodução das relações sociais.
8	ENVELHECIMENTO COM DEPENDÊNCIA E O CUIDADO FAMILIAR: a experiência de	Andreia de Albuquerque Trindade	2015	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_tr	Envelhecimento; Gênero; Cuidado; Família; Saúde; Demência	A dissertação discute a questão das cuidadoras de idosos com síndromes demenciais atendidos no Núcleo de Atenção à Saúde do Idoso	O trabalho discute a questão das cuidadoras de idosos a partir de uma perspectiva de classe, gênero e geração. Afirma brevemente que o trabalho doméstico realizado pelas

	mulheres cuidadoras de idosos			RIO DE JANEIRO	abalho=3326741		(NAI), ambulatório de assistência integral à Saúde do Idoso, pertencente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto e à Universidade do Estado do Rio de Janeiro.	mulheres é útil para a reprodução do sistema capitalista, entretanto não aprofunda a questão, bem como não agrega em suas análises a questão da raça como uma categoria central.
9	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, UMA DAS PRINCIPAIS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO?	Camila Carduz Rocha	2017	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8624006	marxismo; feminismo; divisão sexual do trabalho	O trabalho consiste na análise da divisão sexual do trabalho em âmbito de produção e reprodução social do capitalismo partindo da perspectiva marxista.	A dissertação conduz suas reflexões de acordo com o que se propôs trabalhar no presente estudo. Apesar de não focar apenas na visão de trabalho doméstico e de reprodução social de Silvia Federici, a autora a utiliza como referência em suas discussões e traz aspectos importantes sobre a temática. Com relação às categorias trabalhadas, o estudo evidencia que não aprofunda a questão de raça por considerar não possuir o arcabouço teórico necessário para tal feito. Nesse sentido, a produção enfatiza a questão do gênero e da

12	EXPLORAÇÃO E OPRRESSÃO DA FORÇA DE TRABALHO FEMININA E SUA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO	Camila Maria dos Santos	2015	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2615560	Trabalho feminino; Opressão; Capitalismo; Lutas sociais; Emancipação feminina	Pesquisa bibliográfica que visa analisar a singularidade da força de trabalho considerada feminina a partir do núcleo duro do capitalismo, ou seja, seus fundamentos históricos e ontológicos.	A dissertação analisa a questão do trabalho das mulheres na sociedade capitalista e a possibilidade de uma emancipação da opressão que as mesmas sofrem nesses processos, tendo as mulheres da classe trabalhadora como categoria central do debate.
13	“DAS FRAGILIDADES DE VIVER O TEMPO PRESENTE”: capitalismo, patriarcado e a vigência da exploração-dominância masculina	Maria Cecília Olivio	2015	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	O trabalho não possui divulgação autorizada.	Capitalismo; Patriarcado; Relações Sociais de Sexo	Discussão sobre a relação entre patriarcado e capitalismo na concretização da dominação/exploração masculina na atualidade.	A produção trabalha a questão do patriarcado e do capitalismo a partir da categoria das relações sociais de sexo, aborda a divisão sexual do trabalho enfatizando a dominação/exploração das mulheres pelos homens. Considera também raça e etnia nesses processos, mas enfatiza as bases materiais das relações desiguais.
14	OS TRABALHOS NÃO REMUNERADOS DAS	Raquel Viana	2019	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2615560	Trabalho não remunerado; divisão sexual do trabalho; mulheres rurais,	Pesquisa sobre o trabalho não remunerado de mulheres residentes em zonas rurais do	A dissertação versa acerca do trabalho não remunerado de mulheres nas zonas rurais através de dados da PNAD Continua

	MULHERES RURAIS NO BRASIL: um estudo a partir dos dados da PNAD contínua – 2018			DE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	lhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7782171	dominação exploração	Brasil por meio de dados coletados na Pesquisa Nacional por Domicílios – PNAD contínua 2018.	de 2018. Por meio das categorias de consubstancialidade e coextensividade, ressaltando o posicionamento feminista materialista, a produção aborda as relações sociais de sexo – raça e classe em suas análises. Se assemelha com o presente estudo no sentido de construir uma discussão que enfoca no trabalho não remunerado de mulheres, diferenciando-se no público alvo, sendo esse as mulheres rurais no Brasil. Coincide também em grande parte de suas referências, utilizando da autora Silvia Federici como aporte teórico para algumas reflexões, bem como vai ao encontro da afirmação de que o trabalho doméstico e de reprodução social serve como base para a e reprodução do sistema capitalista.
15	TRABALHO,	Edivania	2018	Mestrado em	http://www.reposit	Trabalho;	Pesquisa sobre a	A pesquisa não possui

	EDUCAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL: das sociedades pré-capitalistas ao capitalismo	Maria da Silva		Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	orio.ufal.br/handle/riufal/3423	Educação; Serviço social; Reprodução social; Crise estrutural do capital	educação e sua função na reprodução social ao longo dos períodos históricos, levando em consideração seus modos de produção.	semelhança com o presente trabalho, entretanto, optou-se por adicionar às produções tendo em vista o descritor de reprodução social e o fato de não fazer menção à participação das mulheres nesse processo, bem como na função da educação que é amplamente discutida ao longo da produção, caracterizando um dado importante sobre a perspectiva que vem sendo abordada na área do Serviço Social.
16	O “SER MULHER” NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: determinantes para o acesso das trabalhadoras domésticas aos direitos da	Amanda Kelly Belo da Silva	2012	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.

	previdência social							
17	PARTICULARIDADES DO TRABALHO FEMININO: um debate entre o patriarcado e a divisão sexual do trabalho	Ítala Carneiro Bezerra	2014	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	O trabalho não possui divulgação autorizada.	Patriarcado; Divisão Sexual do Trabalho; trabalho feminino	Pesquisa bibliográfica com dados secundários que trata do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres nos tempos recentes, discutindo patriarcado e divisão sexual do trabalho como categorias centrais.	A pesquisa vai ao encontro do que se discute no presente trabalho, entretanto, dando enfoque apenas as relações patriarcais dentro da divisão sexual do trabalho, sem considerar a dimensão de raça nesses processos. Discussão profunda sobre o trabalho de mulheres.
18	A CONDIÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL	Blenda Santos Naves Peixoto	2017	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	https://repositorio.unb.br/handle/10482/24701	Trabalho Doméstico; Trabalhadora Doméstica; Escravidão; Industrialização; Capitalismo Dependente; Gênero; Previdência Social	Pesquisa que investiga os dados disponíveis sobre trabalho doméstico remunerado no Brasil a fim de traçar um perfil socioeconômico das trabalhadoras e relacionar com o acesso a previdência social.	A dissertação faz um panorama sobre o trabalho doméstico remunerado no Brasil, em certo ponto discute a questão de trabalho produtivo e improdutivo de Marx para abordar o trabalho doméstico não remunerado. Aprofunda a questão da raça em suas análises.
19	"QUE HORAS ELA VOLTA?" : da maternidade ao abandono.	Elvira Alves de Oliveira	2019	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE	http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4273	Maternidade solo; classe; dominação; capitalismo; poder	Dissertação é fruto de um projeto de pesquisa que aborda a maternidade solo através de uma análise do filme "Que horas	O trabalho conduz suas análises focando no papel da mãe solo dentro da sociedade, historiciza os preconceitos e aborda a questão do cuidado e

				DE CATÓLIGA DE GÓIAS – GOIÂNIA			ela volta?” articulando o Serviço Social como parte da rede garantidora de direitos de mulheres em situação de vulnerabilidade.	reprodução a partir de uma perspectiva interseccional.
20	AS MULHERES E AS MURALHAS: a relação entre Divisão Sexual do Trabalho, Patriarcado e lógica do Capital	Elizângela Cardoso de Araújo Silva	2012	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDA DE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – NATAL	Arquivo não encontrado	Palavras-chave indisponíveis	Arquivo não encontrado	Arquivo não encontrado
21	O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃ O DO TRABALHO E AS IMPLICAÇÕE S PARA A SAÚDE DA MULHER TRABALHAD ORA: análise das pesquisas em Serviço Social	Liliane Chaves Oliveira	2014	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	https://repositorio. ufjf.br/jspui/handl e/ufjf/592	Gênero; Trabalho; Saúde do Trabalhador; Serviço Social	Pesquisa nos trabalhos nos ENPESS de 2004 a 2012 que visa identificar as abordagens de gênero nas produções em Serviço Social, enfatizando a feminização do trabalho e a saúde da mulher trabalhadora.	A dissertação se refere a uma pesquisa sobre a saúde da mulher trabalhadora através da perspectiva do Serviço Social, aborda questões do trabalho, divisão sexual do trabalho e saúde relacionando essas categorias com o gênero feminino. Traz reflexões importantes sobre o trabalho doméstico não remunerado.

22	DECIFRANDO A DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NAS UNIDADES FAMILIARES DO BALNEÁRIO DE INGLESES: cotidiano e relações de gênero	Marisa Sirlei Albrecht	2012	Mestrado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96404	Divisão sexual do trabalho; Trabalho doméstico; Desigualdade de gênero	Pesquisa local com famílias de Balneário dos ingleses que possuem filhos em idade a fim de desvendar como funciona a divisão do trabalho doméstico.	A dissertação versa acerca de como se desenvolve o trabalho doméstico em uma comunidade específica por meio de entrevistas. É de acordo com a afirmação de que mesmo com a mulher se inserindo em trabalhos considerados produtivos, o trabalho doméstico não remunerado em casa continua sendo uma maior responsabilidade da mesma.
----	---	------------------------	------	---	---	--	---	--

Fonte: Sistematização da autora (2021) 1

QUADRO 3: Mapeamento de teses de doutorados em **Serviço Social**

Plataformas de coleta: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Catálogo de Teses de Dissertações da CAPES

Período de coleta: 2010 – 2020

Descritores utilizados: trabalho doméstico, reprodução social, gênero, emprego doméstico, trabalho não remunerado, divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo, patriarcado, trabalho de cuidado.

	TÍTULO	AUTOR	ANO	PROGRAMA	LINK PARA ACESSO	PALAVRAS-CHAVE	SOBRE	COMENTÁRIO
1	METAMORFOSES DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO CONTEXTO DE MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL - O CASO BRASILEIRO	Jucara Portilho Lins	2017	Doutorado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	O trabalho não possui divulgação autorizada.	trabalho doméstico remunerado;PEC das Domésticas;Convênio 189 OIT	Segundo o resumo, o trabalho versa acerca do processo de implementação da Lei Complementar 150/2015, conhecida como a “PEC das Domésticas”. Dessa forma, a tese questiona os motivos da demora na inclusão dessas trabalhadoras na Consolidação das Leis Trabalhistas CLT, e o porquê da efetivação em um momento de pós-crise capitalista (2008) e aprofundamento do conservadorismo político. Utiliza da	O trabalho não possui divulgação autorizada.

							teoria Marxista da dependência em suas análises considerando o caráter colonialista brasileiro.	
2	SEGURIDAD E SOCIAL NO BRASIL E OS MOVIMENTOS DAS MULHERES PELO DIREITO À APOSENTADORIA DAS “DONAS DE CASA DE BAIXA RENDA”: Contradições e Tendências	Laudicena Maria Pereira Barreto	2019	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	O trabalho não possui divulgação autorizada.	Divisão sexual do trabalho; Trabalho doméstico não remunerado; Seguridade Social; Neoliberalismo; Movimentos de mulheres; Lutas feministas	Segundo o resumo, o trabalho discute sobre os movimentos de mulheres pelo direito a aposentadoria de donas de casa de baixa renda, mulheres que executam o trabalho não remunerado do lar.	O trabalho não possui divulgação autorizada.
3	RESISTÊNCIA E LUTA: o processo de organização das trabalhadoras domésticas por direitos trabalhistas e previdenciários no Brasil	Amanda Kelly Belo da Silva	2019	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7684371	Relações sociais de sexo; raça e classe; Divisão sexual e racial do trabalho; Trabalho doméstico; Direitos	De acordo com o resumo, o trabalho busca apreender o processo de resistência e luta das trabalhadoras domésticas na busca pelos direitos trabalhistas e previdenciários, focando no	Trabalha a perspectiva de trabalho em Marx e suas abordagens sobre a questão da mulher, também utiliza-se em sua revisão bibliográfica de Silvia Federici e a crítica que a mesma faz a ausência da discussão sobre as mulheres em Marx, sem desconsiderar

							movimento pela aprovação da Emenda Constitucional 72 de 2013.	suas contribuições, da mesma forma que é feito na presente dissertação. A tese trabalha questões sobre a discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo no sentido do trabalho doméstico e de reprodução social, indo ao encontro do ponto de vista que o capitalismo se aproveita do trabalho invisibilizado das mulheres para sua reprodução. Analisa as relações sociais de sexo no capitalismo consubstanciando gênero, raça e classe.
4	APROPRIAÇÃO DAS MULHERES NO BRASIL: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente	Renata Gomes da Costa	2019	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7756315	Acumulação primitiva; Apropriação das mulheres; Superexploração da força de trabalho; Divisão sexual e racial do trabalho; Patriarcado; Racismo; Capitalismo dependente	A tese discute a questão da violência e do emprego doméstico como consequências materiais herdada de um capitalismo dependente e colonial no Brasil.	O trabalho discute sobre a apropriação da mulher utilizando-se das análises sobre acumulação primitiva, capitalismo dependente e superexploração do trabalho, discutindo sobre como isso reverbera na vida das mulheres brasileiras, contemplando uma perspectiva de gênero, raça e classe. Se

								assemelha as perspectivas abordadas no presente trabalho sobre o trabalho doméstico e de reprodução social das mulheres, utilizando das contribuições de Silvia Federici, ilustrando a acumulação primitiva também por meio da caça às bruxas. Contribuição profunda e importante acerca da situação das mulheres no Brasil.
5	FEMINISMO, LUTA DE CLASSES E CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA NO BRASIL	Mirla Cisne Alvaro	2013	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	https://www.bdt.duerj.br:8443/handle/1/15881#preview-link0	Feminismo; Luta de classes; Consciência militante feminista; Consubstancialidade das relações sociais	Pesquisa documental, bibliográfica e de campo que visa analisar a formação do movimento feminista no período do governo Lula.	Referência nos estudos de gênero em âmbito de Serviço Social, Mirla Cisne desenvolve em sua tese uma análise extensa sobre as mulheres e o movimento feminista no período do governo Lula. Para tanto, discute categorias diversas, incluindo a questão do trabalho doméstico e de reprodução social, onde coaduna suas análises com a presente dissertação no sentido de compreender que o trabalho invisibilizado

								realizado pelas mulheres se constitui como um sustentáculo do modo de produção capitalista. A autora desenvolve suas análises através da perspectiva consubstancial de gênero, raça e classe.
6	TRABALHO, MULHER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ALTO JEQUITINHO NHA: um estudo sobre protagonismo feminino em Capelinha/MG	Maria do Rosario Sampaio	2013	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Arquivo não encontrado.	Trabalho; Mulher; Política; Hegemonia; Sociedade civil	Segundo o resumo, a tese versa acerca do protagonismo de mulheres no município de Capelinha – Minas Gerais, com vista a entender os processos de reprodução social e questões relativas a prática política de mulheres que fazem parte da sociedade civil da cidade.	Trabalho não encontrado.
7	PORTA ENTREABERTA: um estudo entre relações sociais de gênero, identidade e prostituição feminina	André Ramos Carloni	2016	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3816097	relações sociais de gênero; prostituição feminina; identidade; questão social;ética	A tese discute a questão da produção de identidades das mulheres em situação de prostituição diante da desigualdade de gênero no interior da profissão.	O trabalho discute algumas categorias que concernem a questão de desigualdade de gênero e do papel da mulher nos trabalhos feminilizados, entretanto sem aprofundar as análises.

				JÚLIO DE MESQUITA FILHO				
8	MULHERES QUE TECEM A VIDA: trabalho e gênero em tempos precarizados	Reginaldo Guiradelli	2010	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
9	APROPRIAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS DE SAÚDE E REPRODUÇÃO SOCIAL: uma análise de suas tendências	Veronica Maria Ferreira	2017	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	O trabalho não possui divulgação autorizada.	Divisão Sexual do Trabalho; Estado; Reprodução social; Política de saúde.	Segundo o resumo a tese discorre acerca da apropriação do trabalho não remunerado e do tempo das mulheres por parte do Estado, patriarcado e do capitalismo, dando ênfase particularmente nas políticas de saúde na promoção e atenção básica em Recife – Pernambuco. A problemática da produção gira em torno de “identificar as determinações e os	O trabalho não possui divulgação autorizada.

							mecanismos de apropriação do tempo das mulheres na implementação de serviços de atenção básica e promoção da saúde na cidade de Recife, Pernambuco, identificando suas tendências prevaletentes.” (FERREIRA, 2017).	
10	O CUIDADO ENQUANTO TRABALHO: ENVELHECIMENTO, DEPENDÊNCIA E POLÍTICAS PARA O BEM ESTAR NO BRASIL	Daniel Groisman	2015	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2741224	Envelhecimento; políticas pública; cuidadores	Tese que discorre acerca do direito ao cuidado, tendo como objeto o cuidado dos idosos na contemporaneidade a problemática do trabalho se concentra em “identificar impasses e desafios para o reconhecimento dos cuidados enquanto direito social no país, fato que está atrelado à instituição de políticas destinadas a apoiar e promover os cuidados no âmbito da seguridade social” (GROISMAN, 2015).	Apesar de se dedicar a questão do cuidado com os idosos em uma perspectiva de busca pela garantia do direito ao cuidado, o trabalho possui um capítulo de revisão dedicado a discussão do cuidado, elencando elementos também do trabalho doméstico e da divisão sexual do trabalho que vão ao encontro ao que se discute na presente dissertação.

11	TRABALHADORAS DO CARE NA SAÚDE MENTAL: Contribuições marxianas para a profissionalização do cuidado feminino	Rachel Gouveia Passos	2016	Doutorado em Serviço Social Instituição de ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3968007#	Saúde mental; Care; Mulheres cuidadoras	A dissertação parte de um ponto de vista marxista na discussão da profissionalização do care, sua problemática centra-se em “identificar as novas configurações que demandam a profissionalização do cuidado feminino no cenário internacional contemporâneo, procurando diferenciar o trabalho doméstico do trabalho de cuidados, a partir das teorias do care, além de propor uma nova abordagem desta categoria,” (PASSOS, 2016).	O trabalho trabalha uma extensa discussão sobre a questão do care, ou cuidado na saúde mental, trazendo mediações com o trabalho doméstico e de reprodução social. Com relação as semelhanças entre a tese e a presente dissertação, destaca-se que a primeira entende a posição estratégica do capitalismo com relação à esse tipo de cuidado por conta do benefício que o mesmo proporciona e trabalha de forma profunda a questões de divisão sexual do trabalho.
12	AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES MEDIADAS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL: a realidade da	Mirela Ferraz	2014	Doutorado em Serviço Social. Instituição de ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1516739#	SERVIÇO SOCIAL; Cotidiano; Gênero; Divisão sexual do trabalho; Trajetórias de vida; Centro de Referência de Assistência	A tese constrói sua discussão baseada no seguinte objetivo: “analisar o processo de construção das trajetórias de vida das mulheres mediadas pela Assistência Social, no Centro de Referência de	Para ilustrar a situação das mulheres usuárias das políticas de assistência social as quais a tese visa analisar, é construído um panorama que fala sobre a divisão sexual do trabalho e a questão do trabalho doméstico e de reprodução social como

	Casa Verde/SP					Social (Cras) Casa Verde	Assistência Social (Cras) Casa Verde, no território da Zona Norte de São Paulo.” (FERRAZ, 2014) A partir disso, são tecidas reflexões sobre a condição de explorada e oprimida das mulheres pelo capitalismo, mediando essa relação com a forma que as mesmas se organizam por meio da política de Assistência Social.	trabalhos elementares no interior da dinâmica capitalista. Nesse sentido, afirma que as mulheres se encontram em posição desfavorável com relação aos homens. Mesmo possuindo um trabalho fora de seus lares, continuam em postos subalternizados em relação a ocupações masculinas, bem como tendo que executar o trabalho doméstico e de cuidado da mesma maneira. Trabalha questões de desigualdade de classe e gênero, considerando em alguns pontos a questão também da raça/etnia.
13	DESPOSSUÍDAS DO SÉCULO XXI: MULheres no mercado de drogas no brasil na última década (2006-2016)	Joana das Flores Duarte	2019	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7831517	Trabalho; Mercado de Drogas; Informalidade; Sexo/Gênero; Mulheres	A tese versa acerca das mulheres envolvidas com o mercado de drogas por meio de uma pesquisa bibliográfica em produções que abordam a temática. Visa “afirmar que as mulheres que estão no	A produção trabalha categorias presentes na dissertação, aborda a questão das mulheres envolvidas no mercado de drogas a partir de uma perspectiva de gênero, raça e classe, considerando que o direito passa a ser efetivado para

							mercado de drogas hoje não ingressam de forma isolada por motivos puramente subjetivos, afetivos e/ou familiares. É preciso que haja uma demanda real, sustentada em suas necessidades materiais de vida e existência, o que segundo elas é motivo central de ingresso.” (DUARTE, 2019).	essas mulheres apenas quando infringem a lei, no sentido punitivista da questão. Inclui em suas análises a temática do trabalho doméstico relacionando com a venda de drogas ao mesmo tempo em que o executa em casa. Apesar não centralizar suas reflexões na autora, utiliza Silvia Federici como referência para trabalhar categorias semelhantes as elencadas na presente dissertação partindo de uma perspectiva crítica do capitalismo. Contribuição profunda e importante para a área.
14	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SUAS EXPRESSÕES : reflexões a partir do trabalho docente em Serviço Social na	MARIA INEZ BARBOZA MARQUES	2015	Doutorado em Serviço Social. Instituição de ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2412366#	SERVICO SOCIAL; Trabalho;Divisão sexual do trabalho;Gênero/patriarcado; Relações sociais de sexo; Reestruturação produtiva do capitalismo	Tese que concentra suas reflexões na divisão sexual do trabalho voltada para a questão dos docentes universitários de Serviço Social, focando seu objetivo em “analisar a divisão sexual do trabalho e suas expressões no	A tese trabalha a partir de uma perspectiva crítica categorias extremamente importantes e relevantes para a presente dissertação. A partir de uma análise ampla da divisão sexual do trabalho, considera o trabalho doméstico como uma expressão central de

	<p>Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)</p>						<p>trabalho docente em Serviço Social, tomando como ponto de partida a acumulação flexível da década de 1970 e suas repercussões nos Cursos de Serviço Social na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), nos campi de Apucarana e Paranavaí.” (MARQUES, 2015)</p>	<p>tal divisão no contexto capitalista. Elenca reflexões sobre a marca feminina que profissão do Serviço Social possui e coaduna em suas análises a importância do trabalho não remunerado para a reprodução do capitalismo, no sentido de entender que o sistema se apropria de tal trabalho e o explora em seu benefício. Em suas análises executa a mediação de como as docentes “conciliam” as tarefas domésticas com o trabalho assalariado, dando ênfase as duplas jornadas de trabalho. Considera o trabalho doméstico o principal reprodutor da força de trabalho do capitalismo, consequentemente faz parte do sistema de exploração e opressão. Trabalha suas análises na perspectiva consubstancial de gênero, raça e classe.</p>
--	--	--	--	--	--	--	--	--

15	AS CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS À PROTEÇÃO SOCIAL NO ESTADO CAPITALISTA	QUELI FLACH ANSCHAU	2020	Doutorado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10004339	Proteção Social	Tese que discute o feminismo no sentido de “reconhecer e sistematizar as contribuições do feminismo para as bases da proteção social, agregando o seu legado crítico” (ANSCHAU, 2020).	A tese elenca como base do trabalho as contribuições do feminismo, focando no feminismo materialista, para a proteção social no modo de produção capitalista. Afirma ao longo da produção que a condição de trabalho não pago se expressa como um dos trabalhos fundamentais para a reprodução do capitalismo. Trabalha a questão da reprodução social de forma profunda, elencando o cuidado e o trabalho doméstico como elementos da exploração e opressão da mulher. Trabalho doméstico como possuidor de um valor social. Utiliza Federici como referência para tratar a questão do trabalho doméstico de e reprodução social, citando também brevemente a questão da caça às bruxas no contexto de exploração e opressão feminina no
----	--	---------------------------	------	---	---	-----------------	--	---

								capitalismo. Considera a questão de gênero, raça e classe, trazendo a perspectiva de interseccionalidade das feministas negras quando discute sobre as teóricas do movimento feminista.
16	CUIDADO E FAMÍLIA: Uma análise compreensiva do modo de caminhar a vida dos cuidadores de idosos	Eliza Regina Ambrósio	2012	Doutorado em Serviço Social Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.	Trabalho anterior à Plataforma Sucupira.
17	EMANCIPAÇÃO PARA QUEM? Uma análise Gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social	ANA ELIZABETH LOLE DOS SANTOS	2014	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2005562	Gênero; Serviço Social; Formação Profissional; Marxismo; Gramsci	A tese analisa a questão do gênero dentro do Serviço Social e quais discussões são tecidas, possui como objetivo “analisar os indícios dos estudos de gênero no Serviço Social com base no método indiciário, de Carlo Ginzburg (1990), e o deslocamento de paradigmas que esse	A tese investiga a questão de como tem sido discutida as temáticas relativas ao gênero na área do Serviço Social. A análise trazida revela que há uma subalternidade da discussão, mas que está em um crescente, sendo assim a produção relaciona esse crescimento com a feminização das políticas públicas e sociais do ideário neoliberal.

							debate exige, tendo como referência a teoria política gramsciana.” (SANTOS, 2014)	Discute em alguns pontos a questão do trabalho doméstico e de reprodução social, abordando também a divisão sexual do trabalho nesse contexto, enfatizando a questão do gênero ao longo de todo o trabalho.
18	A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: contribuições e dilemas das relações entre Marxismo e Feminismo	MIRIAM DE OLIVEIRA INACIO	2013	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=378694	Emancipação das Mulheres; Emancipação Humana; Emancipação Política; Feminismo Socialista e Marxista; Projeto Ético-Político do Serviço Social	A tese discute o projeto ético-político do Serviço Social relacionando com a questão feminista na atualidade, no intuito de investigar os componentes teóricos e ético-políticos dentro do Projeto da profissão no marco temporal de 2000 a 2011.	A pesquisa foca sua análise em desvendar como e se o projeto ético-político do Serviço Social inclui uma perspectiva feminista e emancipatória. Com relação ao tema da presente dissertação, a produção entende que o marxismo seja insuficiente pra dar conta da temática sobre o trabalho doméstico e de reprodução social, mas sem retirar o crédito do que já foi produzido. Entretanto, não considera o trabalho doméstico nem produtivo e nem improdutivo, pois afirma que não existe uma relação de salário

								envolvido, como Marx entende essas duas categorias. Ainda assim, admite que o trabalho doméstico e de reprodução social contribui para a dinâmica do capital como uma atividade importante. Trabalha de forma extensa a questão da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo. Suas reflexões são voltadas para o feminismo socialista, dando ênfase na classe e na superação do conflito capital x trabalho, rejeitando de certa forma a articulação com as demais opressões vivenciadas pelas mulheres, enquanto mulheres da classe trabalhadora.
19	IDOSOS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA: quem cuida? elementos para	ROSIRAN CARVALHO DE FREITAS MONTENEGRO	2017	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDA	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_tr	Idosos dependentes; Idosos - Cuidados no lar; Idosos - Relações com a família	A tese tem como objeto de estudo a dependência de idosos do cuidado da família e o apoio do Estado.	O trabalho discute em grande escala a questão do cuidado com os idosos, dando ênfase na questão geracional. Não faz análise relacionada à raça, mas utiliza a classe junto

	o debate			DE CATÓLICA DE SÃO PAULO	abalho=5475338			a geração para tecer as discussões. Traz em suas reflexões a questão do gênero como um determinante do cuidado, tanto no sentido de quem cuida, como de quem é cuidada, sendo a mulher a que mais cuida e a que mais necessita de cuidado, por ser o gênero que mais busca ajuda médica ao longo da vida. Utiliza a autora Silvia Federici para trazer contribuições sobre o cuidado do idoso na sociedade capitalista.
20	FEMINISMO NO SERTÃO: as particularidades da Frente de Mulheres no Cariri cearense	SUAMY RAFAEL Y SOARES	2019	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8037247	Movimentos feministas; Sertão; Sujeito coletivo	A tese coloca em pauta a discussão da resistência das mulheres cearenses frente às expressões da questão social que vivenciam no seu cotidiano, tais como violência, violência sexual, racismo, falta de acesso a educação, entre outros. Objetiva então “apreender as particularidades da constituição do sujeito	A tese trabalha a questão das mulheres do sertão cearense a partir de uma perspectiva de relações coextensivas e consubstanciais de gênero, raça e classe. Relacionando as semelhanças com a presente dissertação, o trabalho traz em suas análises a condição protagonista do gênero feminino no trabalho doméstico e de

							coletivo feminista no Cariri Cearense a partir da experiência militante da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri.” (SOARES, 2019).	reprodução social, bem como considera esse trabalho essencial para a reprodução da força de trabalho no capitalismo. Elenca também as categorias de relações sociais de sexo, divisão sexual do trabalho e a família patriarcal na discussão. Cita brevemente Silvia Federici e o fenômeno de caça às bruxas na Europa. Importante contribuição para a área no sentido colocar em pauta a questão de mulheres que normalmente não são mencionadas, no sentido de regionalizar a temática feminista.
21	AS SEGURANÇAS SOCIAIS E A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA	GEOVANA PRANTE GASPAR OTTO	2017	Doutorado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4456111	Seguranças Sociais; Matricialidade Sociofamiliar; Gênero; Proteção Social; Assistência Social; Sistema Único de Assistência	A tese traz em suas análises a questão do gênero sob a perspectiva da Política de Assistência Social. O objetivo da produção é “analisar as seguranças previstas no SUAS, desvendando as	A produção faz mediação da questão de gênero com a perspectiva de garantia de direitos no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Em toda a análise a tese costura suas reflexões com a questão de gênero, no sentido de afirmar que o trabalho

	A SOCIAL			GRANDE DO SUL		Social.	questões de gênero presentes nesta política pública, visando a contribuir com subsídios para implantação e implementação da universalidade da proteção social do SUAS.” (GASPAROTTO, 2017).	doméstico e de reprodução social é majoritariamente relegado às mulheres, dando ênfase na importância da socialização mais equitativa dessas tarefas entre homens e mulheres. Isso reflete na responsabilização das mulheres frente às políticas públicas e sociais, bem como acontece com a família. A temática de desigualdade de gênero e desigualdade social se estende por todo o trabalho. A tese cita raça em alguns poucos momentos, mas não se aprofunda na questão.
22	O SENTIDO DO TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas	TERCALI A SUASSU NA VAZ LIRA	2016	Doutorado em Serviço Social. Instituição de ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	O trabalho não possui divulgação autorizada.	Reprodução social; Superexploração; Trabalho Infantil doméstico; Infância	Segundo o resumo disponível, a tese discute a questão do trabalho doméstico infantil no município de João Pessoa – Paraíba. O objetivo foca em “analisar o trabalho infantil doméstico na sociedade capitalista	O trabalho não possui divulgação autorizada.

	economias periféricas dependentes						contemporânea, tendo como enfoque os elementos econômicos, jurídicos e socioculturais que envolvem a problemática e o sentido que este ganha no atual contexto de crise estrutural do capital e dos processos contemporâneos de superexploração da força de trabalho.”	
23	MULHER PRESENTE: gênero na Política de Assistência Social	Eloísa Gabriel dos Santos	2019	Doutorado em Serviço Social. Instituição de ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UC_SP-1_21f523c325e4331fe77ba5b6f20cd93f	Gênero;Feminino ;Patriarcado	Questionamento sobre a Política Nacional de Assistência Social e se a mesma contribui para que as mulheres sejam vistas como sujeitos de direitos, de maneira a compreender como o gênero feminino é assistido pelas políticas públicas.	A tese traz em suas considerações que o trabalho doméstico e de reprodução social se caracteriza como majoritariamente feminino. Utiliza-se da mediação de como a trajetória do trabalho de mulheres influencia nas condicionalidades das políticas públicas de assistência social. Traz o Estado como legitimador da visão dos papéis de gênero socialmente atribuídos às mulheres.

								Considera em suas reflexões o não reconhecimento do trabalho doméstico e de reprodução social como algo que possui valor social, de modo que este acaba sendo deixado de lado. Aborda as categorias de gênero, raça e classe articuladas.
--	--	--	--	--	--	--	--	---

Fonte: Sistematização da autora (2021) 2